

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC**  
**DEPARTAMENTO DE DIREITO – DIR**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS – CCJ**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO**

**FERNANDA ALMEIDA MARCON**

**A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO**  
**TRABALHADOR IMIGRANTE**

**FLORIANÓPOLIS**

**2015**

FERNANDA ALMEIDA MARCON

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E A PROTEÇÃO DOS DIREITOS DO TRABALHADOR  
IMIGRANTE

Trabalho de Conclusão apresentado ao Curso de  
Graduação em Direito da Universidade Federal de  
Santa Catarina, como requisito à obtenção do título  
de Bacharel em Direito.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Grazielly Alessandra  
Baggenstoss

Coorientador: Me. Rafael de Miranda Santos

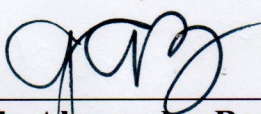
FLORIANÓPOLIS  
2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS  
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado "**A legislação brasileira e a proteção dos direitos do trabalhador imigrante.**", elaborado pelo(a) acadêmico(a) **Fernanda Almeida Marcon**, defendido em **10/07/2015** e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 10,0 (DEZ), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

Florianópolis, 10 de Julho de 2015

  
\_\_\_\_\_  
**Grazielly Alessandra Baggenstoss**

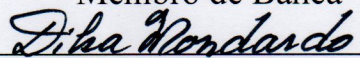
Professor(a) Orientador(a)

  
\_\_\_\_\_  
**Rafael de Miranda Santos**

Coorientador(a)

  
\_\_\_\_\_  
**Priscilla Camargo Santos**

Membro de Banca

  
\_\_\_\_\_  
**Dilsa Mondardo**

Membro de Banca





**Universidade Federal de Santa Catarina  
Centro de Ciências Jurídicas  
COORDENADORIA DO CURSO DE DIREITO**

**TERMO DE RESPONSABILIDADE PELO INEDITISMO DO TCC E  
ORIENTAÇÃO IDEOLÓGICA**

**Aluno(a): Fernanda Almeida Marcon**

**RG:** [REDACTED]

**CPF:** [REDACTED]

**Matrícula: 10206025**

**Título do TCC: A legislação brasileira e a proteção dos direitos do  
trabalhador imigrante.**

**Orientador(a): Grazielly Alessandra Baggenstoss**

Eu, **Fernanda Almeida Marcon**, acima qualificado(a); venho, pelo presente  
termo, assumir integral responsabilidade pela originalidade e conteúdo  
ideológico apresentado no TCC de minha autoria, acima referido

Florianópolis, 10 de Julho de 2015

*Fernanda Almeida Marcon*

---

Fernanda Almeida Marcon

## AGRADECIMENTOS

A conclusão deste estudo só foi possível graças à colaboração de alguns, aos quais quero agradecer imensamente.

Aos meus pais, Leone e Denise, por me ensinarem o valor da educação, por proporcionarem todo o suporte necessário para o alcance de meus objetivos e por serem os meus maiores incentivadores.

À minha avó, Sunta, por sua generosidade.

À minha irmã, Gabriela, por todo o auxílio durante os meus anos de graduação, por sua disposição incansável e por ser o meu maior exemplo.

Ao Pedro, a quem tenho como irmão, por estar sempre disposto a ajudar.

Ao Vítor, meu melhor amigo e grande parceiro, pelo companheirismo, incentivo constante, serenidade e paciência.

Aos meus colegas de faculdade, que me auxiliaram com ideias e sugestões e que sempre me apoiaram durante toda a graduação. À Gabriela, por sua dedicação, pela parceria nos estudos, pelos conselhos e boas risadas. À Giovana, por sua bondade e por tornar as manhãs de EMAJ muito mais fáceis e, até mesmo, divertidas. À Taisa, amiga para todas as horas, pela autenticidade cativante, empatia e compreensão. À Vitória, cujas convicções contribuíram de forma crucial para a pessoa que sou hoje. Ao Atílio, Everton, Renato, Roger e Victor Marafon pela amizade e convivência durante esses anos de curso.

À Inês, minha querida amiga, pela ajuda com a apresentação.

À Professora Grazielly Alessandra Baggenstoss, orientadora deste trabalho e por quem tenho enorme admiração. Meus sinceros agradecimentos por ter aceitado este desafio, por ter acreditado em minha capacidade de concretizá-lo, pelas correções sugeridas, pela prontidão, atenção, simplicidade e cordialidade de sempre.

Ao Mestre Rafael de Miranda Santos, pelo tempo que dispendeu nas leituras das versões preliminares, pelas colocações essenciais, pela boa vontade e disponibilidade.

À Professora Deisy Ventura, pela presteza e sugestões de material.

Aos membros desta Banca Examinadora, por terem prontamente aceitado o convite de participar.

De modo geral, aos familiares, amigos, e a todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

“Não vou desistir, vou seguir  
E uma nova pátria será o meu lar  
Ser feliz, trabalhar e voltar a sonhar”

Paulinho Kokay

## RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar a adequação da legislação brasileira no que diz respeito à proteção dos direitos dos trabalhadores imigrantes, diante da realidade migratória do País e das principais normas internacionais e regionais sobre o tema. Para tanto, utiliza-se o método dedutivo. O procedimento adotado é a pesquisa bibliográfica e eletrônica, e a técnica, a pesquisa indireta (doutrinária e documental). Inicialmente, aborda-se a migração laboral como busca de vida digna, evidenciando a relação existente entre a tutela do trabalho e a dignidade humana, como também as situações jurídicas nas quais a migração pode ocorrer, visto que estas influenciam o tratamento jurídico conferido ao trabalhador imigrante. Também é apresentado um breve panorama da migração por trabalho ao longo da história do Brasil. Em seguida, discorre-se sobre as mais relevantes normas de proteção ao trabalhador migrante em âmbito internacional e no plano regional (MERCOSUL). Por fim, analisa-se a coerência da legislação brasileira vigente, como também de alguns projetos de lei, às necessidades de proteção dos direitos dos trabalhadores imigrantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho. Dignidade Humana. Migração Internacional. Irregularidade. Convenções Internacionais. Constituição Federal. Estatuto do Estrangeiro.

## **ABSTRACT**

This study aims to examine the adequacy of Brazilian legislation with regard to protecting the rights of migrant workers, considering the current migration situation in the country and the most important international and regional standards on the subject. For this, it uses the deductive method. The procedure adopted is the bibliographic and electronic research, and the technique, the indirect research (doctrinal and documentary). Initially, labor migration is approached as a way to search dignified life and the relationship between the protection of labor and human dignity is highlighted, as well as the legal situations in which migration can occur, because of its influence on the legal treatment given to the immigrant worker. A brief overview of labor migration throughout the history of Brazil is also presented. Then the most relevant standards of protection to migrant workers at the international level and at the regional level (MERCOSUR) are analysed. Finally, this study examines the consistency of the present Brazilian legislation, as well as of some draft laws, when it comes to the protection of migrant workers rights.

**Keywords:** Labor. Human Dignity. International Migration. Irregularity. International Conventions. Federal Constitution. Brazilian Law.



## LISTA DE SIGLAS

CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNIg	Conselho Nacional de Imigração
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
OBMigra	Observatório das Migrações Internacionais
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PL	Projeto de Lei
PLS	Projeto de Lei do Senado
RN	Resolução Normativa

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2. A MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES COMO BUSCA DE VIDA DIGNA.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 O Direito do Trabalho Como Instrumento de Promoção da Dignidade Humana ....</b>	<b>10</b>
<b>2.2 A Migração por Trabalho e sua Situação Jurídica .....</b>	<b>13</b>
2.2.1 A Situação de Irregularidade versus A Situação de Regularidade .....	14
<b>2.3 Breve Panorama da Migração Internacional de Trabalhadores no Brasil.....</b>	<b>19</b>
2.3.1 Os “Conquistadores”, os Indígenas e o Tráfico de Africanos Escravizados .....	20
2.3.2 A Vinda de Trabalhadores Imigrantes.....	22
2.3.3 A Emigração de Brasileiros e seu Retorno .....	28
2.3.4 Os Fluxos Migratórios de Trabalho no Brasil Atual .....	31
<b>3. AS PRINCIPAIS NORMAS INTERNACIONAIS E REGIONAIS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR MIGRANTE .....</b>	<b>39</b>
<b>3.1 Âmbito da OIT.....</b>	<b>39</b>
3.1.1 A Convenção nº 97 da OIT.....	40
3.1.2 A Convenção nº 143 da OIT.....	44
<b>3.2 Âmbito da ONU .....</b>	<b>50</b>
3.2.1 A Convenção Internacional Sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias da ONU .....	51
<b>3.3 Âmbito Regional - MERCOSUL.....</b>	<b>57</b>
<b>4. O TRABALHADOR IMIGRANTE E SEUS DIREITOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA .....</b>	<b>63</b>
<b>4.1 A Constituição Federal de 1988.....</b>	<b>63</b>
<b>4.2 A CLT e a “Nacionalização do Trabalho” .....</b>	<b>65</b>
<b>4.3 O Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815 de 1980) e Normas Correlatas.....</b>	<b>69</b>
4.3.1 A Admissão de Trabalhadores Estrangeiros no Brasil: os Vistos e as Autorizações de Trabalho.....	70
4.3.2 Sanções Previstas no Estatuto do Estrangeiro .....	77
4.3.3 Os Trabalhadores Fronteiriços .....	79
<b>4.4 As Atuais Propostas de Legislação Migratória no Brasil .....</b>	<b>81</b>
4.4.1 O Projeto de Lei nº 5.655 de 2009.....	81
4.4.2 O Projeto de Lei do Senado nº 288 de 2013.....	84
4.4.3 O Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil.....	86
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>95</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A migração é fenômeno inerente à natureza humana, cuja maior motivação consiste na procura por condições mais dignas de vida. Assim sendo, evidente que, perante a lógica mundial mercantilista, o migrante busca por trabalho, visto que é por meio deste que possibilita o seu sustento. O trabalho, portanto, e, sobretudo, a sua tutela jurídica por meio do Direito, é instrumento basilar de consolidação da dignidade humana.

Nesse contexto, o Brasil insere-se como país historicamente marcado pelas migrações internacionais em busca de trabalho. No período imperial propagava-se no exterior a imagem do País como a terra da fartura, onde havia liberdade e oportunidades para todos. Com isso, milhares de trabalhadores estrangeiros vieram ao Brasil, os quais contribuíram de forma essencial para a conformação da sociedade brasileira moderna. Posteriormente, o País também enfrentou um intenso período de emigração, no qual brasileiros rumaram a outras nações à procura de emprego. Hoje, a vocação migratória brasileira inverte-se novamente e chama a atenção o crescente número de estrangeiros que aqui aportaram nos últimos anos, mormente haitianos, sul-americanos e africanos.

Diante desse novo cenário, faz-se mister a análise do tratamento justralhista dado ao imigrante pela legislação brasileira, isto é, pela Constituição Federal, pela Consolidação das Leis do Trabalho e, sobretudo, pela Lei 6.815/1980 ou Estatuto do Estrangeiro. Pretende-se verificar se tais normas estão aptas à promoção dos direitos do trabalhador imigrante na realidade atual, especialmente do Direito do Trabalho e, por conseguinte, da dignidade da pessoa humana. É este, portanto, o escopo precípua do presente estudo.

Para isso, esta monografia realiza-se com base no método dedutivo, com procedimento de análise bibliográfica e pesquisa doutrinária, como também documental, acerca do tema das migrações internacionais no Brasil e do tratamento jurídico conferido ao trabalhador no País.

Primeiramente, considera-se necessário abordar a migração laboral como busca de vida digna, evidenciando a relação existente entre a proteção trabalhista e a dignidade humana, como também as situações jurídicas nas quais a migração pode ocorrer, visto que estas influenciam o tratamento jurídico conferido ao trabalhador imigrante. Ainda, apresenta-se um breve panorama da migração por trabalho ao longo da história do Brasil. Logo, assim estrutura-se o primeiro capítulo.

O segundo capítulo, por sua vez, traz como parâmetro para o exame da regulação interna, a apreciação das disposições das principais normas internacionais e regionais de

proteção ao trabalhador migrante. Em alguns casos também se faz menção a trechos dos preâmbulos de tais normas, pois, ainda que desprovidos de força vinculante, são estes importantes meios complementares de interpretação das mesmas, conforme determina a Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados de 1969.

Por fim, no último capítulo passa-se à análise da proteção justabalhista do imigrante nas normas brasileiras pertinentes, tendo por base as tendências demonstradas pelas normas supranacionais. Também se discorre sobre as atuais propostas de uma nova lei de migrações para o País, que consistem em dois projetos de lei e um anteprojeto. Tem-se aí uma grande novidade do presente trabalho, visto que são poucos os estudos acadêmicos acerca de tais propostas.

Com isso, almeja-se contribuir para os avanços legislativos quanto aos direitos do trabalhador imigrante no Brasil, considerando a repercussão prática dessa discussão na vida dos imigrantes e no futuro da sociedade brasileira.

Importante frisar que não é objeto deste estudo a análise de todos os direitos do estrangeiro, de modo que não se pretende ponderar acerca da concessão de direitos políticos ou de questões de naturalização, por exemplo. Também não se pretende adentrar na questão dos refugiados. Assim, enfoca-se os direitos mais relevantes ao imigrante enquanto trabalhador.

Considera-se, após essa análise, a hipótese de que, ante a realidade dos atuais fluxos migratórios no Brasil, as normas brasileiras possam se revelar apropriadas à proteção dos direitos dos trabalhadores imigrantes. Por outro lado, há a possibilidade contrária, mostrando-se serem as leis defasadas e, portanto, inadequadas para a promoção dos referidos direitos.

Ao final, será verificada a hipótese que se confirmou, junto das considerações finais e, em seguida, apresenta-se as referências bibliográficas.



## 2. A MIGRAÇÃO DE TRABALHADORES COMO BUSCA DE VIDA DIGNA

### 2.1 O Direito do Trabalho Como Instrumento de Promoção da Dignidade Humana

No século XVIII, o movimento iluminista provocou uma revolução nos modos de se pensar a humanidade ao defender o uso da razão como “[...] instrumento capaz de promover a crítica das questões que envolviam a sociedade e a natureza” (COTRIM, 2002, p. 267) a qual perdura até os dias atuais.

Neste cenário, o filósofo Immanuel Kant desenvolveu o conceito clássico de dignidade da pessoa humana, que, sucintamente, consiste na noção do indivíduo como aquele que age com humanidade, isto é, tem racionalidade e, portanto, ocupa um lugar privilegiado em relação aos demais seres vivos. Desse modo, o homem não tem um preço, pois não admite substituição ou qualquer equivalência, é um fim em si mesmo e, por conseguinte, tem dignidade:

No reino dos fins tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode se pôr em vez dela qualquer outra como equivalente; mas quando uma coisa está acima de todo o preço e, portanto, não permite equivalente, então tem ela dignidade. (KANT, 2007, p. 77).

Assim, preconizava Kant: “age de tal maneira que uses a humanidade, tanto na tua pessoa como na pessoa de qualquer outro, sempre e simultaneamente como fim e nunca simplesmente como meio” (KANT, 2007, p. 69). Neste sentido,

Tratar a pessoa simplesmente como meio significa impedi-la de consentir com o meu modo de tratá-la, isto é, sem que saiba de minha intenção. Posso tratar alguém como meio desde que concorde com minha ação. [...]. Está pressuposto nessa formulação o valor absoluto do ser humano, ou seja, o homem é um fim em si mesmo. O fim último do ser humano é sua própria existência. O devido respeito refere-se ao homem como homem. Por isso a expressão “que uses a humanidade” (WEBER, 2009, p. 236-237).

Em definição contemporânea, esclarece Sarlet (2009, p. 94):

O sentido de dignidade enquanto princípio básico do ordenamento jurídico se aproxima das noções de respeito à essência da pessoa humana, respeito às características e sentimentos da pessoa humana, distinção da pessoa humana em relação aos demais seres. É um sentido subjetivo, pois o conteúdo da dignidade depende do próprio sujeito, depende de seus sentimentos de respeito, da consciência de seus sentimentos, das suas características físicas, culturais, sociais. Na atual concepção jurídica de pessoa humana, basta ter a qualidade de ser humano para o ordenamento jurídico reconhecer a qualidade de digno. Adquire-se, juridicamente, dignidade com o simples fato de ser humano, mesmo ainda não tendo nascido.

No que tange à extensão do conceito, pode-se afirmar que a dignidade humana possui duas dimensões: a individual e a social. Enquanto aquela está relacionada à integridade física e psíquica do ser humano, esta diz respeito à afirmação do homem como ser pertencente a uma sociedade, bem como à igualdade substancial e à fixação de um mínimo existencial a ser

assegurado a todas as pessoas. Assim, a concretização do princípio da dignidade humana só é possível pela reunião de suas duas dimensões (MIRAGLIA, 2009). É neste contexto que, levando-se em conta a lógica mercantil que rege o mundo atual, “o Direito do Trabalho consolida-se como o principal instrumento de concretização da dignidade da pessoa humana, ao possibilitar a inclusão efetiva do indivíduo-trabalhador na sociedade capitalista” (MIRAGLIA, 2009, p. 151).

Trata-se de uma noção ampla do Direito do Trabalho, que abarca dois aspectos: o direito ao trabalho e o Direito do Trabalho propriamente dito:

No que cinge ao direito ao trabalho, tem-se o direito individual subjetivo de todo homem de acesso ao mercado de trabalho e à capacidade de prover a si mesmo e à sua família, mediante seu próprio trabalho, que deve ser digno. Em relação ao Direito do Trabalho propriamente dito, refere-se ao direito social, coletivo, inerente a determinado grupo merecedor de proteção especial em face de sua desigualdade fática: os trabalhadores. Fixa o “patamar mínimo civilizatório” sem o qual não se aceita viver, derivado da igualdade substancial e que tem como substrato a dignidade da pessoa humana (MIRAGLIA, 2009, p. 149).

Logo, ambos os aspectos do Direito do Trabalho são fundamentais para a consecução da dignidade humana. No tocante ao primeiro, tem-se que:

[...] sem dúvida, é o direito ao trabalho que garante ao cidadão a remuneração que, se justa, garantir-lhe-á o acesso aos demais direitos essenciais, como educação, engajamento na vida política, direito ao lazer, direito a constituir um lar e garantir a subsistência da sua prole, direito à propriedade, dentre outros (BOUCAULT; ARAUJO, 1999, p. 309).

Por sua vez, o Direito do Trabalho propriamente dito deve normatizar a proteção do obreiro de modo a proibir a mercantilização de sua mão de obra. Assim, há uma conexão intrínseca entre o Direito do Trabalho e a dignidade humana, a qual se evidencia na necessidade de tutela jurídica das relações de emprego, a fim de assegurar que a subsistência, a integração social e a emancipação coletiva do trabalhador ocorram de acordo com as diretrizes do direito ao trabalho digno (DELGADO; RIBEIRO, 2013).

Isso porque o labor, mesmo que remunerado, quando realizado em condições degradantes e abusivas, nas quais a mão de obra é explorada ou, até mesmo, em meio a situações de penosidade, insalubridade e periculosidade, não será suficiente para a efetivação de condições dignas de vida. Portanto, “o trabalho não violará o homem enquanto fim em si mesmo, desde que prestado em condições dignas. O valor da dignidade deve ser o sustentáculo de qualquer trabalho humano” (DELGADO, 2006, p. 75). E, para que isso ocorra, é necessária a normatização adequada do trabalho por meio do Direito.

Ademais, ao visar a salvaguarda da dignidade, o Direito do Trabalho realiza também a justiça social, isto é, viabiliza a participação do indivíduo na organização e aperfeiçoamento

das instituições sociais, pois permite o acesso a oportunidades e a bens e serviços de modo balanceado em relação aos demais (FERREE *apud* DELGADO; RIBEIRO, 2013). Logo,

O direito do trabalho tende à realização de um valor: a justiça social. Não é o único meio de sua consecução, mas é uma das formas pelas quais um conjunto de medidas que envolvem técnicas econômicas de melhor distribuição de riquezas, técnicas políticas de organização da convivência dos homens e do Estado e técnicas jurídicas destinadas a garantir a liberdade do ser humano, dimensionando a num sentido social, visa atingir a justiça social (NASCIMENTO, 2001, p. 41).

Em ideia complementar a tal entendimento, asseveram Delgado e Ribeiro (2013, p. 200) que:

Por meio de sua concretização, o Direito do Trabalho também favorece a distribuição de renda na sociedade, fomentando a economia e tornando os direitos sociotrabalhistas necessários e complementares ao progresso material, tecnológico e social dos povos.

O artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 deixa positivada a relação entre o Direito do Trabalho e dignidade da pessoa humana, bem como trata do trabalho como um direito do homem e, portanto, universal<sup>1</sup>, nos termos seguintes:

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. 2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho. 3. Todo ser humano que trabalhe tem direito a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, **uma existência compatível com a dignidade humana**, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social. 4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e neles ingressar para proteção de seus interesses (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS ONU, 1948) [grifei].

A respeito dos preceitos deste artigo, importante notar que:

Em primeiro lugar, é dado ao trabalhador o direito ao trabalho que corresponde ao dever do Estado de providenciar o pleno emprego, o ganha pão para todos. Fiel à ética da sociedade industrial, o trabalho dignifica o homem. O direito ao trabalho deve, portanto, ser visto no contexto da garantia da dignidade humana contida no preâmbulo da Declaração. A isonomia salarial contida no inciso segundo do artigo 23 é decorrente da igualdade entre os homens. [...]. Sendo expressão da dignidade humana, constituindo um marco histórico ético na convivência da humanidade, os direitos humanos dos trabalhadores também são indisponíveis e irrevogáveis (BOUCAULT; ARAUJO, 1999, p. 238).

Em que pese essa tutela dos direitos humanos e, dentre eles, sobretudo do Direito do Trabalho, a nível universal, com fins de impor aos Estados o seu cumprimento, muitas vezes isso não ocorre, pois nem toda sociedade possui o grau de desenvolvimento necessário para proporcionar as bases de fato para sua realização (BOUCAULT; ARAUJO, 1999).

---

<sup>1</sup> Instrumentos internacionais como a Declaração Universal de Direitos Humanos “[...] destacam um patamar civilizatório universal de direitos para o ser humano trabalhador, reconhecendo o direito de toda pessoa de gozar de condições de trabalho justas e favoráveis para que possa levar uma vida digna” (DELGADO, 2006, p. 76). Importante ressaltar que o direito do trabalho é também considerado um direito fundamental, visto que previsto na atual Constituição Federal brasileira, conforme será aprofundado no terceiro capítulo.

Assim, o cenário de desigualdades intercontinentais do mundo hodierno, impele nacionais de regiões mais desfavorecidas a lutarem por sua dignidade através da busca por trabalho em outros países, isto é, a vislumbrarem como solução a migração.

## **2.2 A Migração por Trabalho e sua Situação Jurídica**

As migrações processos de pôr-se a caminho (indivíduos ou grupos) para chegar a um destino sempre existiram, enquanto deslocamento dos povos, desde o aparecimento da humanidade (ZAMBERLAM, et al. 2009). Logo, migrar faz parte da natureza inquieta do ser humano, de forma que o deslocamento de pessoas pelo mundo é perene e irrefreável.

Hoje, além de um fenômeno inerente à humanidade, as migrações internacionais “[...] constituem um espelho das assimetrias das relações socioeconômicas vigentes em nível planetário. São termômetros que apontam as contradições das relações internacionais e da globalização neoliberal” (MARINUCCI; MILESI, 2005, p. 1). No mesmo sentido afirmam Boucinhas Filho e Barbas (2013, p. 28):

No mundo atual, em que se agrava o desequilíbrio entre países ricos e países pobres e no qual o desenvolvimento da comunicação reduz rapidamente as distâncias, percebe-se um grande aumento nas migrações de pessoas que saem das zonas menos favorecidas do planeta em busca de melhores condições de vida.

Logo, a migração entre fronteiras é, em sua grande maioria, motivada pela busca por oportunidades, mormente de trabalho, de modo que “trabalhadores se movem de áreas com alto percentual de desemprego para regiões em que o trabalho é mais abundante” (BOUCINHAS FILHO; BARBAS, 2013, p. 28). Isto é: “a pobreza, as dificuldades de subsistência humana e a falta de perspectivas são as razões mais comuns para a migração de trabalhadores” (LIMA, 2011, p. 272).

Tem-se, assim, a “migração laboral”, isto é, o “movimento de pessoas do seu Estado para outro Estado com a finalidade de aí encontrar emprego. A migração laboral está regulada nas leis sobre migração da maioria dos Estados” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES OIM, 2009, p. 42).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho OIT (2015) existem atualmente cerca de 232 milhões de trabalhadores migrantes em todo o mundo, sendo que a globalização, as transformações demográficas, os conflitos, as desigualdades de renda e as mudanças climáticas encorajarão um número cada vez maior de obreiros e suas famílias a cruzar fronteiras a procura de emprego e segurança.



Contudo, a consolidação da busca por uma vida mais digna por meio da migração depende também da situação jurídica em que esta ocorrer. Assim, o processo migratório de trabalhadores pode configurar duas situações jurídicas: a irregularidade e a regularidade.

### 2.2.1 A Situação de Irregularidade versus A Situação de Regularidade

As migrações, mais do que um fluxo natural de mobilidade de pessoas, são também um direito humano<sup>2</sup>, conforme previsto no Art. 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos<sup>3</sup> de 1948: “1. Todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção e residência dentro das fronteiras de cada Estado. 2. Todo ser humano tem o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio, e a este regressar”. E, inclusive, garantido pelo inciso XV do art. 5º da Constituição Federal do Brasil de 1988<sup>4</sup>.

Todavia “ocorre que este também não é um direito ilimitado, vez que se sujeita a restrições ditadas por outros valores jurídicos, como a segurança e a ordem pública” (NICOLI, 2011, p 87). Tais restrições estão positivadas no art. 22, inciso 3, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos de 1969, também denominada Pacto de São José da Costa Rica e ratificada no Brasil pelo Decreto nº 678 de 1992, a qual, ao tratar dos direitos de circulação e de residência, dispõe que:

[...] 3. O exercício dos direitos supracitados não pode ser restringido, senão em virtude de lei, na medida indispensável, em uma sociedade democrática, para prevenir infrações penais ou para proteger a segurança nacional, a segurança ou a ordem públicas, a moral ou a saúde públicas, ou os direitos e liberdades das demais pessoas (BRASIL, 1992).

---

<sup>2</sup>Deve se atentar que alguns autores como Lopes (2009), entendem que o artigo 13 da Declaração Universal dos Direitos Humanos traz um paradoxo, pois prevê um direito à emigração, porém não assegura o correspondente direito à imigração, tendo em vista que a liberdade de estabelecimento e residência fora das fronteiras do país de nacionalidade de determinada pessoa não está prevista no referente artigo, sendo apenas uma reivindicação.

<sup>3</sup> “Vários outros instrumentos internacionais tratam sobre a liberdade de ir e vir nos mesmos termos da Declaração Internacional, quais sejam: 1. Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, de 1948 (art. 8º); 2. Protocolo nº 4 da Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos Humanos e Liberdades Fundamentais, de 1963 (art. 2º); 3. Convenção Americana sobre Direitos Humanos, de 1969 (art. 22); 4. Carta Africana dos Direitos Humanos e das Pessoas, de 1981 (art. 18)” (LOPES, 2009, p. 240).

<sup>4</sup> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XV é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens; [...] (BRASIL, 1988).

A soberania estatal, portanto, ao ser exercida como forma de resguardar, mormente, a segurança nacional, é o meio legítimo pelo qual os países tentam controlar e limitar os fluxos migratórios.

Logo, a situação jurídica da imigração está intimamente ligada com a questão da soberania. Afinal, por meio da afirmação de sua soberania, esta definida por Dallari (2010, p.80) como “o poder de decidir em última instância, sobre a atributividade das normas, vale dizer, sobre a eficácia do direito”, os Estados criam suas políticas e legislações migratórias.

Em que pese o direito humano de ir e vir, “a circunstância de os fluxos migratórios repercutirem nas esferas econômicas, sociais, políticas e culturais internas obriga cada país a regulá-los de acordo com os objetivos que tiver traçado para a imigração” (BOUCINHAS FILHO; BARBAS, 2013, p. 29). Assim, cada pátria soberana tem a faculdade de definir os limites da regularidade da imigração em seu território de acordo com seus interesses nacionais, o que se dá da seguinte maneira:

Os ordenamentos estatais apresentam uma série de requisitos exigidos para que a imigração se proceda de modo regular [...]. Aquele que obedeça a tais critérios, terá imigrado em condição de regularidade, sujeitando-se a uma situação jurídica que, via de regra, praticamente o iguala (ou aproxima muito) do nacional do país receptor, do ponto de vista da garantia de direitos e da previsão de obrigações. Por outro lado, aqueles que desobedecem à regulação migratória do país de destino – seja adentrando o território nacional de maneira irregular, seja permanecendo nele com visto inadequado – estarão em situação de irregularidade, sujeitando-se às sanções aplicadas pelo ordenamento jurídico do país em que se encontram (NICOLI, 2011, p. 26).

Necessário frisar aqui que “[...] não se pleiteia a inexistência de fiscalização e controle, mas que se dê preferência ao desenvolvimento de políticas que prestigiem a dimensão humana envolvida nas migrações irregulares” (NICOLI, 2011, p. 119). Todavia, em geral tais requisitos são bastante rígidos e burocráticos, pois os países de destino costumam encarar a imigração como um problema a ser solucionado.

Aliás, os processos migratórios são classificados como problemas nos mais diversos aspectos, sobretudo político:

A migração é um problema demográfico: influencia a dimensão das populações na origem e no destino; é um problema econômico: muitas mudanças na população são devidas a desequilíbrios econômicos entre diferentes áreas; **pode ser um problema político: tal é particularmente verdade nas migrações internacionais, onde restrições e condicionantes são aplicadas àqueles que pretendem atravessar uma fronteira política**; envolve a psicologia social, no sentido em que o migrante está envolvido num processo de tomada de decisão antes da partida, e porque a sua personalidade pode desempenhar um papel importante no sucesso com que se integra na sociedade de acolhimento; e é também um problema sociológico, uma vez que a estrutura social e o sistema cultural, tanto dos lugares de origem como de destino, são afetados pela migração e, em contrapartida, afetam o migrante (JANSEN *apud* PEIXOTO, 2004, p. 4) [grifei].

Logo, as migrações são não apenas um fato social, mas também inerentemente político, visto que o Estado, por meio de sua política migratória, influencia o processo de formação dos fluxos migratórios (REIS, 2011). Portanto, pelo exercício de seu poder político, as nações soberanas delineiam as condições legais para a imigração, a fim de controlar os processos migratórios em seus territórios e evitar a entrada de “indesejáveis”, de modo que:

Geralmente, tais requisitos excluem indivíduos sem qualificação profissional e de baixa escolaridade, admitindo como imigrantes regulares apenas aqueles que, de um modo bastante utilitarista, contribuam para o mercado de trabalho interno e não constituam um “peso” para o país (NICOLI, 2011, p. 88).

Com isso, consolida-se a noção de “candidato rejeitado” trazida pelo “Glossário para as Migrações” da Organização Internacional para as Migrações OIM (2009, p. 13), isto é, “requerente que foi rejeitado por uma equipe de seleção por não se enquadrar nos critérios de migração do país em causa”. E, conseqüentemente, estimula-se a “entrada ilegal ou ilícita”, definida pelo art. 3º, alínea *b*, do Protocolo contra o Contrabando de Migrantes por Terra, Mar e Ar<sup>5</sup> promulgado no Brasil pelo Decreto Nº 5.016 de 2004 como “a passagem de fronteiras sem preencher as condições necessárias para a entrada legal no Estado de acolhimento” (BRASIL, 2004).

A entrada ilegal, por sua vez, caracteriza o migrante irregular:

Alguém que, devido a uma entrada ilegal ou um visto fora do prazo de validade, não tem estatuto legal no país de trânsito ou de acolhimento. O termo aplica-se ao migrante que infringe as normas de admissão de um país e a qualquer outra pessoa não autorizada a permanecer no país de acolhimento (também designado por migrante clandestino/ ilegal/ indocumentado ou migrante em situação irregular) (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES OIM, 2009, p. 45).

Dentre todas essas designações, as expressões mais adequadas, sob o ponto de vista da dignidade humana, seriam as de “imigrante indocumentado” ou “imigrante em situação irregular”, haja vista que retiram a ênfase da ilegalidade sobre a pessoa do imigrante, transpondo-a para a condição em que o mesmo se encontra, isto é, o não preenchimento dos requisitos legais de admissão no país (NICOLI, 2011).

As expressões “imigrante clandestino” ou “ilegal” refletem uma noção deturpada do imigrante como criminoso, como se sua própria existência conformasse, por si, um delito (NICOLI, 2011). Na realidade, o que frequentemente ocorre é que:

[...] o país anfitrião, ao proibir a obtenção de oportunidades de trabalho para os trabalhadores migrantes, provoca sua exclusão social. O migrante excluído, sem outras opções, acaba não encontrando outra alternativa senão atuar no mercado informal, algumas vezes relacionado com alguma atividade ilícita. Ao assim proceder, sua imagem fica mais agregada à criminalidade e ao mundo da informalidade,

---

<sup>5</sup> Tal protocolo complementa a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional de 2000.

instigando ainda mais a hostilidade dos nacionais contra os migrantes, em um perigosíssimo círculo vicioso (LIMA, 2011, p. 281).

Percebe-se, assim, que o *status* de irregularidade está diretamente relacionado ao trabalho informal e, por conseguinte, a toda sorte de opressões. A adoção de políticas restritivas para a recepção de imigrantes e condutas agressivas contra a permanência irregular no território para a finalidade de trabalho abre portas a práticas de exploração de mão de obra em condições desumanas, inclusive análogas à escravidão (LIMA, 2011). Esclarece-se que tais condições envolvem privação de liberdade, a exemplo da servidão por dívida, e condições degradantes de trabalho, isto é, jornadas excessivas e ambientes insalubres (NICOLI, 2011).

Há casos em que os próprios empregadores ameaçam denunciar ou efetivamente denunciam às autoridades os imigrantes em condição de irregularidade, com o intuito de provocar sua imediata deportação. Com isso buscam criar um estado de terror, ou seja, maior domínio sobre os empregados, como também afastar os custos de uma rescisão contratual ou mesmo do pagamento da contraprestação mínima do trabalho executado e terminado (LIMA, 2011).

Outra consequência imigração irregular é a perda da capacidade jurídica, visto que o imigrante indocumentado é impedido de exercer os mínimos atos de uma vida civil normal, de maneira que:

[...] não pode se expressar politicamente e não tem qualquer direito de representação social formal, muito menos política. Sente-se inibido a tomar qualquer atitude na defesa de seus direitos ou no respeito como pessoa humana, pois ainda que lhe seja favorável a pretensão, certamente será denunciado às autoridades de imigração. Não pode demonstrar livremente seus valores culturais e religiosos, pois estaria sujeito a perseguição dos próprios habitantes locais, com risco de chegar ao conhecimento das autoridades. Também não pode receber assistência médica e social regular em muitos casos, senão aquela mais elementar e preparatória para o ato de deportação e retorno ao país de origem, quando não ocorrer risco de sofrer uma pena restritiva de liberdade (LIMA, 2011, p. 280).

Vale destacar que a principal forma de entrada ilícita se dá pela rede internacional de tráfico de pessoas, por meio da qual:

[...] Os famosos “coiotes” atuam no aliciamento e transporte clandestino com o ingresso irregular em determinada fronteira, frequentemente de forma muito precária e arriscada. O migrante, desejoso de chegar ao território sonhado, muitas vezes aceita esse meio de transporte, adquirindo um “pacote” em que está incluso o transporte, a estadia e a colocação no novo território. No entanto, esse tipo de atividade tem revelado grandes armadilhas aos migrantes e, em muitas delas, o migrante irregular está fadado à mais grave situação de um trabalhador: a exploração desumana de sua capacidade de trabalho (LIMA, 2011, p. 277).

Por outro lado, tem-se o trabalhador migrante que, em função de sua qualificação profissional, condições financeiras e, até mesmo, país de origem, consegue satisfazer as exigências legais de admissão e, por conseguinte, alcança a situação de regularidade, podendo



desfrutar de forma mais efetiva do direito humano de livre circulação, bem como do direito ao trabalho. Tal perfil de trabalhador migrante, conforme define o “Glossário para as Migrações” caracteriza o “migrante qualificado”, isto é:

Trabalhador migrante a que, devido às suas qualificações, geralmente é concedido um tratamento preferencial relativamente à admissão num país de acolhimento (e, consequentemente, está sujeito a menos restrições no que se refere à duração da estadia, à mudança de emprego e ao reagrupamento familiar) (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES OIM, 2009, p. 45).

Alguns autores defendem que a esses trabalhadores, por serem percebidos socialmente de modo diferenciado, seja pelos discursos políticos, pela a mídia e, inclusive, por acadêmicos, não se aplicaria a designação de “imigrante”, pois

Ainda que um “imigrante” seja juridicamente um “estrangeiro”, a designação imigrante o associa a uma pessoa que procede de um país economicamente menos favorecido, que tem um elevado umbral de pobreza, com indicadores sociais limitados e sociedades “atrasadas” no sentido civilizatório e que devido a essa combinação de fatores “exporta” imigrantes. Por outro lado, temos a denominação de “estrangeiro”, em geral, associada socialmente a um indivíduo originário de uma nação economicamente mais desenvolvida que em vez de exportar imigrantes, produz turistas (NUNES; CAVALCANTI *apud* CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2014).

No Brasil, como espelho de seus requisitos legais de admissão bastante seletivos os quais serão analisados mais profundamente em momento posterior , os imigrantes que adquirem o *status* de regularidade com maior facilidade são empresários, técnicos e investidores, que enxergam no País oportunidades específicas de sucesso (NICOLI, 2011). Prova disso, é que um dos casos que mais geram autorizações de trabalho para o Brasil é o dos executivos e gestores de empresas transnacionais (LOPES, 2009).

Por todo o exposto, tem-se que sendo a principal causa da migração a busca por melhores condições de vida e por oportunidades de trabalho como uma das formas de consolidá-las, em geral o imigrante não se torna irregular por vontade própria e, sim, adentra na ilegalidade em função da dificuldade em preencher todas as exigências legais impostas pelo exercício da soberania estatal para sua admissão regular no país.

Logo, a situação da imigração, condição que determinará a proteção trabalhista recebida pelo imigrante, depende de suas condições em perfazer os requisitos legais de admissão no território nacional de um país, bem como da complexidade e burocracia envolvidas nesse processo. De qualquer modo,

[...] a pessoa humana e o trabalho prestado merecem ampla proteção, proteção que, à luz das diretivas de igualdade e da não discriminação, não pode sucumbir a qualquer obstáculo erigido por regulamentos ou políticas supostamente implementadas no exercício da “soberania” dos Estados (NICOLI, 2011, p. 18).

Assim,

Para ser coibida a violência aos direitos humanos dos imigrantes irregulares, seria necessário um equacionamento da limitação do direito de cada Estado estabelecer

políticas restritivas à migração, para que estas não venham, direta ou indiretamente, violar direitos humanos (LIMA, 2011, p. 283).

No mesmo sentido é o entendimento de Delgado e Nunes (2008, p. 11) ao afirmarem que:

Se por um lado, é legítimo aos Estados estabelecer suas políticas migratórias, por outro, há limites ao exercício dessa soberania. Os Estados podem adotar certas medidas de controle, desde que não limitem certos direitos. Pode, pois, haver certas restrições à entrada de estrangeiros, desde que tais restrições se amparem em fins legítimos e não violem certos direitos fundamentais, tais como o direito à não discriminação e à igualdade perante a lei.

Tendo isso em mente, passa-se a um breve panorama do histórico da imigração de trabalhadores no Brasil, estudo importante para a compreensão da percepção brasileira com relação ao trabalhador estrangeiro, bem como do tratamento jurídico a ele conferido no decorrer do tempo até os dias atuais.

### **2.3 Breve Panorama da Migração Internacional de Trabalhadores no Brasil**

A nação brasileira tem como principal característica histórica a sua conformação populacional por diferentes grupos étnicos e culturais, que migraram de seus locais de origem para povoar o solo brasileiro:

O Brasil é, portanto, uma verdadeira nação imigrante, e sua história rica em ondas recorrentes de imigração, vindas de lugares tão diversos como Portugal, África, Itália, Alemanha, Polônia e Japão, tornaram o país um caldeirão étnico e culturalmente diversificado, que moldou sua identidade nacional (STUENKEL, 2013, p. 1).

A história da imigração no Brasil é tradicionalmente retratada na literatura a partir do século XIX, com a chegada dos trabalhadores imigrantes europeus. Isso ocorre em função do conceito estrito de imigrante, que envolve, além do deslocamento humano entre fronteiras com o intuito de permanência – o que o difere do simples estrangeiro, que não tem o ímpeto de se estabelecer no local de destino –, a ideia de enfrentamento das barreiras políticas e normas de admissão de outra nação já consolidada, bem como a participação no processo decisório pela migração (NICOLI, 2011).

Por tais razões, há três grupos que contribuíram de forma essencial para a formação da sociedade brasileira, porém não se enquadram no conceito de imigrante: os portugueses, os indígenas e os escravos africanos.

Quanto aos portugueses, entende-se que:

O Brasil, naquela época, não gozava de independência em relação à Portugal, o que dava ao país um *status* de prolongamento da própria coroa lusitana. Os portugueses

que para a colônia se deslocavam, a despeito de atravessarem o Atlântico, não extrapolavam o domínio do poderio de seu país natal em terras brasileiras, o que reforça a não identificação destes como imigrantes (NICOLI, 2011, p. 68).

Os indígenas, por sua vez, já se encontravam no território brasileiro quando aqui atracaram os portugueses, visto que “antes da chegada dos europeus, havia no continente americano mais de 3 mil nações indígenas” (COTRIM, 2002, p. 179). Sendo assim, quando aqui se fixaram os ameríndios, a conjuntura histórica era outra e, inclusive, pouco conhecida pelos relatos históricos, portanto, na qual não cabe a aplicação do supramencionado conceito de imigrante.

No que tange à noção dos ancestrais africanos como imigrantes, é necessário considerar que, na condição de escravos, não possuíam participação na tomada de decisão pela migração e, conseqüentemente, não eram tratados como sujeitos da mesma, mas sim como meros objetos ou mercadorias transportadas. Além disso, lhes faltava a condição da mobilidade (VAINER, 2011).

Contudo, optou-se por discorrer brevemente acerca dos mesmos no tópico a seguir, tendo em vista que os portugueses e os escravos africanos representaram os primeiros fluxos expressivos de estrangeiros ao Brasil e, junto dos ameríndios, também tiveram participação essencial na concepção da população brasileira, bem como influenciaram, de certa forma, os padrões sociais e jurídicos do tratamento à imigração e ao trabalho no País (NICOLI, 2011).

### 2.3.1 Os “Conquistadores”, os Indígenas e o Tráfico de Africanos Escravizados

As “migrações dos conquistadores” iniciaram-se no século XV com a expansão comercial-marítima europeia, que levou ao “descobrimento” da África e América.

No Brasil, o primeiro grande fluxo imigratório europeu para as terras brasileiras caracterizou-se pela chegada dos portugueses, no século XVI. Estes “[...] trouxeram as tradições culturais e religiosas da península ibérica e, ao mesmo tempo, introduziram o Brasil no sistema colonial” (MARINUCCI; MILESI, 2002, p. 1).

Inicialmente, os lusitanos que aqui chegaram eram fazendeiros ou empresários que haviam recebido sesmarias e que buscavam enriquecimento em solo brasileiro com a intenção de retornarem à metrópole posteriormente. Todavia, a partir do ano de 1700, também começaram a aportar no Brasil portugueses de origem mais simples, os quais tinham o intuito de aqui permanecer (NICOLI, 2011).

Como já mencionado, haja vista que o território brasileiro, à época, consistia em mera extensão do domínio da coroa portuguesa e, portanto, estava subordinado à sua ordenação jurídica, “[...] os portugueses no Brasil não eram propriamente estrangeiros ou imigrantes, vez que permaneciam em terras portuguesas” (NICOLI, 2011, p. 70).

Quanto às comunidades nativas que aqui se encontravam, a chegada dos europeus representou uma mudança radical no modo como viviam, uma vez que:

Populações indígenas inteiras foram removidas de suas regiões de origem para trabalhar como escravos para os conquistadores. Fora de seu meio natural, sofreram com as mudanças no tipo de alimentação e no ritmo de trabalho. A organização social e produtiva indígena foi desestruturada (COTRIM, 2002, p. 182).

Inicialmente, os indígenas foram submetidos à extração do pau-brasil e, posteriormente, passaram a ser escravizados em função da necessidade de braços na produção açucareira, sendo que “para obter o trabalho indígena, os colonos não hesitaram em usar a violência e impor a escravidão” (COTRIM, 2002, p. 198).

Com a redução da população indígena em virtude das guerras com os colonos, bem como das epidemias trazidas da Europa que facilmente os vitimavam e, simultaneamente, a expansão do comércio açucareiro, encontrou-se no tráfico de africanos escravizados a solução mais barata para a carência de mão de obra na lavoura (COTRIM, 2002).

Assim, a vinda dos primeiros africanos ao Brasil deu-se por meio das migrações forçadas de escravos, tidos como mercadorias para servirem de mão de obra na produção de açúcar. A respeito disso, explanam Marinucci e Milesi (2002, p.1-2) que:

Comprados ou capturados na África, os escravos e as escravas eram tratados como simples mercadoria “estoques” ou “peças” e destinados a alimentar o comércio triangular entre Europa, África e Américas, comércio que enriqueceu apenas o primeiro dos três continentes. [...] as condições das viagens eram terríveis, sendo frequentes as mortes antes da chegada no lugar de destinação. Assim como os índios, eles perdiam o direito de ir e vir, confinados entre a senzala e o trabalho. A única mobilidade possível decorria da venda por parte dos amos, das perigosas fugas e das andanças dos negros libertos.

De acordo com Zamberlam et al (2009, p. 17), “a história registra que essa migração forçada trouxe cerca de 3,6 milhões de africanos, além dos mais de 30% mortos na travessia do Atlântico”.

Nota-se, portanto, que os primeiros estrangeiros que aqui vieram com a finalidade específica de trabalhar os africanos foram submetidos à escravidão. Esta, por ser uma forma de trabalho legítima à época, mostrava-se mais interessante aos grandes fazendeiros do que o trabalho assalariado, nitidamente mais dispendioso, razão pela qual predominava o modo de produção escravista no País.

Sobre a condição jurídica do trabalhador escravo, explana Martins (2003, p. 34):



A primeira forma de trabalho foi a escravidão, em que o escravo era considerado apenas uma coisa, não tendo qualquer direito, muito menos trabalhista. O escravo, portanto, não era considerado sujeito de direito, pois era propriedade do *dominus*. Nesse período, constatamos que o trabalho do escravo continuava no tempo, até de modo indefinido, ou mais precisamente até o momento em que o escravo vivesse ou deixasse de ter essa condição. Entretanto, não tinha nenhum direito, apenas o de trabalhar.

Isso ocorria porque a relação escravista de trabalho é abalizada na total sujeição pessoal, que se diferencia consideravelmente da subordinação jurídica que define a relação jurídico-empregatícia. Nesta última, o trabalhador opta livremente pela prestação de sua mão de obra em troca de remuneração, sendo, portanto, titular de direitos. Logo, a concretização da sujeição jurídica só ocorreu após a abolição da escravatura (NICOLI, 2011).

### 2.3.2 A Vinda de Trabalhadores Imigrantes

O fluxo de trabalhadores imigrantes ao Brasil iniciou-se no século XIX por um conjunto de fatores, tanto no âmbito internacional como interno.

No plano internacional, sobretudo na Europa, a emigração em massa foi motivada pelo processo de industrialização, que, ao abalar as estruturas agrárias tradicionais, gerou uma grande desigualdade social entre uma minoria detentora do capital e uma grande maioria desprovida de bens, mormente camponeses e pequenos agricultores (BALDIN, 1999).

Na seara interna, por sua vez,

[...] três fatores de fundamental importância aconteciam no Brasil: a expansão da cultura cafeeira no Vale do Rio Paraíba, em São Paulo; o movimento para o fim do regime de escravidão negra e a necessidade imperiosa de se colonizar as *terras incultas* do país, principalmente as terras do Sul, a fim, inclusive, de resguardá-las de invasões espanholas (BALDIN, 1999, p. 30) [grifo da autora].

Assim, a imigração europeia já ocorria timidamente no Brasil desde o reinado de D. João VI, que promulgou, em 25 de novembro de 1808, um decreto permitindo o acesso à propriedade de terras por estrangeiros, isto é, prevendo a concessão de sesmarias a imigrantes, a fim de atrair às terras brasileiras europeus que buscavam oportunidades na América (SEYFERTH, 1990). Iniciava-se, assim, a chamada “imigração subsidiada”, que consistia na prática de medidas para estimular a vinda de estrangeiros ao Brasil com o objetivo principal de colonizar e povoar o vasto território do País, sobretudo a região Sul.

Aqueles que aos poucos aqui chegavam para ocupar o território passaram a formar as primeiras relações de trabalho imigrante, por meio da prestação de determinados serviços.

Como reflexo disso, já em 1830 foi publicada a primeira lei trabalhista do Brasil, regulamentando não só o contrato escrito de prestação de serviços por brasileiros, como também por estrangeiros, dentro e fora do Império (BRASIL, 1830).

A referida norma era de aplicação bastante restrita, pois naquele tempo as relações de trabalho não eram comumente estabelecidas através de contratos formais, sobretudo em razão da prevalência da escravidão, sistema no qual acordos, quando realizados, não eram tidos como contratuais nem mesmo contemplados pela legislação. Contudo, uma lei reguladora de contratos de prestação de serviços era considerada oportuna justamente em virtude dos imigrantes, pois se entendia à época que:

Desenraizados, tais indivíduos não estavam inseridos nas teias das relações pessoais que, por meio da ‘economia de favores’, produzia dependentes para obedecerem e prestarem serviços a quem os protegia. Por isso, para quem contratava tais indivíduos, parecia necessário que os ajustes de trabalho fossem formalizados em contratos e que houvesse garantias legais de que seriam cumpridos. A percepção da dificuldade para o exercício privado do controle social fazia com que se requisitasse a intervenção do Estado. Ainda que dos anos subsequentes à Independência até a década de 1850 tenham prevalecido os projetos imigrantistas orientados para a ocupação territorial e a formação de núcleos coloniais visando à incorporação de imigrantes como pequenos proprietários, não se descartava totalmente a possibilidade de que os estrangeiros fossem introduzidos no território nacional como trabalhadores (MENDONÇA, 2012, p. 65-66).<sup>6</sup>

Percebe-se que desde então a legislação refletia a desconfiança e o receio que se tinha com relação ao imigrante, em função de sua origem e cultura diversas.

Em 1850, a promulgação da “Lei Eusébio de Queirós”, proibindo o tráfico negreiro e a entrada de novos escravos em território brasileiro, fomentou a procura por mão de obra livre e, por conseguinte, provocou o aumento do fluxo migratório de trabalhadores ao Brasil.

Com essa primeira restrição ao uso de mão de obra escrava, dois grandes movimentos passam a influenciar a legislação e as políticas migratórias do período Imperial:

De um lado, existia a tendência de continuidade da política adotada por D. João VI, ou seja, a entrada de imigrantes destinados a núcleos de pequena propriedade, com a finalidade de colonizar. De outro, a defesa do ingresso de estrangeiros para substituição do braço escravo, em especial nas lavouras de café. (IOTTI, 2010, p. 12).

Cabe elucidar aqui que, nas lavouras de café os imigrantes eram submetidos a dois sistemas de trabalho, os quais foram criados pelos fazendeiros para disciplinar a mão de obra

---

<sup>6</sup> Em complemento à lei de 1830 e visando especificamente a locação de serviços de trabalhadores estrangeiros, foi promulgada, em 11 de outubro de 1837, a Lei nº 108: “Muito mais extensa que a lei de 1830, a de 1837, em seus 17 artigos, buscava contemplar de forma detalhada os possíveis conflitos decorrentes de contratos feitos com trabalhadores imigrantes, definindo, entre outras coisas, a maneira pela qual os compromissos contratuais deviam ser firmados para ter valor legal e as sanções previstas aos que, ‘sem justa causa’, desrespeitassem o que fora acordado” (MENDONÇA, 2012, p. 68).

estrangeira dentro de suas terras e, portanto, eram paralelos à legislação trabalhista vigente (KIRDEIKAS, 2008). O primeiro deles consistia no colonato, um sistema no qual os custos da viagem do imigrante eram subsidiados pelo governo, porém frequentemente envolvia multas contratuais abusivas. O outro, por sua vez, era o sistema de parceria, por meio do qual os imigrantes

[...] davam ao proprietário da fazenda uma parte da colheita e ficavam com a outra parte. No entanto, eram enganados e explorados pelos fazendeiros, trabalhando de sol a sol e sendo tratados como escravos. Por isso, muitos deles se revoltaram. As consequências foram o fracasso do sistema de parceria e o desestímulo à vinda de novos imigrantes (COTRIM, 2002, p. 389).

Ainda acerca dos sistemas de parceria, leciona Seyferth (1990, p. 26), ao abordar as diferenças entre a colonização em São Paulo e na região Sul, que:

A colonização em São Paulo foi diferente em seus objetivos. O incentivo à imigração veio da necessidade de solucionar o problema de mão de obra nas grandes propriedades cultivadoras de café. O fim do tráfico de escravos em 1850 fez que a imigração europeia fosse vista como a solução para o problema da mão de obra: o imigrante, trabalhador livre, substituindo o escravo. Os grandes fazendeiros, portanto, queriam o imigrante como trabalhador rural e não como pequeno proprietário. Receberam a mesma designação de colonos, mas o colonato em São Paulo tomou feições bem diversas das do Sul; aos colonos, de alguma forma, era vedado o acesso à propriedade da terra que cultivavam (ou outra). Foram vários os sistemas utilizados em São Paulo. Inicialmente, existiu o regime de parceria, idealizado e posto em prática pela primeira vez por um grande proprietário, o Senador Vergueiro; os contratos eram muito desfavoráveis aos colonos, mas, pelo menos a nível do discurso, supunham a posterior transformação do trabalhador em pequeno proprietário, como forma de atrair imigrantes. O fazendeiro se responsabilizava pelas despesas de viagem e outras que o colono deveria saldar com seu trabalho e produção, e, ao final do contrato, isto é, pagas as dívidas, poderia ter acesso à terra. De fato, isto não acontecia, pois os contratos eram constantemente burlados e a dívida manipulada pelos fazendeiros. O descontentamento com o sistema de parceria levou muitos colonos à rebelião [...].

Os imigrantes, portanto, ficaram insatisfeitos, tanto pelo desrespeito aos contratos de imigração realizados, quanto pelo precário regime de parceria e pelas péssimas condições de vida e trabalho. Sobre o assunto, mais especificamente a respeito das colônias de São Paulo, assevera Baldin (1999, p. 31) que:

No Estado de São Paulo prevaleceu, decididamente, a imigração de trabalhadores agrícolas, que eram transportados às fazendas de café em trens com vagões fechados. Nessas fazendas, os imigrantes ficavam praticamente prisioneiros e tinham de trabalhar todos os dias de sol a sol, malnutridos e sem receber nada em troca até que lhes fosse descontado, do trabalho, o investimento do fazendeiro para a viagem. Ou seja, vieram substituir o negro na lavoura cafeeira e a condição a que tiveram de se submeter era pouco superior àquela dos escravos.

Por todos esses fatores, “o descontentamento dos imigrantes não demorou em chegar à Europa e trouxe consequências desfavoráveis à emigração para o Brasil” (IOTTI, 2010, p. 7). Com isso, “[...] os governos europeus (Alemanha e Itália, mais particularmente) houveram por bem limitar e até impedir a saída de suas populações” (BALDIN, 1999, p. 35), a exemplo da

promulgação do regulamento *von der Heydt* pela Prússia, suspendendo a imigração oficial de seus nacionais a São Paulo e, posteriormente, em 1871, a todo Brasil (IOTTI, 2010).

Consequentemente, o número de emigrantes com rumo ao território brasileiro reduziu significativamente, forçando o governo a tomar providências:

[...] o Governo Imperial tomou medidas que tentavam minimizar essa redução de colonos que pra cá se dirigiam ou, aqui permaneciam, tendo em vista que grande número de imigrantes, principalmente os italianos, mesmo depois de já estabelecidos na Província de Santa Catarina ou no Rio Grande do Sul, conseguiam burlar as administrações das colônias e dirigiam-se às cidades portuárias das respectivas Províncias, onde embarcavam nos piquetes que seguiam para a Argentina, principalmente, e também para o Uruguai. Assim, uma das formas de atacar essa situação de descontentamento dos imigrantes em relação à política brasileira e reverter o quadro negativo, seria a de rever a propaganda imigratória feita na Europa (BALDIN, 1999, p. 35).

Assim, o governo imperial passou a reforçar as subvenções à imigração e a organizar as campanhas de propaganda no exterior de outra forma, de modo que “[...] os Representantes Oficiais do Brasil na Europa assumissem o controle desses investimentos, não mais os deixando totalmente livres e a cargo das Companhias de Imigração, como acontecera nos inícios do processo imigratório” (BALDIN, 1999, p. 47). Além disso, “o regime de parceria foi substituído, já na década de 1870, pelo assalariamento. Os imigrantes, principalmente italianos, chegavam às fazendas como trabalhadores contratados por um salário” (SEYFERTH, 1990, p. 17).

A adoção de providências como essas contribuiu para a frear o descontentamento dos europeus e reestabelecer o fluxo migratório com destino ao Brasil. A partir daí, pode-se dizer que a intensidade da vinda de imigrantes ao Brasil acompanhou o fortalecimento paulatino do movimento abolicionista: em 1871, houve a edição da Lei do Ventre Livre, estabelecendo a liberdade dos filhos de escravos nascidos após sua promulgação e, em 1885, a Lei dos Sexagenários, que declarou livres os escravos com mais de 60 anos de idade. Finalmente, em 1888, foi promulgada pela Princesa Isabel a Lei Áurea, determinando o fim da escravidão (ANDENA, 2013).

Logo, “[...] a partir de 1888 iniciou-se a fase do movimento imigratório maciço para as terras brasileiras, com destacada participação de São Paulo na absorção desses colonos. Eram portugueses, espanhóis, russos, alemães e sobretudo italianos” (LEÃO, 1989, p. 15).

Outros fatores econômicos que influenciaram a vinda maciça de trabalhadores imigrantes nesta época foram as primeiras iniciativas de industrialização do País, o comércio e a abertura de estradas. No entanto, a ideia racista de branqueamento da população brasileira também mascarava a preferência pela mão de obra livre europeia em detrimento daquela que

se formou com o fim da escravidão, de origem africana (NICOLI, 2011). Sobre essa questão, concluem Boucinhas Filho e Barbas (2013, p. 12):

No Brasil, no período de 1850 a 1890, nossas leis tinham o objetivo de estimular a imigração, oferecendo ao estrangeiro muitos atrativos e privilégios, inclusive doação de terras [...]. Há estudos reveladores de que esta política claramente xenófila não tinha só objetivos econômicos, mas também raciais: para afastar o risco de predominância demográfica da população afrodescendente, estimulou-se a entrada em massa de imigrantes de origem europeia.

Por conseguinte,

No período de 1890 a 1930, estima-se que entraram no Brasil mais de 3,5 milhões de imigrantes. Seduzidos por incentivos e anúncios de prosperidade que o governo brasileiro divulgava no exterior, esses imigrantes vinham em busca de trabalho e melhores condições de vida. Muitos sonhavam em enriquecer no Brasil: *fare l'America* (fazer a América), como diziam os Italianos (COTRIM, 2002, p. 464).

Nessa época, os imigrantes italianos representavam em torno de 33% do total de estrangeiros que chegaram ao País. Também haviam grupos menores de alemães, japoneses, sírio-libaneses, russos, lituanos, austríacos, entre outros (COTRIM, 2002).

Durante o período republicano, as concessões governamentais para o transporte e instalação de imigrantes foram mantidas (IOTTI, 2010). No entanto, foram intensificados critérios de seleção do perfil imigrante desejável, sobretudo quanto à nacionalidade e etnia dos indivíduos, isto é, era incentivada a imigração de determinados grupos, selecionados de forma extremamente subjetiva. Nesse contexto, os nativos da Ásia, especialmente hindus, chineses e japoneses eram considerados obstáculos à unificação do tipo (povo) nacional (SEYFERTH, 2002). Em suma:

Os princípios de colonização europeia vigentes no Império pouco mudaram depois da abolição, apesar da crítica republicana à concentração de europeus no Sul vista como pecado mortal da política imigratória brasileira. O binômio imigração colonização persiste na legislação republicana; mas, nos discursos sobre imigração desde a década de 1890, entram em cena, de forma exasperada, os debates sobre o tipo nacional (algo diretamente ligado à noção morfológica de raça) e a questão da assimilação associada à formação nacional (SEYFERTH, 2002, p. 126).

No século XX, os trabalhadores oriundos do “Velho Mundo” eram maioria na indústria nacional. Conforme registro de Nascimento (2001, p. 56-57):

No Estado de São Paulo, em 1901, dos 50.000 operários existentes, os brasileiros eram menos de 10%. Na capital paulista, entre 7.692 operários, 4.999 eram imigrantes, sendo a maioria absoluta de italianos. Pelo recenseamento de 1906 do Rio de Janeiro, numa população de 811.443 habitantes, 118.770 eram operários e a maioria estrangeiros, principalmente portugueses e espanhóis.

Tais trabalhadores, orientados por ideologias de cunho anárquico e socialista trazidas consigo da Europa, formaram os primeiros pilares da resistência operária no Brasil, os quais repercutiram no desenvolvimento do sindicalismo brasileiro (NICOLI, 2011). Sobre o assunto, Martins (2003, p. 39) explana que:

As transformações que vinham ocorrendo na Europa em decorrência da Primeira Guerra Mundial e o aparecimento da OIT, em 1919, incentivaram a criação de normas trabalhistas em nosso país. Existiam muitos imigrantes no Brasil que deram origem a movimentos operários reivindicando melhores condições de trabalho e salários. Começa a surgir uma política trabalhista idealizada por Getúlio Vargas em 1930.

Logo, as manifestações reivindicatórias dos trabalhadores imigrantes resultaram no efetivo início da regulação trabalhista no Brasil, visto que de 1888 a 1930 surgiram alguns diplomas ou normas justralhistas dispersos, concernentes a questões pontuais, como criação de sindicatos, aposentadoria, férias, entre outros (DELGADO, 2001).

Por outro lado, os movimentos operários também geraram, por parte do governo, “[...] toda sorte de violências contra os ativistas sindicais estrangeiros, inclusive prisões, torturas e deportações” (BOUCINHAS FILHO; BARBAS, 2013, p. 13). Junto a essa repressão policial, houve uma inversão nas políticas migratórias nacionais, que passaram a restringir a entrada de estrangeiros no País.

Exemplo disso é a Constituição de 1934, que, promulgada por Vargas, foi a primeira Constituição Federal a tratar de direitos trabalhistas. Contudo, essa mesma norma trazia restrições à entrada de imigrantes no País, fato que se repetiu na Carta Política seguinte, em 1937, segundo leciona Lopes (2009, p. 280):

As Constituições de 1934 e 1937 continham dispositivos que pretendiam limitar a entrada, distribuição e fixação de imigrantes mediante o estabelecimento de uma cota de no máximo 2% sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos<sup>7</sup>, aplicada por nacionalidade [grifo da autora].

Assim, Getúlio Vargas passou a desenvolver uma política de “nacionalização do trabalho”, envolvendo a preferência pelo trabalhador nacional. O Decreto nº 19.482 de 1930 reflete tal política ao limitar a entrada de estrangeiros de terceira classe no território brasileiro e estabelecer que:

Uma das causas do desemprego se encontra na entrada desordenada de estrangeiros, que nem sempre trazem o concurso útil de quaisquer capacidades, mas frequentemente contribuem para aumento da desordem econômica e da insegurança social (BRASIL, 1930).

Outras normas trabalhistas, como a própria Consolidação das Leis do Trabalho de 1943, também abarcaram as ideias de nacionalização do trabalho – assunto que será tratado com mais atenção em capítulo ulterior.

Sobre a normatização do trabalho no século XX conclui Nicoli (2011, p. 80):

Em resumo, durante quase todo o século XX este foi o modelo que norteou a regulação trabalhista: farta legislação estatal – que teve seu ápice na Consolidação das Leis do

---

<sup>7</sup> Art. 121 da Constituição de 1934 e 151 da Constituição de 1937.

Trabalho, de 1943 e limitações à liberdade e autonomia do movimento operário, o que se operacionalizou também por meio de endurecimento em matéria de migrações.

Importante ressaltar que foge ao escopo do presente estudo a elaboração de um histórico específico do Direito do Trabalho no Brasil, porém coube destacar aqui a relação fundamental existente entre a atuação do trabalhador imigrante no País e o desenvolvimento das normas internas trabalhistas e migratórias.

Após a segunda guerra mundial, novos grupos de trabalhadores europeus e asiáticos, desta vez com maior qualificação profissional, chegaram ao Brasil para atuar no setor de serviços e ocupar vagas no processo de industrialização do país (ZAMBERLAM et al., 2009). Os trabalhadores que aqui aportavam regularmente nesta época eram mais instruídos justamente em função das restrições impostas pelas novas regras migratórias.

Além das exigências de qualificação profissional, os ideais eugênicos permaneciam retratados na legislação migratória da época, com o intuito de, conforme art. 2º do Decreto-Lei 7.967 de 1945, “preservar e desenvolver, na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia” (BRASIL, 1945).

Nos anos seguintes, o processo migratório no Brasil passou a tomar um novo rumo: a emigração.

### 2.3.3 A Emigração de Brasileiros e seu Retorno

A partir da década de 70 e, sobretudo nos anos 80, houve uma inversão na vocação migratória brasileira, de modo que o País, tradicionalmente receptor de imigrantes, passou a exportar mão de obra nacional (NICOLI, 2011).

A profunda recessão econômica que afetou o Brasil (inflação, planos econômicos fracassados...) e a desilusão pela falta de oportunidades após a democratização na década de 1980 seriam as principais causas internas para o aumento do movimento emigratório, no qual milhares de brasileiros foram em busca de uma vida melhor no exterior (ZAMBERLAM et al., 2009).

Entretanto, cabe ressaltar também o importante papel da globalização<sup>8</sup> para o fenômeno emigratório de brasileiros, pois evidente que “a migração internacional é resultado das desigualdades entre países e a globalização acentua essas desigualdades” (MARTINE, 2005, p. 5).

Neste contexto, “estima-se que vivam no exterior em torno de quatro milhões de brasileiros, grande parte em situação irregular. Os principais destinos dos brasileiros são Estados Unidos, Paraguai, Japão e diversos países europeus” (BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego, 2015).

Tendo em vista que a maioria dos emigrantes está em situação irregular e, portanto, não se submete à sondagens e censos, como também não se matricula em repartições consulares, computar o número exato de nacionais vivendo no exterior é uma tarefa difícil. Contudo, o Ministério das Relações Exteriores estimou, no ano de 2013, o número de 2.801.249 brasileiros residentes em outros países, sendo que destes, 1.006.842 encontram-se nos Estados Unidos (BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego, 2015).

Apesar disso, nos últimos anos o movimento emigratório de brasileiros aos destinos tradicionais vem perdendo força. De acordo com dados da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, citados pela revista *Veja*, o fluxo de brasileiros em situação regular para o exterior caiu 28% de 2010 a 2013 (PÁDUA, 2015). “Essa queda está relacionada à crise econômica mundial de 2008, que devastou a economia de nações que recebiam muitos brasileiros e afetou principalmente os trabalhadores pouco qualificados” (PÁDUA, 2015). Com isso, “65% dos imigrantes que entraram no Brasil no final dos anos 2000 eram brasileiros que decidiram retornar. Três em cada quatro deles tinham até o ensino médio completo” (PÁDUA, 2015).

Sobre o assunto, elucidam Irigaray, Freitas e Filardi (2013, p. 1), que:

[...] a grave crise econômica que atingiu o país durante a década de 1980 levou muitos brasileiros a emigrar para os Estados Unidos e Europa. Estima-se que, aproximadamente, 3,2 milhões de brasileiros emigraram para estes países entre 1982 e 2006. Em 2008, outra severa crise econômica ocorre, só que desta vez, os países mais atingidos foram justamente aqueles que receberam nossos emigrantes, e estes

---

<sup>8</sup>Não há um consenso sobre o início da globalização, sendo que muitos autores não a consideram um fenômeno recente. Contudo, aqui se considera “[...] o processo de internacionalização da economia, iniciado e não mais interrompido a partir da Segunda Guerra Mundial, e desenvolvido com mais vigor a partir da década de 1960, com a expansão das empresas transnacionais e o *boom* do petróleo. Na década de 1980, na esteira da crise do petróleo, ocorreu uma reestruturação capitalista, sustentada pela evolução da informática e das comunicações, tecnologia que influi em todos os campos da vida econômica, permitiu a descentralização espacial dos processos produtivos e revolucionou o sistema financeiro pela conexão eletrônica dos mercados” (LISTZ VIEIRAM *apud* SALADINI, 2012, p. 24).



brasileiros optam por retornar à pátria mãe, agora vislumbrada como “país emergente”, terra de oportunidades e pleno emprego. Entre 2008 e 2011, aproximadamente 563.000 cidadãos retornaram ao Brasil em caráter definitivo, em busca de empregos e de um futuro melhor.

Vale elucidar que, nos Estados Unidos, a crise impactou especialmente o mercado imobiliário e, por conseguinte, a construção civil. No entanto, também atingiu outras áreas como o serviço doméstico e o mercado étnico, ramos de trabalho de muitos brasileiros. Para o trabalhador a crise representou a diminuição da oferta de emprego e do valor recebido por hora trabalhada. Ademais, com a redução do valor do dólar perante à moeda brasileira houve uma queda das remessas ao Brasil (FERNANDES; KNUP *apud* BOTEGA, CAVALCANTI e OLIVEIRA, 2015, p. 22).

Além disso,

A significativa redução dos ganhos e o aumento do custo de vida somado ao medo da deportação tornou o custo/benefício da emigração negativo em termos econômicos para o emigrante brasileiro. Por outro lado, não se pode perder de vista a situação da economia brasileira que, no momento de crise e em anos posteriores, teve respostas positivas marcadas pela criação de postos de trabalho e pela ampliação da renda dos trabalhadores. Em suma, por um lado, estão as dificuldades legais e a conjuntura da economia americana dificultando a permanência de brasileiros nos EUA, funcionando como fatores de “expulsão”, e, por outro lado, as melhorias na condição de trabalho no Brasil funcionando como fatores de “atração” (FERNANDES; KNUP *apud* BOTEGA; CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2015, p. 22).

Assim, desde 2010 ocorre uma queda drástica do total de brasileiros que migram para destinos tradicionais, a exemplo da Espanha, país em que houve uma redução de 41% entre 2010 a 2013, de acordo com a OCDE (PÁDUA, 2015).

Segundo informações do Portal do Retorno (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, 2015), pesquisas junto aos postos da rede consular brasileira e associações comunitárias no exterior apontam forte tendência no movimento de retorno definitivo de brasileiros residentes no exterior, especialmente os que emigraram na última década e aqueles que se encontravam nos países mais atingidos pela atual crise econômica.

Dados do Censo de 2010 demonstram que 65,6% (ou 174.597 mil indivíduos) dos atuais imigrantes no Brasil são nacionais que residiam no exterior ou “imigrantes de retorno”. Além disso, até o ano de 2010, 455.335 migrantes internacionais retornaram ao Brasil, número que compreende os estrangeiros, os brasileiros natos e as pessoas naturalizadas brasileiras (BOTEGA; CAVALCANTI; OLIVEIRA, 2015).

Todavia, é importante salientar que:

O retorno ao Brasil tem se mostrado um desafio para grande parte dos emigrantes. Após buscar a reinserção econômica no Brasil, sem êxito, durante alguns meses ou anos, muitos são levados a re emigrar, novamente em condições de vulnerabilidade ou seja, sem visto de trabalho, e muitas vezes assumindo dívidas para reembolso dos gastos de viagem. As causas mais comuns para a re emigração nessas condições são: incapacidade em reinserir-se no mercado de trabalho; insucesso dos empreendimentos

no Brasil; e queda de nível de vida e de renda em relação ao período passado no exterior (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, 2015).

Conclui-se, portanto, que grande parte dos atuais trabalhadores com destino ao Brasil são nossos próprios nacionais que haviam participado do movimento emigratório iniciado na década de 1980. No entanto, eles não são os únicos: o País também tem recebido imigrantes de diversas nacionalidades, como será visto a seguir.

#### 2.3.4 Os Fluxos Migratórios de Trabalho no Brasil Atual

Vive-se no Brasil atual a diversificação dos fluxos e a ocorrência simultânea de emigração e imigração. Assim, ao mesmo tempo em que a migração de retorno ganha força, hoje nota-se o início de um novo fluxo de brasileiros ao exterior: a busca por destinos com políticas de atração de mão de obra qualificada. É o caso da Austrália e do Canadá, países que “não escolhem imigrantes a esmo: lançam listas buscando profissionais qualificados em áreas específicas” (PÁDUA, 2015).

Na Austrália a entrada de brasileiros qualificados mais que dobrou desde 2010, ano em que, dos 884 vistos de residência concedidos, 506 (57,2%) eram para profissionais qualificados. Já em 2014, foram 1.520 vistos de residência, dentre os quais 1.077 (70,8%) qualificados, fato que representa um aumento de 112% no período. O número de brasileiros residentes, por sua vez, cresceu 33,2% de 2010 a 2014, de 16.550 para 22.050, segundo estimativas do governo (PÁDUA, 2015).

No Canadá, por sua vez,

[...] o fluxo de brasileiros atingiu um pico histórico em 2010 e seguiu uma forte redução no ano seguinte. Para autoridades, o recorde está associado a novas regras para acelerar o processo de entrada. Com isso, pedidos de anos anteriores que estavam travados podem ter sido contabilizados. De 2011 a 2013, já sob regras mais ágeis, o número de vistos de residência concedidos por ano a brasileiros cresceu 13,5% último dado disponível. Essa tendência pôde ser sentida no escritório da província do Quebec em São Paulo, onde o número de palestras sobre migração e também a procura por informações dobraram desde o segundo semestre do ano passado (PÁDUA, 2015).

Os principais fatores que motivam a emigração brasileira nesses casos consistem na qualidade de vida e oportunidades oferecidas por esses países, os quais se situam no topo do *ranking* do índice de desenvolvimento humano ou IDH e carecem de mão de obra qualificada para sobrepor suas populações envelhecidas e de baixa natalidade (PÁDUA, 2015).

Vale notar que, diferentemente da emigração iniciada na década de 1980, este novo fluxo emigratório envolve brasileiros com alta qualificação e que buscam, sobretudo, a realização profissional aliada à uma melhor qualidade de vida.

Enquanto muitos brasileiros retornam e outros iniciam uma nova corrente emigratória, milhares de estrangeiros enxergam o Brasil como uma terra de oportunidades.

Nesse contexto, tem-se que o número de estrangeiros no Brasil superou em 2011, pela primeira vez em 20 anos, a quantidade de nacionais que deixam o país para viver no exterior. De acordo com o Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, até junho de 2011 havia no Brasil 1.466 milhão de estrangeiros, contra 961.877 em dezembro do ano de 2010. A emissão de vistos de permanência teve um aumento de 67% entre 2009 e 2010, enquanto os processos de naturalização duplicaram: de 1.056 para 2.116. Quanto à quantidade de imigrantes em situação irregular no país, não há estatísticas, mas os principais institutos e ONGs que lidam com imigrantes no Brasil calcularam esse número em 600 mil no ano de 2011, o que levaria o total de estrangeiros residindo hoje no Brasil para mais de dois milhões (SCOFIELD JUNIOR; RIBEIRO, 2011).

O aumento do número de estrangeiros no País decorre da nova inversão da gangorra migratória mundial, isto é, as migrações internacionais, outrora dirigidas ao Norte, atualmente repartem-se quase igualmente entre Norte e Sul (VENTURA; REIS, 2014). Tal inversão é um reflexo da crise econômica mundial de 2008 – a mesma responsável pelo retorno dos brasileiros visto que os países emergentes sofreram um impacto menor em relação aos chamados países desenvolvidos, gerando um aumento e diversificação dos fluxos migratórios para o Brasil.

Assim, de acordo com o Ministro do Trabalho e Emprego, Manoel Dias, o País tem sido procurado por ser considerado uma potência emergente, que soube proteger o emprego diante da crise e que se encontra em pleno emprego, de modo que algumas atividades estão sendo deixadas de lado pelos brasileiros, tornando-se oportunidades de trabalho para os imigrantes (BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego, 2014).

No tocante à origem dos imigrantes com destino ao Brasil destacam-se os sul-americanos, que aqui chegaram de modo lento e contínuo desde a década de 1990 (VENTURA; REIS, 2014). São, em sua maior parte, bolivianos, peruanos, argentinos, paraguaios e venezuelanos com pouca qualificação profissional, em busca de melhores oportunidades nas grandes cidades brasileiras, sobretudo na capital paulista (NICOLI, 2011, p. 84).

Chamou ainda mais a atenção a recente vinda de alguns milhares de migrantes negros, sobretudo haitianos e africanos, fato que levou a política migratória brasileira à pauta das

grandes redações, quase sempre apresentando a migração como "problema" ou "crise" a solucionar (VENTURA; REIS, 2014).

Assim,

Diferentemente dos fluxos imigratórios do século XIX e princípios do século XX, em que os imigrantes originários do norte global eram incentivados e financiados pelo governo brasileiro porque tinham a função de “ocupar” territórios e de “branquear” o país, na atualidade o mercado de trabalho brasileiro vem recebendo também imigrantes provenientes do hemisfério sul (haitianos, colombianos, senegaleses, peruanos e bengalis) (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2014, p. 14).

Sobre a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho formal brasileiro, o Relatório do Observatório das Migrações Internacionais OBMigra, publicado em 2014, aponta que o número de trabalhadores estrangeiros formais no Brasil cresceu 50,9% entre 2011 e 2013, procedentes principalmente do Haiti, Argentina, Bolívia e Paraguai (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2014).

Além disso, a quantidade de imigrantes com emprego formal no País aumentou de 76.578 pessoas em 2011 para 120.056 no ano de 2013, sendo que os destinos mais procurados pelos estrangeiros são regiões metropolitanas do Sul e Sudeste. Destaca-se o aumento da participação dos países do MERCOSUL no mercado de trabalho formal brasileiro: no período supramencionado, o número de peruanos cresceu em 182,2% e o de colombianos, 175,4% (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2014).

Dentre as nacionalidades assinaladas, a mais presente no mercado de trabalho formal brasileiro é a haitiana. Após o terremoto que devastou o Haiti em 2010, seus nacionais passaram a buscar uma vida melhor em outros países, dentre eles o Brasil, no qual recebem um visto especial: o Humanitário. Em geral, os haitianos frequentemente, vítimas da ação dos coiotes entram em território brasileiro através das fronteiras com o Peru e a Bolívia na região Norte, sobretudo pelo Acre, e de lá, migram principalmente para as regiões Sudeste e Sul<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> O visto humanitário é uma modalidade específica de visto permanente concedida aos haitianos pela Resolução 97 de 12 de janeiro de 2012 do Conselho Nacional de Imigração - CNig. O motivo são razões humanitárias, que, de acordo com o art. 1º, parágrafo único da resolução são aquelas “[...] resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010”. A resolução prevê a concessão de até 1.200 vistos permanentes por ano e teve sua validade prorrogada até 30 de outubro de 2015. Com o visto humanitário, o imigrante haitiano tem garantido o seu direito ao trabalho com carteira assinada e regularizada, bem como o acesso à saúde e à educação durante o prazo de cinco anos, que pode ser renovado por igual período desde que comprovado vínculo empregatício regular no país (EBC, 2014). Todavia, conquistar um visto humanitário não é tão simples. Primeiramente porque faltam políticas públicas específicas para receber os imigrantes, a exemplo do Estado do Acre, que tem despachado os haitianos que recebe para outras regiões do País, a fim de transferir a responsabilidade de providenciar sua integração. “Porém, a imprudência do governo acreano pode ser apenas a ponta de uma crise imigratória que bate à porta do país” (ZYLBERKAN, 2014). Além disso, há muita burocracia envolvida e falta de estrutura: “no Estado de São Paulo, por exemplo, porta de entrada de 45% dos imigrantes que desembarcam no país em busca de visto humanitário, a Polícia Federal atende

Sobre a difícil chegada dos haitianos no Brasil e a burocracia aqui enfrentada, interessante citar o seguinte relato, que ilustra a situação:

São quase 19h em Brasiléia, município do Acre fronteiro com a Bolívia. O haitiano Fabre Aldy tinha chegado há pouco ao Brasil. Tentava conseguir na Polícia Federal o protocolo para emitir o número do cadastro de pessoa física (CPF) e a carteira de trabalho e assim buscar um emprego no país. Não conseguiu. Chegou ao órgão depois das 18h, quando o expediente tinha acabado de ser encerrado. Com mala nas mãos e pouco dinheiro, teve de dormir na praça com outros colegas para tentar ser atendido no dia seguinte. E assim o fez. Com ele, mulheres, crianças e a gestante Angeline Aimable. Essa é a rotina de centenas de haitianos que chegam ao país pelo Acre. Dormir na praça é só mais uma saga que enfrentam na viagem de 15 dias. Antes de chegar em território brasileiro, passam por três países: Equador, Peru e Bolívia (SPINELLI; XIMENES; ALMEIDA, 2014, p. 27).

Assim sendo, em 2013 a população haitiana no País superou o número de portugueses, tendo um crescimento em torno de dezoito vezes, passando de pouco mais de 814 pessoas no ano de 2011, para 14.579 empregados no mercado de trabalho em 2013. Atenta-se que tais números abarcam apenas os haitianos com vínculo formal de emprego, de modo que:

Se somarmos a esse número aqueles imigrantes que não tem vínculo formal de trabalho, podemos afirmar que esse coletivo possui uma presença significativa no Brasil. [...] é possível conjecturar que, dada as características do fenômeno migratório atual e a lógica das redes migratórias, esse coletivo terá um lugar permanente no cenário da imigração no país, tanto em termos numéricos, quanto simbólicos, culturais, econômicos e sociais (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2014, p. 14).

Ainda, vale notar o crescimento expressivo de haitianos no Estado de Santa Catarina<sup>10</sup>:

Os Haitianos contavam 0 (zero) indivíduos empregados em Santa Catarina no ano de 2011, passando para 75 em 2012 e saltando para 1.281 em 2013. Em apenas dois anos, deixaram de ser desconhecidos para virar o grupo mais numeroso. Os Haitianos representam, no estado de Santa Catarina, 29,3% dos estrangeiros com vínculo formal de trabalho em 2013 (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2014, p. 71).

Quanto ao sexo, predominam trabalhadores imigrantes do sexo masculino, fato que destoa do cenário internacional, em que se verifica a “feminização das migrações”. Contudo, tendo em conta que o trabalho feminino no Brasil ainda está mais relacionado às funções domésticas e, por conseguinte, à informalidade, tal dado não reflete a realidade com exatidão (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2014).

---

apenas quatro pessoas por dia. A lentidão faz com que estrangeiros esperem mais de sete meses para regularizar sua estada” (ZYLBERKAN, 2014).

<sup>10</sup> Quanto aos haitianos em Santa Catarina, importante ressaltar que o número cresce cada vez mais. Notícia de 26 de maio do presente ano, do jornal Diário Catarinense, reporta a chegada de mais 27 haitianos ao Estado, despachados em ônibus pelo governo do Acre. Junto deles também vieram 34 senegaleses, de modo que a população de africanos também chama a atenção no território catarinense. “A Polícia Federal divulga apenas o número de imigrantes registrados oficialmente na corporação. São menos de 4 mil com a papelada em dia, uma parte mínima do total: só os haitianos no Oeste, por exemplo, são mais de 2 mil. Em Criciúma, no Sul, vivem pelo menos 3 mil estrangeiros, sendo que grande parte são ganeses e senegaleses” (ROSA, 2015, p. 9).

No que tange à faixa etária,

Observa-se que mais da metade dos estrangeiros com vínculo no mercado de trabalho formal têm entre vinte e cinco e cinquenta anos. Nesse sentido, o contexto brasileiro está em sintonia com os países receptores de fluxos migratórios, em que as migrações são marcadas eminentemente por pessoas em idade produtiva. Para a sociedade de destino, essa composição etária é muito benéfica, pois a idade que o Estado mais gasta e investe no cidadão é no período da infância e na terceira idade. Assim sendo, o Brasil está recebendo uma mão de obra já formada e que pode contribuir de forma decisiva para o crescimento do país (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2014, p. 14).

Importante observar que, em virtude da forte demanda por trabalhadores qualificados e, ao mesmo tempo, da necessidade de mão de obra em atividades que demandam pouca formação, o mercado de trabalho brasileiro está absorvendo imigrantes nos dois extremos, no topo e na base. Nesse contexto, entre 2011 e 2013,

Os grupos ocupacionais que tiveram um maior aumento de imigrantes refletem essa dinâmica: trabalhadores da produção de bens e serviços industriais (163,8%); profissionais das ciências e das artes (100%); trabalhadores qualificados agropecuários, florestais e da pesca (95,6%) e trabalhadores em serviços de reparação e manutenção (45,4%). Deste modo, o país tem demandado trabalhadores para atividades altamente qualificadas e, devido às dificuldades de oferta de mão de obra em algumas ocupações em determinadas áreas da região sul, começa a necessitar de imigrantes para atividades que exigem pouca qualificação. Assim, observamos um aumento significativo dos imigrantes no sul do país, nos setores da construção civil e no setor de produção de bens industriais, sobretudo em trabalhos pesados, como, por exemplo, os trabalhos nas fábricas de conservas, nos abatedores de carne e frango, na construção civil, entre outros. Trabalhos que são realizados em condições duras e difíceis que os locais evitam realizar (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2014, p. 19).

Sendo assim, figuram no topo do mercado de trabalho formal os trabalhadores altamente qualificados como executivos atuantes em empresas multinacionais e profissionais de áreas especializadas que visam suprir a carência do Brasil em biotecnologia, infraestrutura, saúde, etc.

No que diz respeito aos trabalhadores da base do mercado formal, dado importante trazido pelo relatório da OBMigra é que não necessariamente são de baixa qualificação, visto que “os haitianos e africanos – grupos que mais cresceram no Brasil – têm em geral formação inferior à de muitos europeus, mas não é difícil encontrar entre eles pessoas com cursos técnicos, graduação e pós-graduação” (FAGUNDEZ; GAVRAS, 2014).

Em geral, uma pequena fração dos estrangeiros no Brasil atual tem ensino fundamental incompleto e as taxas de analfabetismo são baixas, enquanto aproximadamente 38% e 30% dos imigrantes no País possuem nível superior e ensino médio completo, respectivamente (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2014).

Assim, ocorre uma grande disparidade entre formação, atuação profissional e renda, pois embora a qualificação profissional destes trabalhadores facilite a entrada no País em

condição de regularidade, isso não significa que no Brasil exercerão a função para a qual têm formação:

Na sua maioria, os imigrantes contam com uma formação profissional superior, mas no momento de incorporação no mercado de trabalho descendem na escala laboral e, portanto, social. Assim os imigrantes se inserem no mercado de trabalho em uma posição inferior em relação ao seu grau de especialização, sua formação acadêmica e a sua experiência laboral prévia. [...] portanto, há uma inconsistência de status na medida em que exercem atividades aquém das suas formações e experiências nos países de origem. Esse é o caso de dentistas, médicos, jornalistas, engenheiros que estão trabalhando na construção, na indústria pesada, nos abatedouros de frangos e carnes, entre outras atividades (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2014, p. 15).

Evidente que, ao exercerem ocupações que demandam menor grau de instrução, sua faixa de renda também não corresponde ao seu grau de formação. Assim, “em torno de 53% dos imigrantes recebem entre 1 e 3 salários mínimos. E a população imigrante que recebe somente entre 1 e 2 salários mínimos fica na casa dos 40%” (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2014, p. 16).

O trabalho desses imigrantes é, portanto, desvalorizado, pois ainda que tecnicamente tenham uma formação específica, socialmente são considerados obreiros sem qualificação (CAVALCANTI; OLIVEIRA; TONHATI, 2014, p. 16).

Importante frisar que o relatório aqui utilizado para traçar as características do atual trabalhador imigrante no Brasil lida com dados do mercado de trabalho formal. Contudo, apesar do aumento do número de estrangeiros inseridos formalmente em relações de emprego nos últimos anos, ressalta-se que estes representam uma minoria.

Logo, a complexidade do cenário atual da imigração por trabalho no País é ainda muito maior se considerarmos os imigrantes envolvidos em relações informais de trabalho, cuja quantificação é inviável. Esses trabalhadores geralmente possuem pouca qualificação profissional, além de serem os que mais sofrem com a exploração abusiva de sua força de trabalho, situações em que:

Infelizmente não é incomum a redução do trabalhador migrante à condição análoga de escravo, ou completo desrespeito aos direitos trabalhistas mais elementares como proteção contra jornadas excessivas e acidentes de trabalho. É um fenômeno que ocorre no Brasil, no centro da cidade de São Paulo, com muitos trabalhadores bolivianos e paraguaios (LIMA, 2011, p. 280).

O caso da indústria têxtil em São Paulo é paradigmático. Em pequenas confecções localizadas na capital paulista, diversos trabalhadores imigrantes, em sua maioria oriundos da Bolívia, Paraguai e Peru trabalham em jornadas de mais de 14 horas, em troca de valores próximos ao salário mínimo ou até mesmo abaixo deste, sem as menores condições de segurança e saúde (BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego, 2012).

Além disso,

Na maioria das vezes, para chegar ao Brasil, esses trabalhadores acabam contraindo dívidas que são descontadas dos salários já baixos, acarretando situações de servidão e de restrição da liberdade de locomoção, por dívida. Essa situação se agrava em virtude do desconhecimento das leis nacionais e da falta dos documentos brasileiros, já que a maior parte dessa migração se dá informalmente, sem o controle das autoridades de fronteira. Não é raro acontecerem agressões físicas e morais, ameaças e outras vulnerações de direitos humanos (BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego, 2012, p. 15).

Após este panorama fica evidente a participação crucial do trabalhador estrangeiro para a construção do Brasil desde a chegada dos “conquistadores”.

Não obstante, como reflexo da vinculação histórica com a cultura escravista que se desenvolveu fortemente por muitos anos no País, o trabalhador imigrante sempre foi desvalorizado, de modo que “[...] o trabalho prestado pelo estrangeiro ainda está impregnado pela nefasta associação do migrante com o trabalho de menor qualidade, de menor valor, com menos respeito à pessoa e à família do trabalhador” (LIMA, 2011, p. 271).

Conforme exposto, os imigrantes que aqui chegaram para trabalhar como mão de obra livre a partir do século XIX foram também explorados, discriminados e submetidos a condições análogas às de escravo, embora na maioria dos casos sua vinda tenha sido incentivada e subsidiada tanto pelo governo como pela iniciativa privada.

Hoje o Brasil recebe a cada ano milhares de imigrantes espontâneos, motivados pela busca de trabalho e de uma nova vida. Em meio a este cenário, apesar de os próprios brasileiros terem figurado como protagonistas da imigração em outros países entre os anos 1980 e o início do século XXI pelos mesmos motivos, de modo que o País deveria ter uma política compreensiva e receptiva com os atuais imigrantes que aqui aportam, parece não ser isso o que ocorre: em geral, prevalece a discriminação, a irregularidade da situação migratória e, por conseguinte, a informalidade das relações de trabalho.

Aos que conseguem adentrar no mercado de trabalho formal, muitas vezes ainda permanece a desvalorização de sua mão de obra, a exemplo dos supracitados casos de disparidade entre formação, atuação profissional e renda auferida.

Conquanto, vive-se um cenário de crescimento contínuo do número de migrantes com destino ao Brasil, de acordo com as razões e dados apontados.

Diante do aumento do fluxo migratório de trabalhadores não só no Brasil, como em todo o mundo nos últimos tempos, “tratados ou convenções internacionais atuais já apresentam medidas protetivas e garantias mínimas dos imigrantes, ainda que irregulares” (LIMA, 2011, p. 283). Logo, é fundamental atentar para o conteúdo dessas normas, que prezam pela dignidade da pessoa humana em face do poder soberano dos Estados. No tocante à salvaguarda do



trabalhador migrante são elas: as Convenções 97 e 143 da OIT; a Convenção Internacional Sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias da ONU; e as normas regionais no âmbito do MERCOSUL.

### **3. AS PRINCIPAIS NORMAS INTERNACIONAIS E REGIONAIS DE PROTEÇÃO AO TRABALHADOR MIGRANTE**

Pelo panorama exposto no capítulo anterior, impõe-se, em sequência, apresentar as principais regulamentações de proteção ao trabalhador migrante, as quais apresentam uma visão baseada na dignidade e nos direitos humanos para a migração laboral no plano internacional. Tais normas estão situadas no âmbito da Organização Internacional do Trabalho – OIT, da Organização das Nações Unidas – ONU e, em esfera regional, do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL.

#### **3.1 Âmbito da OIT**

A Organização Internacional do Trabalho – OIT foi constituída em 1919 por meio do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial, isto é, surgiu num contexto em que se buscava consolidar meios para efetivar a paz mundial e o respeito aos direitos humanos, sobretudo com o intuito de evitar a exploração do homem para fins de concorrência desleal entre os Estados. Posteriormente, em 1944, a constituição da OIT foi reformada e complementada pela Declaração da Filadélfia (LOPES, 2009).

A referida Declaração traz os objetivos da OIT e enuncia quatro princípios fundamentais do Direito Internacional do Trabalho. Destes, interessa destacar o primeiro e o terceiro, que, de acordo com Delgado e Ribeiro (2013), visam reforçar o papel indispensável da normatização das relações de trabalho para a afirmação das condições de cidadania e dignidade do trabalhador. São eles: “o trabalho não é uma mercadoria” e “a penúria, seja onde for, constitui um perigo para a prosperidade em geral”, respectivamente.

Tais princípios alinham-se com o preâmbulo da Constituição da OIT, do qual se extrai a preocupação em proteger o trabalhador sob uma perspectiva tríplice, que envolve as dimensões política, humanitária e econômica (LOPES, 2009). Observa-se que tal perspectiva enfatiza o entendimento de que o Direito do Trabalho consiste numa vertente dos Direitos Humanos, visto que viabiliza o sustento material do trabalhador e a proteção de sua integridade física e moral, bem como concretiza sua identidade social, sua autonomia, seu reconhecimento e, por conseguinte, contribui para sua inclusão social (DELGADO; RIBEIRO, 2013).

O texto preambular traz os seguintes *consideranda*:

Considerando que a paz para ser universal e duradoura deve assentar sobre a justiça social;

Considerando que existem condições de trabalho que implicam, para grande número de indivíduos, miséria e privações, e que o descontentamento que daí decorre põe em perigo a paz e a harmonia universais, e considerando que é urgente melhorar essas condições no que se refere, por exemplo, à regulamentação das horas de trabalho, à fixação de uma duração máxima do dia e da semana de trabalho, ao recrutamento da mão de obra, à luta contra o desemprego, à garantia de um salário que assegure condições de existência convenientes, à proteção dos trabalhadores contra as moléstias graves ou profissionais e os acidentes do trabalho, à proteção das crianças, dos adolescentes e das mulheres, às pensões de velhice e de invalidez, **à defesa dos interesses dos trabalhadores empregados no estrangeiro**, à afirmação do princípio "para igual trabalho, mesmo salário", à afirmação do princípio de liberdade sindical, à organização do ensino profissional e técnico, e outras medidas análogas;

**Considerando que a não adoção por qualquer nação de um regime de trabalho realmente humano cria obstáculos aos esforços das outras nações desejosas de melhorar a sorte dos trabalhadores nos seus próprios territórios** (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO OIT, 1944) [grifei].

Nota-se, por meio do primeiro trecho grifado, o cuidado da OIT em abordar, desde a sua constituição, a questão da proteção jurídica ao trabalhador estrangeiro. O terceiro *consideranda*, também destacado acima, ressalta a necessidade do estabelecimento de direitos básicos aos trabalhadores na ordem jurídica internacional, com o intuito de assegurar-lhes a dignidade e, por conseguinte, solucionar problemas como a imigração indesejada (LOPES, 2009). Sendo assim,

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), no intento de dar concretização à sua finalidade essencial qual seja, universalizar a proteção ao trabalho, delimitando padrões mínimos aplicáveis aos Estados membros, à luz do chamado princípio da universalidade ocupa posição de vanguarda também no temário da imigração (NICOLI, 2011, p. 59).

Nas palavras de Lopes (2009, p. 225), “com efeito, antes mesmo da criação da ONU e do advento da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a OIT já havia se debruçado sobre o tema [...]”. Exemplo disso, é a Convenção de nº 97, idealizada já em 1939, sobre a qual se discorrerá a seguir.

### 3.1.1 A Convenção nº 97 da OIT

Primeiramente, cabe elucidar que:

As convenções da OIT são normas jurídicas provenientes da Conferência da OIT<sup>11</sup>, que têm por objetivo determinar regras gerais obrigatórias para os Estados que as ratificarem, passando a fazer parte de seu ordenamento jurídico interno. São aprovadas as convenções da OIT pela Conferência Internacional por maioria de dois terços dos delegados presentes (art. 19.2, da Constituição da OIT) e, para terem validade, devem ser ratificadas pelos países signatários. Os Estados, porém, não são obrigados a ratificá-las, só o fazendo quando assim tem interesse. (MARTINS, 2003, p. 86).

Quando a norma proposta no âmbito da OIT não obtém número suficiente de adesões para que se transforme em uma convenção, ela passa a valer como Recomendação, isto é, serve de sugestão aos Estados, com o intuito de orientar seus ordenamentos domésticos. Assim, não vincula os países-membros da OIT, nem cria direitos ou obrigações, sendo utilizada como mera indicação. Em geral, as recomendações têm o fito de complementar o conteúdo de uma convenção<sup>12</sup> (MARTINS, 2003).

Com isso em mente, passa-se à análise da Convenção nº 97. Conforme já mencionado, essa convenção foi inicialmente subscrita no ano de 1939<sup>13</sup>, durante a 26ª sessão da Conferência da OIT. No entanto, após a formulação de diversas propostas, passou por uma revisão dez anos depois, na 32ª sessão, entrando em vigor no ordenamento internacional na data de 22 de janeiro de 1952 (LIMA, 2011).

No tocante à composição da Convenção nº 97, esta possui 23 artigos e três anexos. Importante atentar que:

Suas disposições apostam num modelo de imigração pública, devidamente negociada entre os correspondentes países emissor e receptor de mão de obra. Tanto é assim que estabelece constituir responsabilidade *dos Estados* propiciar condições para uma viagem adequada e com condições de assistência médica (artigos 4º e 5º). A ideia é a do trabalho em parceria entre Estados emissores e receptores (LOPES, 2009, p. 228) [grifo da autora].

Logo, ambos os seus Anexos I e II tratam de operações de recrutamento, inserção em determinado território, condições de emprego dos trabalhadores migrantes, porém o primeiro diz respeito aos trabalhadores não recrutados por força de acordos relativos a migrações coletivas ocorridas sob controle governamental, enquanto o segundo versa acerca dos

---

<sup>11</sup> A Conferência, também denominada Assembleia Geral, consiste no órgão deliberativo da OIT, sendo constituída por delegações de representantes de seus Estados membros, que se reúnem pelo menos uma vez ao ano em local pré estabelecido para discutir questões pertinentes à normatização internacional do trabalho (MARTINS, 2003).

<sup>12</sup> A Recomendação nº 86 de 1949, que revisou a de nº 61 do ano de 1939, é a norma que complementa a Convenção nº 97, trazendo preceitos de observação facultativa pelos Estados. Dentre tais preceitos, merece destaque o art. 15 que dispõe acerca da reunificação familiar, indicando que sejam dadas “amplas facilidades” para que o cônjuge (previsto até então apenas como a “mulher”) e os filhos menores do trabalhador migrante reúnam-se com ele. Aos outros membros da família, solicita a análise dos pedidos de reunião com “benevolência” (LOPES, 2009).

<sup>13</sup> Nesta época, recebia o nome de “Convenção sobre os Trabalhadores Migrantes”.

recrutados em virtude desses acordos de migração coletiva. O Anexo III, por sua vez, traz a isenção de impostos aduaneiros sobre objetos pessoais, ferramentas e equipamento para trabalhadores migrantes.

Aspecto importante desta Convenção é a positivação do conceito de “trabalhador migrante” em seu Art. 11:

Art. 11 1. Para os efeitos da presente Convenção, a expressão ‘trabalhador migrante’ designa toda pessoa que emigra de um país para outro com o fim de ocupar um emprego que não será exercido por sua própria conta, e compreende qualquer pessoa normalmente admitida como trabalhador migrante (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO OIT, 1949).

Além disso, a Convenção em questão estabelece uma série de direitos ao trabalhador migrante:

1. gratuidade do processo de imigração para o trabalhador; 2. não discriminação; 3. não repatriação por motivo de saúde; 4. garantia de remessas de divisas ao exterior; 5. Isenção de impostos alfandegários sobre os objetos pessoais e ferramentas dos trabalhadores e familiares, seja quando ingressam no território estrangeiro, seja quando retornam (art. 1º e 2º do anexo III); 6. informação por escrito, antes da partida, sobre as condições contratuais (art. 5 do anexo I e 6 do anexo II) (LOPES, 2009, p. 229).

Inferese a gratuidade do processo imigratório a partir das disposições que visam impedir que custos do serviço de colocação (art. 7º), contrato (art. 5º, Anexo I e art. 4º, Anexo II) e deslocamento (art. 9º, Anexo II) sejam arcados pelo trabalhador. Outrossim, o art. 2º prevê a manutenção de um serviço gratuito de informações e auxílio aos trabalhadores migrantes (LOPES, 2009). Através deste serviço, bem como por outras medidas cabíveis, pretende-se combater “a propaganda sobre a emigração e imigração que possa induzir um erro”, de acordo com o art. 3º da Convenção (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO OIT, 1949).

Dentre os direitos concedidos ao trabalhador migrante, destaca-se a ideia de não discriminação, trazida pelo art. 6º da Convenção, nos termos a seguir:

1. Todo Membro para o qual se ache em vigor a presente convenção se obriga a aplicar aos imigrantes que se encontrem **legalmente** em seu território, sem discriminação de **nacionalidade**, raça, religião ou sexo, **um tratamento que não seja inferior ao aplicado a seus próprios nacionais** com relação aos seguintes assuntos: [...] (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO OIT, 1949) [grifei].

Tais assuntos dizem respeito à: remuneração e condições de trabalho; filiação em entidades sindicais e usufruto dos benefícios das convenções coletivas; habitação, quando concedida em virtude do trabalho; prestações de seguridade social, determinando a cobertura de qualquer risco que, conforme a legislação nacional, esteja resguardado por um regime de seguridade social; tributos relativos ao trabalho; e ações judiciais (LOPES, 2009).

Assim, a partir do supracitado artigo, a Convenção nº 97 traz, pela primeira vez, o princípio da não discriminação com relação ao trabalhador migrante, enfatizando o critério de nacionalidade e determinando igualdade de tratamento com relação ao nacional no que se refere a questões trabalhistas.

Ademais, de acordo com Lima (2011), o rol do art. 6º deve ser entendido como exemplificativo, de modo que outras formas de discriminação também não podem ser admitidas.

Também representa um grande avanço a garantia de não repatriação, estabelecida na Convenção em duas hipóteses:

A primeira, quando o trabalhador fique impossibilitado de exercer sua função por motivo de doença ou acidente (art. 8º). A segunda, quando o emprego oferecido não seja concretizado (art. 10 do anexo II). Neste caso, deve-se buscar outro emprego para o trabalhador ou caso este prefira, assegurar seu retorno a casa. A garantia, no entanto, está condicionada a não prejudicar os trabalhadores nacionais (LOPES, 2009, p. 230).

Ainda quanto aos direitos estabelecidos, cabe mencionar que a garantia de remessas de divisas ao exterior consiste num direito reconhecido de forma implícita pela Convenção (LIMA, 2011). Além disso, institui o art. 9º, que o envio de divisas obedecerá aos limites fixados na legislação nacional.

Ressalta-se, todavia, que tais direitos conferidos pela Convenção nº 97 não se aplicam a todo e qualquer trabalhador migrante, visto que “estão excluídos de sua proteção os trabalhadores fronteiriços, os que ingressaram por curto período exercendo uma profissão liberal, artistas e trabalhadores marítimos” (LIMA, 2011, p. 284).

Ademais, o conteúdo da Convenção em análise não alcança situações de subemprego e de trabalho informal, logo, não protege o imigrante em condição de irregularidade. Prevê, apenas, a aplicação das devidas sanções aos responsáveis pela promoção da imigração ilegal (artigos 8º do Anexo I e 13 do Anexo II), de modo que “ressalvada a condenação dos traficantes de mão de obra, não há qualquer outra disposição sobre os efeitos do trabalho ilegal ou irregular” (LOPES, 2009, p. 227).

No que tange ao seu grau de adesão internacional,

[...] a Convenção nº 97 ainda enfrenta dificuldades que resultam em um número relativamente baixo de ratificações. São apenas quarenta e nove<sup>14</sup>, em sua maioria de países que não recebem grandes contingentes de migrantes (com exceções remarcáveis, como a França, o Reino Unido, a Itália e a Alemanha) (NICOLI, 2011, p. 61).

---

<sup>14</sup> Número atual, conforme consulta disponível em: <[http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:11300:0::NO:11300:P11300\\_INSTRUMENT\\_ID:312242:NO](http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:11300:0::NO:11300:P11300_INSTRUMENT_ID:312242:NO)>. Acesso em 10 de junho de 2015.

Países como Estados Unidos e Canadá, por exemplo, não ratificaram a mencionada Convenção. Entretanto, o Brasil tornou-se signatário em 18 de junho de 1965 pelo Decreto Legislativo nº 20 do Congresso Nacional, estando a Convenção nº 97 da OIT vigente no território nacional.

Sendo assim, conclui-se que a Convenção nº 97 refletiu o pioneirismo da OIT na tentativa de proteger os direitos básicos do trabalhador migrante, positivando o princípio fundamental da não discriminação do trabalhador com base em critérios de nacionalidade e determinando expressamente a igualdade de tratamento do obreiro estrangeiro em relação ao nacional.

Contudo, a Convenção é ainda pouco ratificada e trata apenas do trabalhador em situação de regularidade, não apresentando soluções para os casos de indocumentados que vivem na informalidade laboral.

Ainda, a Convenção 97 é criticada por apresentar uma defasada compreensão política das migrações, visto que estas não mais ocorrem tão somente para suprir necessidades de mão de obra de curto prazo ou de modo oficial, por meio de acordos entre os governos dos países (LOPES, 2009). Tais razões motivaram a criação da Convenção da OIT de nº 143, conforme exposto a seguir.

### 3.1.2 A Convenção nº 143 da OIT

A Convenção nº 143 foi aprovada na 60ª sessão da OIT, no dia 24 de junho de 1975 e passou a vigorar na ordem internacional a partir de 09 de dezembro de 1978. Diferentemente da Convenção nº 97, a norma convencional de nº 143:

[...] está voltada para movimentos migratórios não assistidos por entidades governamentais, bem como a existência de tráfico ilícitos ou clandestinos de mão de obra, ao entender como conveniente novas medidas contra tais práticas. Fica claro, comparando-se com a Convenção nº 97, que a entidade debruçou especial atenção sobre os movimentos migratórios clandestinos (LIMA, 2011, p. 286).

Sobre o assunto, leciona Lopes (2009, p. 230) que:

A Convenção 143, complementada pela Recomendação nº 151, de 24/06/1975, pretende atualizar as Convenções de nº 97 e nº 111 sob o argumento de que as disposições da Convenção 97 (sobre migrações) não abarcam a problemática que decorre do crescimento desordenado de movimentos migratórios, do tráfico de mão de obra e da busca do pleno emprego. Para os mentores da Convenção 143, a Convenção nº 111, sobre Discriminação no Emprego e Profissão, não abrange as

distinções por motivo de nacionalidade<sup>15</sup>. Por esse motivo a Convenção é dividida em duas partes<sup>16</sup>. A primeira trata das migrações em condições abusivas e a segunda da igualdade de oportunidades e de tratamento.

Vale salientar, antes de adentrar na análise dos principais artigos das duas partes da Convenção 143, que em seu primeiro *consideranda*, esta expressa o anseio de cumprir com a já mencionada tarefa imposta pelo preâmbulo da Constituição da OIT de “defender os interesses dos trabalhadores empregados no estrangeiro” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO OIT, 1975).

Em seguida, sua segunda consideração diz respeito aos supracitados princípios da Declaração da Filadélfia e também ao fato de que esta defende a obrigação da OIT em dar apoio à programas que promovam o pleno emprego, principalmente em função de meios adequados à facilitação das transferências de trabalhadores, incluindo as migrações de mão de obra.

Além disso,

As considerações da referida Convenção também possuem fundamento no programa mundial do emprego da OIT, bem como na necessidade de evitar o aumento excessivo, não controlado ou não assistido, dos movimentos migratórios, em virtude de suas consequências negativas do ponto de vista social e humano. Um aspecto importantíssimo é o reconhecimento da existência de um direito humano de sair de um país e se estabelecer em outro (LIMA, 2011, p. 285 286).

Sendo assim, o artigo 1º da Parte I, sobre “migrações em condições abusivas”, determina que: “os membros para os quais a presente Convenção esteja em vigor deverão comprometer-se a respeitar os direitos fundamentais do homem de todos os trabalhadores migrantes” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO OIT, 1975).

De acordo com a opinião de Nicoli (2011, p. 61), em função do emprego da expressão “todos”, “[...] do artigo inaugural da Convenção nº 143 já se depreende aquele que é seu grande diferencial: a inclusão dos imigrantes em condição de irregularidade no amplo grupo de trabalhadores a serem protegidos”.

O art. 9º também demonstra que o trabalho prestado pelo imigrante, mesmo que em situação irregular, deve ser juridicamente protegido. Prevê esse artigo que mesmo nos casos em que a legislação não tenha sido observada e nos quais a condição do imigrante não possa ser

---

<sup>15</sup> A Convenção nº 111 da OIT de 1958, ratificada pelo Brasil em 26 de novembro de 1965, trata do tema “Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação” e em seu art. 1º traz a abrangência do termo “discriminação” para os fins da Convenção, abordando o motivo de “ascendência nacional”. No entanto, o entendimento dos idealizadores da norma convencional de nº 143, que está previsto na apresentação da mesma, é o seguinte: “Lembrando que a definição do termo ‘discriminação’ na convenção sobre a discriminação (emprego e profissão), 1958, não inclui obrigatoriamente as distinções baseadas na nacionalidade” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO OIT, 1975).

<sup>16</sup> A Convenção 143 possui ainda uma Parte III, destinada às disposições finais.



regularizada, deve este ser beneficiado pessoalmente, assim como sua família, de tratamento igual aos nacionais quanto aos direitos desinentes de empregos anteriores, no que diz respeito à remuneração, à segurança social e outras vantagens. “Em outras palavras, a Convenção entende a proteção trabalhista como um direito irrenunciável da pessoa humana, que não restará prejudicado em face da condição de irregularidade migratória” (NICOLI, 2011, p. 62).

Ademais, dispõe o mesmo artigo que “nenhuma disposição da presente Convenção impedirá os Estados Membros de conceder às pessoas que residem ou trabalham ilegalmente no país o direito de nele permanecerem e serem legalmente empregadas” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO OIT, 1975). Isso significa que “[...] a norma convencional não impede que o Estado receptor, de algum modo, isente o trabalhador migrante de qualquer punição e permita a manutenção, mesmo que em caso de trabalho ilegal” (LIMA, 2011, p. 287).

Ainda, importante realçar sobre o art. 9º a previsão de que “em caso de expulsão do trabalhador ou da sua família, estes não deverão custeá-la” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO OIT, 1975).

O art. 8º traz outra garantia ao trabalhador migrante no tocante à irregularidade, ao estabelecer que este “[...] não poderá ser considerado irregular e suspensa sua autorização caso venha a perder o emprego, possuindo chance como qualquer nacional de procurar outro emprego” (LIMA, 2011, p. 286)<sup>17</sup>.

Vale comentar que:

Atualmente, as previsões dos artigos 8º e 9º da Convenção 143 da OIT são temas de intensa discussão. Muitos países estão adotando disposições manifestamente contrárias ao seu conteúdo, com o objetivo de limitar a imigração ou impor um sistema de temporalidade (LOPES, 2009, p. 232).

Retornando aos artigos iniciais, tem-se que:

O art. 2º afirma que os países signatários devem assumir o compromisso de detectar, sistematicamente, a existência de migrantes ilegalmente empregados no seu território, em trânsito do seu território para outro, ou em condições contrárias aos instrumentos e acordos internacionais aplicáveis (LIMA, 2011, p. 286).

Na sequência, o art. 3º determina a tomada, por parte dos Estados signatários, das medidas necessárias e adequadas para suprimir as migrações ilegais e o emprego irregular de migrantes, bem como “estabelece o dever de punição, não só para os traficantes de mão de obra,

---

<sup>17</sup> A Recomendação 151 da OIT traz em seu art. 31 um complemento ao art. 8º da Convenção 143 ao estipular que: “Quando o trabalhador migrante perde seu emprego, deveria conceder se, para encontrar um novo emprego, um prazo suficiente, que corresponda ao menos ao período em que tenha direito às prestações de desemprego. A permissão de residência deveria prorrogar se em consequência” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO OIT, 1975).

mas também para os empregadores que empregarem trabalhadores em condições ilegais” (LOPES, 2009, p. 231).

Em complemento, o art. 4º estabelece “a colaboração internacional para a efetivação das punições” (LOPES, 2009, p. 231). Ainda, de acordo com o art. 5º, os autores de tráfico de mão de obra deverão ser processados qualquer que seja o país a partir de onde exerçam suas atividades.

O art. 6º também estipula a definição e aplicação de sanções administrativas, civis e penais, incluindo penas de prisão, no que diz respeito a emprego ilegal de trabalhadores migrantes e à organização de migrações com fins de emprego, cabendo ao empregador processado o direito de provar sua boa-fé. O art. 7º, por sua vez, dispõe sobre a consulta às organizações representativas de empregadores e de trabalhadores a fim de prevenir ou eliminar abusos, bem como o reconhecimento da possibilidade de as mesmas tomarem iniciativas para esse efeito.

Lopes (2009) enfatiza a importância do supramencionado art. 8º para romper com a tendência atual de penalizar com a deportação ao trabalhador que perde o emprego ou que trabalha em situação irregular, pois esta, mesmo que os artigos 3º e 6º também estabeleçam formalmente sanções para os empregadores, facilita ao máximo o abuso por parte dos mesmos. Primeiramente, a cassação do visto de trabalho ou de residência do imigrante em função da perda do emprego, inviabiliza qualquer reclamação de sua parte por melhores condições de trabalho ou pelo devido cumprimento do contrato laboral. Além disso, tendo em vista as relações de poder manifestamente desiguais envolvidas no vínculo empregatício, a referida penalização do trabalhador consiste num estímulo à rotatividade de mão de obra ilegal, o que por sua vez atrai novos imigrantes, pois se o empregador não for obrigado a pagar verbas decorrentes do contrato de trabalho, acudirá a outro imigrante para exercer o mesmo serviço, de preferência nas mesmas condições precárias e ilegais.

Isso evidencia que:

[...] a Convenção 143 entendeu que a garantia dos direitos trabalhistas e do direito de ação trabalhista seria medida muito mais eficaz para dissuadir o empregador da contratação de mão de obra irregular. Por certo, atualmente o foco das discussões está em como reduzir a imigração, enquanto que à época da Convenção, importava também o princípio da prevalência dos direitos humanos (LOPES, 2009, p. 233).

A Parte II da Convenção nº 143 inicia-se no art. 10, o qual:

[...] é crucial no combate à discriminação dos trabalhadores migrantes, uma vez que trata das políticas a serem adotadas pelos Estados que aderirem ao texto. Ele estipula o dever de promover a igualdade de oportunidades em matéria de emprego e profissão, assegurar a segurança social, o respeito aos direitos sindicais e culturais, bem como

assegurar liberdades individuais e coletivas para aqueles que se encontram legalmente nos seus territórios na qualidade de imigrantes ou de familiares (LIMA, 2011, p. 287).

O art. 11 traz a definição de trabalhador migrante como “uma pessoa que emigra ou emigrou de um país para outro com o fim de ocupar um emprego não por conta própria; compreende todo e qualquer indivíduo regularmente admitido como trabalhador migrante” (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO OIT, 1975). Em seguida,

A referida norma exclui, com um rol mais extenso que o previsto na Convenção nº 97, os casos de trabalhadores fronteiriços, artistas e os indivíduos que exerçam uma profissão liberal por curto período, trabalhadores marítimos, migrantes com perspectivas de formação ou de educação, empregados por organizações e empresas por período determinado. Nesse sentido, a norma aponta a proteção diferenciada daqueles que migram com contrato de trabalho ajustado, e daqueles sem contratação prévia acertada, deixando claro que os últimos merecem proteção mais intensa que os primeiros, reconhecendo explicitamente sua situação de desvantagem (LIMA, 2011, p. 287).

Nota-se que os dois primeiros artigos da Parte II da Convenção 143 sobre igualdade de oportunidades referem-se aos trabalhadores migrantes regularmente admitidos. Isso pode passar a ideia de que não se busca a igualdade de tratamento em casos de trabalhadores indocumentados. No entanto, a Convenção em questão “preconiza que se deve privilegiar a *regularização* do trabalhador em condições ilegais” (LOPES, 2009, p. 231) [grifo da autora]. E, quando da constatação de impossibilidade dessa regularização, como já explanado anteriormente, assegura igualdade de direitos referentes ao trabalho já prestado, bem como em casos de expulsão, que esta não seja por conta do trabalhador e, ainda, permite que os Estados não apliquem punições ao obreiro.

O art. 12, por seu turno, determina algumas obrigações aos Estados signatários da Convenção com o objetivo de concretizar o princípio da não discriminação (LOPES, 2009). São elas: o diálogo social com as entidades de empregados e empregadores com o intuito de cumprir com as medidas de igualdade de oportunidades; a promoção de programas de educação e de atividades para conhecimento da política adotada pelos trabalhadores migrantes, bem como de seus direitos e obrigações e, ainda, das iniciativas de efetiva assistência aos mesmos (LIMA, 2009).

Além disso, o art. 12 também suscita outras considerações relevantes ao estipular que:

Deverá o Estado signatário revogar as disposições legais em sentido contrário e aplicar uma política social para que os trabalhadores migrantes possam se beneficiar das mesmas vantagens que os trabalhadores nacionais, reconhecendo necessidades especiais que possam ter, até que a sua adaptação à sociedade seja uma realidade, sem lesar o princípio da igualdade de oportunidades e de tratamento. Deverá o Estado receptor, ainda, tomar medidas no sentido de os trabalhadores migrantes e suas famílias preservarem suas identidades nacionais e étnicas, assim como os laços culturais, possibilitando às crianças o ensino de sua língua materna, um dado fundamental. Por fim, a norma impinge ao Estado aderente a garantia da igualdade de tratamento em matéria de condições de trabalho entre todos os trabalhadores

migrantes que exerçam a mesma atividade, sejam quais forem as condições específicas dos respectivos empregos (LIMA, 2011, p. 287-288).

Válido mencionar os avanços trazidos pelo art. 13, que incorporaram no próprio corpo da Convenção nº 143 a questão da reunião familiar, tratada anteriormente apenas no texto recomendatório de nº 86. Tais avanços dizem respeito: à inclusão dos ascendentes no rol dos beneficiários da reunião familiar, visto que na norma anterior tal pedido seria concedido por “benevolência”; à garantia do direito de reunião familiar ao cônjuge independentemente da relação de dependência econômica, que é exigida para os demais beneficiários; e à correção da redação discriminatória da Recomendação nº 86, que se referia ao cônjuge apenas como a “mulher” (LOPES, 2009)<sup>18</sup>.

Por fim, acerca do conteúdo do art. 14, atenta-se que são admitidas algumas restrições ao trabalho do imigrante, apesar do princípio da não discriminação. “Tais restrições estão relacionadas com os seguintes tópicos: a) livre escolha do emprego, b) reconhecimento de títulos, c) acesso a determinadas categorias e funções” (LOPES, 2009, p. 235). Sobre cada uma delas, explica Lopes (2009, p. 235-236):

Com efeito, no que diz com a escolha do emprego, a restrição admitida deve observar um limite temporal, qual seja, de dois anos (antes eram cinco anos). Cuida também de assegurar nessa hipótese o direito à mobilidade geográfica. Quanto ao direito das qualificações profissionais, incluindo certificados e diplomas obtidos no estrangeiro, estabelece-se o dever de consultar as organizações sindicais antes da regulamentação da matéria (art. 14, “b”). Por fim, quanto à alínea “c” supra, a Convenção menciona sem maiores detalhamentos que a possibilidade de restrição ao acesso a determinadas funções pode ser estabelecida em função de “interesse do Estado”. Na lógica da Convenção, impõe-se adotar interpretação restritiva para tal disposição, sob pena de inviabilizar o sistema de garantias que a mesma pretendeu estabelecer.

De acordo com a referida autora, embora as restrições tenham de observar limitações, essas últimas não costumam ser respeitadas pelos Estados atualmente, pois:

Dentre as medidas adotadas para limitar a imigração estão precisamente as que impedem a mobilidade geográfica do trabalhador imigrante e as que impedem a escolha de emprego por um período indefinido de tempo. Assim, a pessoa que ingressa em um país para exercer atividades determinadas, estará condenada a permanecer na mesma atividade por todo o período em que permanecer no país de acolhida. O reconhecimento das qualificações continua dependendo de procedimentos excessivamente burocráticos, que envolvem procedimento individualizado de reconhecimento de títulos dificultado por exigências de atendimento e especificidades curriculares. Os eventuais acordos de reconhecimento recíproco de títulos tardam para serem regulamentados e muitas vezes a regulamentação não dispensa procedimentos excessivamente burocráticos, o que os torna totalmente ineficazes (LOPES, 2009, p. 236).

---

<sup>18</sup> Além disso, a Recomendação nº 151 também garante o direito do trabalhador de visitar sua família ou de receber a visita de familiares no período de suas férias, sem prejuízo de sua condição legal e sem que aos parentes seja imposto um período de permanência inferior ao das férias do trabalhador, conforme art. 17. Ainda, sugere no art. 18 que seja concedida uma ajuda financeira para que o trabalhador possa arcar com os gastos da viagem.

Conclui-se, portanto, que a Convenção nº 143 da OIT representou um significativo progresso ao abarcar a proteção jurídica do trabalho do imigrante irregular, bem como dispor sobre igualdade de tratamento e reunião familiar, entre outros aspectos referentes aos direitos humanos do trabalhador.

Ademais, ao abandonar a concepção de migração ordenada e em caráter oficial da Convenção nº 97, a Convenção 143 aproxima-se de um cenário muito mais similar ao atual (LOPES, 2009).

Entretanto, “a Convenção nº 143 enfrenta problemas acentuados de aceitação entre os países do globo [...]. São apenas vinte e três ratificações<sup>19</sup> até o presente momento, quase a integralidade delas por países não receptores de grandes contingentes de imigrantes<sup>20</sup>” (NICOLI, 2011, p. 62).

O Brasil ainda não ratificou a Convenção nº 143. Em 14 de dezembro de 1989 o Congresso Nacional rejeitou a ratificação da referida Convenção por meio do Decreto Legislativo nº 86 de 1989. Um novo encaminhamento da Convenção para aprovação e ratificação pelo Congresso Nacional foi realizado pela Comissão Tripartite de Relações Internacionais do Ministério do Trabalho no ano de 2008 (LIMA, 2011).

Sendo assim, o vanguardismo da OIT quanto à questão da imigração de trabalhadores expressa-se pelo conteúdo das Convenções nº 97 e nº 143. No entanto, em 1990, a Organização das Nações Unidas – ONU também convencionou acerca do tema, conforme se discorrerá adiante.

### 3.2 Âmbito da ONU

A Organização das Nações Unidas – ONU foi criada após a Segunda Guerra Mundial, no ano de 1945, momento em que se fortalecia o processo de internacionalização dos direitos humanos. Assim, são três os propósitos centrais da ONU: a manutenção da paz e da segurança

---

<sup>19</sup> Em junho de 2015, conforme consulta no sítio da OIT. Disponível em: <[http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:11300:0::NO:11300:P11300\\_INSTRUMENT\\_ID:312288:NO](http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:11300:0::NO:11300:P11300_INSTRUMENT_ID:312288:NO)> Acesso em 11 de junho de 2015.

<sup>20</sup> “A exceção dentre os países que ratificaram a Convenção nº 143 é a Itália, que recebe um volume considerável de imigrantes. Contudo, apesar de ter ratificado o instrumento, a Itália passa por um momento de verdadeira contradição na disciplina migratória, ao recrudescer suas normas internas, chegando a debater criminalmente a questão da imigração irregular” (NICOLI, 2011, p. 62-63).

internacional; o incentivo à cooperação internacional nos campos social e econômico; e a promoção dos direitos humanos na seara universal (PIOVESAN, 2011).

Logo, em 1948 adotou-se, pela aprovação de 48 Estados membros da ONU, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que, segundo já referido no item 2.2.1 deste estudo, trouxe, em seu artigo 13, o direito de migrar.

No entanto, a primeira preocupação expressa da ONU quanto aos direitos dos trabalhadores migrantes deu-se no ano de 1972, quando a Resolução nº 1.706 (LIII) do Conselho Econômico e Social, advertiu sobre o transporte clandestino de trabalhadores para países da Europa e para a exploração de trabalhadores africanos em trabalho forçado e análogo ao escravo. No mesmo ano, a Assembleia Geral<sup>21</sup> apresentou a Resolução nº 2.920 (XXVII), condenando a discriminação a trabalhadores estrangeiros e exigindo que os Governos abolissem esta prática, a fim de melhorar os procedimentos de recepção dessas pessoas (PIOVESAN, 2011).

Em 1976, em resposta a uma solicitação do Conselho Econômico e Social, a Submissão para a Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias aprovou relatório sobre a exploração de trabalhadores migrantes por meio de tráfico ilegal, o qual identificou dois aspectos do problema: as operações clandestinas e o tratamento discriminatório dos trabalhadores migrantes nos países de destino. Esse relatório recomendou a elaboração de uma convenção pela ONU para tratar dos direitos de tais trabalhadores. A partir de então foi elaborada a Convenção Internacional Sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias da ONU, adotada em 1990 (PIOVESAN, 2011).

### 3.2.1 A Convenção Internacional Sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias da ONU

A Convenção Internacional Sobre a Proteção dos Direitos de todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias foi adotada pela Assembleia Geral da ONU (Resolução 45/158) em 18 de dezembro de 1990, entrando em vigor somente em 1º de julho de

---

<sup>21</sup> Tanto a Assembleia Geral como o Conselho Econômico e Social são alguns dos principais órgãos que compõem a ONU. A Assembleia é composta por todos os membros das Nações Unidas, cada um com direito a um voto. Já o Conselho Econômico e Social é formado por cinquenta e quatro membros, responsáveis por realizar recomendações com o intuito de fomentar a observância dos direitos humanos, bem como elaborar projetos de convenções a serem submetidos à Assembleia Geral (PIOVESAN, 2011).

2003, ano em que finalmente alcançou o número mínimo necessário de ratificações para que a norma entrasse em vigência<sup>22</sup>, com a adesão da Guatemala (LIMA, 2011).

Sob a perspectiva dos direitos da pessoa humana, o referido diploma debruça-se sobre o tema da imigração, estabelecendo um patamar mínimo de direitos a serem observados pelos Estados-partes com relação aos trabalhadores migrantes e seus familiares, independente do *status* de sua situação migratória (PIOVESAN, 2011).

Logo,

Efetivamente, trata-se de instrumento normativo de notável avanço na proteção de direitos para trabalhadores migrantes, sobretudo no que diz respeito àqueles em condição de irregularidade migratória, assegurando-lhes padrão de dignidade em suas relações de trabalho e, conseqüentemente, em sua existência (NICOLI, 2011, p. 55).

Já em seu preâmbulo a Convenção evidencia sua preocupação em abranger em suas disposições o trabalhador indocumentado e os membros de sua família, conforme os seguintes *consideranda*:

Considerando que os problemas humanos decorrentes das migrações são ainda mais graves no caso da migração irregular e convictos, por esse motivo, de que se deve encorajar a adoção de medidas adequadas, a fim de prevenir e eliminar os movimentos clandestinos e o tráfico de trabalhadores migrantes, assegurando ao mesmo tempo a proteção dos direitos humanos fundamentais destes trabalhadores;

Considerando que os trabalhadores não documentados ou em situação irregular são, frequentemente, empregados em condições de trabalho menos favoráveis que outros trabalhadores e que certos empregadores são, assim, levados a procurar tal mão de obra a fim de se beneficiar da concorrência desleal;

Considerando, igualmente, que o emprego de trabalhadores migrantes em situação irregular será desencorajado se os direitos humanos fundamentais de todos os trabalhadores migrantes forem mais amplamente reconhecidos e que, além disso, a concessão de certos direitos adicionais aos trabalhadores migrantes e membros das suas famílias em situação regular encorajará todos os migrantes e empregadores a respeitar e a aplicar as leis e os procedimentos estabelecidos pelos Estados interessados (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU, 1990).

Assim, “a preservação dos direitos humanos dos migrantes e suas famílias é o principal objetivo do tratado, tanto para imigrantes autorizados a ingressar em determinado país como para não autorizados” (LIMA, 2011, p. 289). Outrossim, a norma convencional procura harmonizar as condutas dos Estados e encorajar a criação de medidas adequadas para prevenir e eliminar o tráfico e o recrutamento clandestinos de trabalhadores (PIOVESAN, 2011).

A Parte I da Convenção é composta pelos artigos 1º ao 6º. O primeiro artigo da Convenção traz o princípio da não discriminação, vedando qualquer tipo de distinção, incluindo o critério da “nacionalidade”. Ainda, estabelece o artigo inaugural que as disposições

---

<sup>22</sup> De acordo com Lopes (2009), apesar de ser uma das oito mais importantes convenções sobre direitos humanos, foi a convenção da ONU que mais demorou a entrar em vigor.

convencionais devem ser aplicadas a todas as fases do processo migratório dos trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias.

Na Parte II da Convenção, seu único artigo (o art. 7º), reforça o princípio da não discriminação ao estabelecer que os Estados-Partes se comprometem a respeitar e garantir todos os direitos previstos a todos os trabalhadores migrantes e suas famílias, sem distinção alguma.

No art. 2º a norma convencional conceitua o trabalhador migrante como a “pessoa que vai exercer, exerce ou exerceu uma atividade remunerada num Estado de que não é nacional” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU, 1990). No mesmo artigo,

A convenção distingue categorias de trabalhadores, de acordo com o motivo ou características da estância, para mais adiante estabelecer exceções ou disposições especiais sobre essas pessoas. Os tipos de trabalhadores migrantes são os seguintes: 1. Trabalhador fronteiriço (aquele que conserva a sua residência habitual no Estado vizinho, retornando a ele pelo menos uma vez por semana); 2. Trabalhador de temporada (aquele cujo trabalho, por sua própria natureza, só se realiza durante parte do ano); 3. Marinheiro (aquele que está a bordo de uma embarcação registrada num Estado do qual não seja nacional, inclusive o pescador); 4. Trabalhador em uma estrutura marinha (o que se encontra numa estrutura marinha que se encontre baixo jurisdição de um Estado do qual não seja nacional); 5. Itinerante (aquele que, ainda tendo sua residência habitual em um Estado, tenha que viajar a outro Estado ou Estados por períodos breves, em decorrência de sua ocupação); 6. Vinculado a um projeto (aquele admitido em um país exclusivamente para realizar um projeto concreto); 7. Trabalhador com emprego concreto (aqueles que realizam, de ordem de seus empregadores locais, tarefas ou trabalhos em outros Estados e também aqueles especializados que realizam trabalhos concretos de duração limitada); 8. Por conta própria (aquele que exerce atividade remunerada sem ter um contrato de trabalho) (LOPES, 2009, p. 242-243).

A respeito dos artigos seguintes, sintetiza Lima (2011, p. 290):

O art. 3º também tem uma preocupação muito detalhada em afirmar os casos em que a norma não é aplicável. O art. 4º define os membros da família do trabalhador migrante<sup>23</sup>. O art. 5º define a condição de trabalhadores documentados e não documentados ou irregulares, bem como o art. 6º define as expressões “Estado de origem”, “Estado de emprego” e “Estado de trânsito”, uma condição muito peculiar dos atuais movimentos migratórios.

A Parte III compreende do artigo 8º ao 35 e “[...] possui uma extensa e detalhada relação dos direitos humanos trabalhadores migrantes e membros de suas famílias, que deverão ser observados pelos Estados participantes” (LIMA, 2011, p. 190). Assim,

Dentre os direitos enunciados pela Convenção a todos os trabalhadores migrantes e membros de sua família, independentemente de *status* migratório, destacam-se os direitos à vida; a não ser submetido a tortura, nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes; a não ser constrangido a realizar um trabalho forçado; à

---

<sup>23</sup> Dispõe o art. 4º: “Para efeitos da presente Convenção, a expressão ‘membros da família’ designa a pessoa casada com o trabalhador migrante ou que com ele mantém uma relação que, em virtude da legislação aplicável, produz efeitos equivalentes aos do casamento, bem como os filhos a seu cargo e outras pessoas a seu cargo, reconhecidas como familiares pela legislação aplicável ou por acordos bilaterais ou multilaterais aplicáveis entre os Estados interessados” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU, 1990).



liberdade de pensamento, de consciência e de religião; à liberdade de expressão; à vida privada e familiar; à liberdade e à segurança pessoal; a ser tratado com humanidade, dignidade e respeito à sua identidade cultural, quando privados de liberdade; à proibição de medidas de expulsão coletiva; à proteção e à assistência das autoridades diplomáticas e consulares do seu Estado de origem; ao reconhecimento da sua personalidade jurídica, em todos os lugares; a um tratamento não menos favorável que aquele concedido aos nacionais do Estado de emprego em matéria de retribuição (PIOVESAN, 2011, p. 276).

Salienta-se que, “dentro da esfera trabalhista, a própria Convenção dos Trabalhadores Migrantes e suas Famílias estabelece, em seu art. 26, um tratamento equânime entre o migrante trabalhador e o residente local, para livre atuação sindical” (LIMA, 2011, p. 290). O mesmo é estipulado em matéria de segurança social, de acordo com o art. 27.

Também interessante destacar os artigos 29 e 30, que tratam especificamente de direitos dos filhos dos trabalhadores:

Com relação aos direitos dos filhos dos trabalhadores migrantes, consagra o texto o direito a um nome, ao registro de nascimento e a uma nacionalidade; o direito de acesso à educação em condições de igualdade de tratamento com os nacionais do Estado interessado, dentre outros direitos (PIOVESAN, 2011, p. 276).

Acerca do conteúdo de tal rol de direitos percebe-se que,

Efetivamente tratam-se dos direitos já reconhecidos para toda pessoa humana, com alguma peculiaridade decorrente da condição de migrante. O interesse dessa parte da convenção, entretanto, é ressaltar a prevalência desses direitos independentemente do *status migratório* da pessoa (regular ou irregular). Reafirma, portanto, o princípio da não discriminação em situações concretas, para as quais esse *status migratório* não constitui *discrimen* relevante para fomentar uma distinção (LOPES, 2009, p. 243).

Necessário atentar que em que pese o amplo e minucioso rol de direitos previsto, estão estabelecidas também algumas restrições com base no interesse da segurança nacional, ordem pública e proteção dos direitos dos demais, fato que de certo modo relativiza e condiciona o exercício dos direitos humanos dos trabalhadores imigrantes (LOPES, 2011).

A Parte IV da Convenção (art. 36 ao 43) apresenta “outros direitos dos trabalhadores migrantes e dos membros das suas famílias que se encontram documentados ou em situação regular” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU, 1990). Novamente, tem-se um rol bastante extenso, que inclui direitos como: direito a informação sobre o regime da situação migratória particular; direito de associação sindical; conservação dos direitos eleitorais no país de origem; direito à proteção da família e facilitação da reunião familiar; direito de não perder a autorização de residência quando perder o emprego; igualdade de trato, ressalvadas as condições da autorização de residência, quanto à proteção contra a despedida, prestações de desemprego, acesso a programas públicos de combate ao desemprego, acesso a outro emprego em caso de ficar sem trabalho, acesso à justiça laboral; entre outros (LOPES, 2009).

Em seguida, na Parte V são expostas “disposições aplicáveis a categorias especiais de trabalhadores migrantes e membros das suas famílias” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU, 1990), conforme os tipos previstos no art. 2º da Convenção.

Por sua vez, a Parte VI diz respeito à promoção de condições migratórias dignas aos trabalhadores migrantes e seus familiares. Seu art. 64 “exorta a levar em consideração não apenas as necessidades e recursos de mão de obra, mas também as necessidades dos trabalhadores e suas famílias, bem como as repercussões para as respectivas comunidades” (LOPES, 2009, p. 248).

Por conseguinte, o art. 65 da Convenção estipula a manutenção de serviços apropriados para atender a questões referentes às migrações por parte dos Estados que, para isso, devem: formular e executar políticas públicas; trocar informações entre si; fornecer aos trabalhadores migrantes e seus empregadores informações sobre política, legislação, regulamentos e acordos bilaterais; e fornecer ampla assistência para os migrantes e seus familiares quanto aos trâmites e formalidades de todo o processo migratório (LOPES, 2009).

Nos artigos seguintes, a Convenção:

Publiciza o processo de contratação internacional, atribuindo o a órgãos públicos ou sujeitando o ao aval e supervisão das autoridades públicas (art. 66). Prevê a cooperação para o regresso de imigrantes e combate à imigração irregular (art. 67/68). Afirma que os Estados tomarão as medidas apropriadas para resolver casos de imigração irregular e que, no caso da regularização de imigrantes, deverão ser levados em consideração “as circunstâncias de entrada, a duração da estância e a situação familiar”, dentre outras circunstâncias relevantes (art. 69). Por fim, afirma que os Estados partes facilitarão a repatriação de restos mortais dos trabalhadores e suas famílias, bem como prestarão assistência nas questões relativas à eventual indenização por falecimento (LOPES, 2009, p. 248).

A Parte VII versa acerca da aplicação das disposições convencionais e apresenta um sistema de monitoramento do cumprimento das mesmas por parte dos Estados, de maneira que “a convenção não se limita a prever direitos. Estabelece também um mecanismo muito discreto de acompanhamento do cumprimento da convenção, com poderes para solução de controvérsias, se previamente reconhecido pelas partes” (LOPES, 2009, p. 248).

Tal mecanismo consiste, de acordo com o art. 72, na instituição de um comitê específico, “[...] integrado por dez *experts* de alta autoridade moral, imparcialidade e reconhecida competência no domínio abrangido pela Convenção. Os membros do Comitê exercem suas funções a título pessoal e não governamental” (PIOVESAN, 2011, p. 277).

Ademais,

Quanto aos mecanismos de monitoramento, a Convenção estabelece a sistemática de relatórios a serem elaborados periodicamente pelos Estados partes, contemplando as medidas legislativas, judiciais, administrativas e de outra natureza voltadas à implementação da Convenção, em conformidade com o art. 73. Por meio de cláusulas

facultativas, são previstos os mecanismos das comunicações interestatais e das petições individuais, nos termos dos artigos 76 e 77 respectivamente (PIOVESAN, 2011, p. 277).

A última parte (Parte VIII) da norma convencional trata das disposições gerais e finais. Relevante destacar que “os direitos dos trabalhadores migrantes e dos membros de suas famílias previstos na Convenção não podem ser objeto de renúncia, nos termos do art. 82” (PIOVESAN, 2011, p. 277).

A partir desta breve análise, conclui-se que:

A convenção é importante por estabelecer uma codificação universal dos direitos dos trabalhadores migrantes no âmbito da ONU, mais atualizada que as convenções da OIT. Estabelece garantia de mínimos e inclui os familiares até no seu nome, razão pela qual entendemos que o direito à reunificação familiar deve ser entendido como direito e não como recomendação no campo deste instrumento jurídico (LOPES, 2011, p. 242).

Assim sendo, pode-se afirmar que:

O ponto mais positivo dessa Convenção é, sem dúvida, a preocupação e a determinação em favor de situações atuais envolvendo trabalhadores migrantes e, principalmente, suas famílias. Ela estipula uma série de direitos para os últimos, e uma série de obrigações para os Estados participantes, principalmente nos casos de trabalhadores com permanência irregular (LIMA, 2011, p. 291).

Além disso, tal série de direitos mínimos prevista pela Convenção é especialmente relevante, pois pode auxiliar a limitar a ‘potestade’ dos Estados-Parte na elaboração de política de migração (LOPES, 2009). Entretanto, talvez seja este um dos principais motivos para o baixo grau de adesão da norma, que conta atualmente com 38 signatários e 48 Estados-partes<sup>24</sup>. Tal número é pouco representativo, tendo em vista que a ONU é formada por 193 países-membros. Vale notar que o Brasil é o único país do MERCOSUL que ainda não ratificou a referida Convenção. Conforme afirma Nicoli (2011, p. 57):

Pelo avanço de suas estipulações, a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias da ONU não tem um expressivo número de ratificações, especialmente entre os países receptores de imigrantes, nos quais a Convenção teria impactos mais profundos. Em verdade, o caráter protetivo da Convenção não se alinha à ortodoxia das políticas migratórias dos países que recebem grandes contingentes de imigrantes, o que explica os baixos níveis de adesão.

Sendo assim,

Resta aguardar uma maior conscientização mundial do problema, para que os Estados centrais, principalmente aqueles que têm maior vocação para recepção de trabalhadores migrantes, incluam nas suas agendas políticas a ratificação desse importante instrumento de defesa dos trabalhadores migrantes em todo o mundo (LIMA, 2011, p. 291).

---

<sup>24</sup> Em junho de 2015, conforme consulta no sítio da ONU. Disponível em: < [https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg\\_no=IV 13&chapter=4&lang=en](https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV%2013&chapter=4&lang=en)> Acesso em 11 de junho de 2015.

Afinal, “não basta apenas confeccionar um documento jurídico com pretensão de universalidade; é preciso que haja adesão para sua validade e aplicabilidade” (LOPES, 2009, p. 274).

Logo, por todo exposto,

Pode se afirmar que as Convenções 97 e 143 da OIT, juntamente com a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias da ONU, formam o sustentáculo da proteção internacional ao trabalhador imigrante (NICOLI, 2011, p. 63).

Todavia, além dessas convenções, tratados na esfera regional também buscam regular a migração de trabalhadores entre países de um mesmo bloco econômico. No Brasil, tais normas estão situadas no âmbito do MERCOSUL.

### **3.3 Âmbito Regional - MERCOSUL**

O Mercado Comum do Sul - MERCOSUL foi fundado em 26 de março de 1991 por meio da assinatura do Tratado de Assunção pelos seguintes países: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Em 2012 a Venezuela ingressou definitivamente como Estado-parte do bloco e, desde o mesmo ano, a Bolívia encontra-se em processo de adesão (BRASIL, 2015).

Além disso, o MERCOSUL tem como Estados associados: o Chile (desde 1996), o Peru (desde 2003), a Colômbia, o Equador (ambos desde 2004), a Guiana e o Suriname (ambos desde 2013). Assim sendo, todos os países da América do Sul participam do bloco, seja como Estado-parte, seja como associado (BRASIL, 2015).

O objetivo da criação do MERCOSUL, como o próprio nome evidencia, é a consolidação de um Mercado Comum. Assim dispõe o art. 1º do Tratado de Assunção:

Artigo 1º Os Estados Partes decidem constituir um Mercado Comum, que deverá estar estabelecido a 31 de dezembro de 1994, e que se denominará "Mercado Comum do Sul" (MERCOSUL).

Este Mercado Comum implica:

A livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos entre os países, através, entre outros, da eliminação dos direitos alfandegários restrições não tarifárias à circulação de mercado de qualquer outra medida de efeito equivalente (MERCOSUL, 1991).

Como se vê, o tratado previa a progressividade das fases de integração num período que, idealmente, se estenderia de 1991 a 1994. No entanto, o MERCOSUL ainda hoje não atingiu o estágio de Mercado Comum, sendo classificado atualmente como uma União Aduaneira imperfeita, em função do regime de salvaguardas que favorecem alguns países do bloco.

Ademais, para a concretização de um Mercado Comum é necessária a efetivação progressiva de quatro liberdades: livre circulação de mercadorias, de serviços, de capitais e de pessoas (CARNEIRO, 2007).

Dentre tais liberdades, o livre trânsito de pessoas revela-se o maior desafio à concretização do Mercado Comum. Primeiramente, o próprio Tratado de Assunção, conforme o supracitado art. 1º, não menciona expressamente a franca circulação de pessoas entre os membros do bloco, versando tão somente acerca do fluxo de “fatores produtivos”. Embora seja possível inferir que nesses fatores estejam incluídos os trabalhadores, o uso de tal expressão demonstra o viés econômico do tratado, de modo que:

No Tratado de Assunção nota-se uma forte preocupação com as relações comerciais, tarifárias, aduaneiras, alfandegárias, deixando de enfrentar diretamente o problema que surgiria com a circulação de pessoas e, conseqüentemente, com a fixação de domicílio e prestação de serviços subordinados (LOGUERCIO, 2003, p. 7).

Além da falta de preocupação normativa na esfera da constituição do bloco com relação à circulação de pessoas e, por conseguinte, aos aspectos sociolaborais as disparidades existentes entre os mercados de trabalho dos países do bloco geram a criação de legislações internas que restringem a abertura das fronteiras, dificultando ainda mais o livre trânsito de pessoas no MERCOSUL.

Ainda, a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, em 1996, representou o enfraquecimento dos planos de criação de um espaço de livre fluxo de pessoas, visto que os países acordaram em focar-se na concretização de uma União Aduaneira, diante das dificuldades de se efetivar um Mercado Comum (NICOLI, 2011).

Por todas essas razões, o referido bloco ainda é considerado por muitos como uma mera zona de cooperação, na qual ocorrem processos migratórios comuns, e não como uma zona de integração, onde mecanismos jurídicos afrouxam as fronteiras, facilitando o trânsito de pessoas, a fixação de residência e o acesso ao trabalho em condições dignas nos Estados pertencentes ao bloco (NICOLI, 2011).

No entanto, alterações paulatinas no ordenamento jurídico do MERCOSUL vêm buscando a transformação desse quadro. De acordo com Botega (2012, p. 577),

A complexa problemática das migrações laborais e de suas conseqüências em um processo de integração, gerou algumas controvérsias no sentido de uma menor disparidade no campo do direito do trabalho, buscando a lógica da constituição de um marco comum de regulação das relações trabalhistas.

Com isso, em 10 de dezembro de 1998 a Declaração Sociolaboral do MERCOSUL trouxe a preocupação com as repercussões da instituição do bloco no campo do direito do trabalho e com a proteção dos direitos sociais e sindicais (LOGUERCIO, 2003). Destaca-se o art. 4º da referida norma, que dispõe:

Art. 4º Todos os trabalhadores migrantes, independentemente de sua nacionalidade, têm direito à ajuda, informação, proteção e igualdade de direitos e condições de trabalho reconhecidos aos nacionais do país em que estiverem exercendo suas atividades.

Os Estados Partes comprometem-se a adotar medidas tendentes ao estabelecimento de normas e procedimentos comuns relativos à circulação dos trabalhadores nas zonas de fronteira e a levar a cabo as ações necessárias para melhorar as oportunidades de emprego e as condições de trabalho e de vida destes trabalhadores (MERCOSUL, 1998).

A despeito de seus avanços, a Declaração é criticada pelo “[...] enfoque especial dado aos trabalhadores das zonas de fronteira, deixando, mais uma vez, de se pensar nas estruturas necessárias para os casos de circulação de trabalhadores na integração efetiva dos mercados” (LOGUERCIO, 2003, p. 8). Ademais, a norma ainda carece de reconhecimento e eficácia jurídica no âmbito dos Estados-Partes, de maneira que muitas negociações e acordos ainda precisam ser realizados para que seus termos sejam plenamente envolvidos pela cogência própria do Direito (PEDUZZI, 2002). Logo, a Declaração Sociolaboral é:

[...] ao mesmo tempo, fundamental e insuficiente, sobretudo na perspectiva de efetiva integração e de circulação de pessoas, que, presume-se, vão trabalhar em condições de igualdade em mercados bastante distintos e assimétricos. Traça os princípios que devem ser observados e estimulados, mas que têm sido tratados como princípios meramente hermenêuticos (se tanto) e não concretizadores de práticas e de regulação de efetiva proteção social (LOGUERCIO, 2003, p. 10).

Diversos outros documentos<sup>25</sup> “[...] foram lançados no sentido de facilitar fluxos migratórios, promover regularização de fluxos de imigração indocumentada, ampliar a salvaguarda de direitos e eliminar formas de tráfico e exploração de migrantes” (NICOLI, 2011, p. 114). Inclusive, acordos bilaterais foram entabulados, por exemplo, entre Brasil e Argentina<sup>26</sup>.

Em meio a tais normas, merece realce o Acordo Sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile, firmado em 06 de dezembro de 2002 e promulgado no Brasil pelos Decretos nº 6.964 e nº 6.975, ambos de 2009.

Já em seus dispositivos iniciais, o instrumento normativo demonstra sua preocupação com o aprofundamento da integração entre os membros do bloco, sobretudo com a política de

---

<sup>25</sup> De acordo com Nicoli (2011, p. 113-114), “destacam-se, ainda, na regulação das migrações no Mercosul, a Declaração de Santiago Sobre Princípios Migratórios de 2004; os Acordos nº 11/02, 12/02, 13/02 e 14/02 do Conselho do Mercado Comum do Sul; a Declaração de Assunção Sobre o Tráfico de Pessoas e Tráfico Ilícito de Migrantes de 2001; a Declaração de Assunção de 2006; a Declaração de Caracas de 2007 e a Declaração de Lima de 2009, além do Compromisso de Montevideu sobre Migrações e Desenvolvimento dos chefes de Estado e de Governo da comunidade Ibérica Americana de 2006”.

<sup>26</sup> A exemplo do acordo celebrado em Puerto Iguazú em 30 de novembro de 2005 (Decreto nº 6.736/2009), disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007\\_2010/2009/Decreto/D6736.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007_2010/2009/Decreto/D6736.htm)

livre circulação de pessoas, a fim de solucionar a questão migratória e combater o tráfico de pessoas:

REAFIRMANDO o desejo dos Estados Partes do MERCOSUL e dos Países Associados de fortalecer e aprofundar o processo de integração, assim como os fraternais vínculos existentes entre eles.

TENDO PRESENTE que a implementação de uma política de livre circulação de pessoas na Região é essencial para a consecução desses objetivos;

VISANDO a solucionar a situação migratória dos nacionais dos Estados Partes e Países Associados na região, a fim de fortalecer os laços que unem a comunidade regional;

CONVENCIDOS da importância de combater o tráfico de pessoas para fins exploração de mão de obra e aquelas situações que impliquem degradação da dignidade humana, buscando soluções conjuntas e conciliadoras aos graves problemas que assolam os Estados Partes, os Países Associados e a comunidade como um todo, consoante compromisso firmado no Plano Geral de Cooperação e Coordenação de Segurança Regional;

RECONHECENDO o compromisso dos Estados Partes de harmonizar suas legislações para lograr o fortalecimento do processo de integração, tal qual disposto no artigo 1º do Tratado de Assunção;

BUSCANDO estabelecer regras comuns para a tramitação da autorização de residências aos nacionais dos Estados Partes e Associados do MERCOSUL. (MERCOSUL, 2002).

Em seu art. 1º, o acordo traz a possibilidade de residência legal de qualquer nacional dos Estados-partes do MERCOSUL em outro Estado pertencente ao bloco, bastando, para tal, a comprovação da nacionalidade e dos requisitos exigidos no art. 4º. Este, por sua vez, determina que:

Aos interessados será outorgada uma residência temporária de até dois anos, mediante prova de: a) identidade e nacionalidade (apresentação do passaporte ou carteira de identidade); b) estado civil (certidão de nascimento e comprovação de estado civil da pessoa); c) inexistência de antecedentes judiciais e/ou penais e/ou policiais nos países em que o interessado houver residido nos cinco anos anteriores à sua chegada ao país de recepção (isso inclui o país de recepção) ou seu pedido ao consulado; d) declaração, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes internacionais penais ou policiais; e) prova de saúde, se exigido pela legislação do país em particular (não é o caso do Brasil) e f) pagamento de uma taxa de serviço, conforme disposto nas respectivas legislações internas (LOPES, 2009, p. 535).

Além disso, o art. 4º também prevê a simplificação da legalização de documentos, bastando a notificação de sua autenticidade (LOPES, 2009). Na sequência, o art. 5º permite a transformação da residência temporária em permanente, mediante a apresentação do peticionante perante a autoridade migratória do país de recepção, noventa dias antes do vencimento da mesma, acompanhado da documentação listada.

Importante o conteúdo do art. 8º, que garante a liberdade de circulação no território do país de recepção aos que tenham obtido a residência legal, conforme disposto nos artigos anteriores, desde que “sem prejuízo de restrições excepcionais impostas por razões de ordem pública e segurança pública” (MERCOSUL, 2002). Ainda, o mesmo artigo determina o direito a exercer qualquer atividade nas mesmas condições que os nacionais do país no qual tenha se estabelecido.

O art. 9º prevê diversos direitos aos imigrantes e membros suas famílias, de forma que: São assegurados, ainda, o tratamento igualitário com os nacionais do país de acolhida, o direito de reunião familiar (hipótese aplicável caso existam membros da família que não tenham a nacionalidade de um dos Estados partes) e o direito a transferir renda pessoal ao seu país de origem (LOPES, 2009, p. 536).

Em complemento, o art. 10 defende o estabelecimento de mecanismos de cooperação permanentes entre os organismos de inspeção migratória e trabalhista dos Estados, com o intuito de detectar e impedir o tráfico e o emprego ilegal de imigrantes em seus territórios. Também determina que sejam estipuladas sanções efetivas aos empregadores de nacionais das partes em condições ilegais, resguardados os direitos que correspondam aos trabalhadores pela mão de obra já prestada.

Por fim, vale registrar que no art. 11 preza-se a vedação ao retrocesso sociojurídico do trabalhador imigrante, ao determinar que devem prevalecer ao Acordo, normas internas de cada Estado-parte que sejam mais favoráveis aos trabalhadores imigrantes (NICOLI, 2011).

Quanto à sua importância, frisa-se que “o Acordo de Residência resolve definitivamente a questão migratória entre cidadãos do MERCOSUL, instituindo verdadeiro regime de igualdade jurídica que poderá solucionar muitas das questões migratórias atuais” (LOPES, 2009, p. 534).

Todavia, as diferenças econômicas e sociais entre os países do bloco, ainda geram entraves à aplicação plena dos instrumentos regionais de proteção ao trabalhador migrante, sobretudo do avançado Acordo de Residência. E, diante da presente fase de ampliação do MERCOSUL, tanto por meio da recente adesão da Venezuela e possível entrada da Bolívia, como também por novos membros associados e, ainda, por parcerias com a Comunidade Andina e pela formação da União de Nações Sul-americanas UNASUL, tais diferenças tendem a uma maior complexidade (BOTEGA, 2012).

Portanto,

Para superar a condição de União Aduaneira Imperfeita que o Mercosul se encontra e consolidar o mercado comum, com livre circulação de fatores produtivos, entre estes, trabalhadores, ganhando uma novo patamar frente ao poder das grandes potências internacionais, é necessário que se avance na constituição de uma institucionalidade mais sólida. Porém, cabe ressaltar que esta institucionalidade não deve seguir os parâmetros da lógica neoliberal de mundialização, comportando os interesses



lucrativos e colocando a livre circulação de mercadorias e de capitais como aspectos principais e a livre circulação de trabalhadores como consequência destas. Tal lógica, como tem demonstrado a recente crise da União Europeia e de seu modelo flexível, longe de garantir o trabalho digno para o migrante, apenas aumenta o grande número de trabalhadores imigrantes precarizados que se somam aos trabalhadores precarizados das economias mais fortes do Mercosul na disputa por trabalhos na maioria das vezes indignos (BOTEGA, 2012, p. 590).

Assim, a implementação da livre circulação de trabalhadores e de sua proteção sociojurídica no MERCOSUL depende do fortalecimento deste como instituição supranacional, a fim de que seus instrumentos sejam plenamente efetivados pelos Estados-partes através da implementação de ações políticas em seus âmbitos domésticos.

Enquanto isso, as disposições do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, ainda permanecem em um plano de intenções, muito distante da realidade das migrações que ocorrem no MERCOSUL, as quais, na sua maioria, se caracterizam pelo deslocamento irregular de trabalhadores não qualificados, mormente com destino ao Brasil (NICOLI, 2011). Ocorre que:

O Brasil, por conta de ser um dos países melhor estruturados do ponto de vista econômico no contexto do bloco, coloca-se como um potencial receptor de imigrantes dos demais países do MERCOSUL e associados. Não há, em contrapartida, o mesmo volume nos fluxos de brasileiros para os demais países do bloco. Reagindo a tal condição, tem o Brasil se posicionado de maneira refratária quanto à implantação da livre circulação, provavelmente movido pelo temor de aumento expressivo dos fluxos migratórios, o que poderia interferir na dinâmica do mercado de trabalho interno e, eventualmente, aumentar o desemprego (NICOLI, 2011, p. 111).

Sendo assim, após a análise da normativa internacional e regional, resta saber como a legislação interna trata a questão da migração de trabalhadores. Por isso, a seguir apresenta-se uma análise das leis brasileiras que se referem aos aspectos migratórios e ao trabalho do imigrante.

## 4. O TRABALHADOR IMIGRANTE E SEUS DIREITOS NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

### 4.1 A Constituição Federal de 1988

A atual Constituição Federal da República do Brasil (CFRB/88) foi elaborada durante o processo de redemocratização do País, após um longo período ditatorial. Assim,

A Carta de 1988 institucionaliza a instauração de um regime político democrático no Brasil. Introduz também indiscutível avanço na consolidação legislativa das garantias e direitos fundamentais e na proteção de setores vulneráveis da sociedade brasileira. A partir dela, os direitos humanos ganham relevo extraordinário<sup>27</sup>, situando-se a Carta de 1988 como o documento mais abrangente e pormenorizado sobre os direitos humanos jamais adotado no Brasil (PIOVESAN, 2011, p. 76).

Dentre os direitos humanos, conforme já exposto no primeiro capítulo deste estudo, está o Direito do Trabalho, cuja efetivação é indispensável para a consolidação de uma vida digna. A atual Constituição, diferentemente das anteriores, preocupou-se em reconhecer tal relação em seus dispositivos, de modo que:

As Constituições brasileiras de 1946 e 1967 já relacionavam, em seus arts. 145, § 2º, e 160, respectivamente, a dignidade da pessoa humana ao Direito do Trabalho, ao prescreverem que a todos é garantido trabalho que possibilite a existência digna. Trata-se de uma primeira referência à dignidade da pessoa humana, vinculando-a ao trabalho. Porém, foi menção tímida, pontual, isolada, não se espraiando por todo o espírito normativo constitucional. Em 1988, contudo, novo paradigma normativo surge quanto a esse aspecto, elegendo a Norma Fundamental a dignidade da pessoa humana como fundamento da República brasileira e princípio basilar da ordem social e econômica (MIRAGLIA, 2009, p. 151).

Sendo assim, a CFRB/88 determina, em seu art. 1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana como fundamento da sociedade brasileira. Além disso, reconhece o caráter social do trabalho em seu art. 6º, tendo em vista que “direitos sociais são garantias estabelecidas às pessoas para a proteção de suas necessidades básicas, visando garantir uma vida com um mínimo de dignidade” (MARTINS, 2003, p. 43). Ainda, estabelece a norma constitucional que:

[...] o valor social do trabalho é fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, IV, CF/88); a ordem econômica deve assegurar a todos existência digna, pautando-se na valorização do trabalho (art. 170, CF/88) e a ordem social deve ter como base o primado do trabalho e como objetivos o bem estar e a justiça social (DELGADO, 2006, p. 74).

Ademais, o próprio texto constitucional prevê um rol exemplificativo de direitos trabalhistas em seu art. 7º, consolidando a proteção trabalhista como um direito fundamental.

---

<sup>27</sup> A exemplo da “prevalência dos direitos humanos” no que diz com as relações internacionais, prevista no art. 4º, II, da CFRB/88.

Assim sendo, resta saber de que maneira a Constituição permite a aplicação do Direito do Trabalho ao estrangeiro no Brasil. Para isso, necessário atentar para o princípio da igualdade esculpido no art. 5º da CRFB/88, que garante aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Primeiramente, frisa-se que a análise do art. 5º deve ser abalizada pelo art. 3º, inciso IV, da norma constitucional, que estipula como um dos objetivos fundamentais da República a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem e quaisquer outras formas de discriminação.

Logo, mesmo que a norma faça referência somente aos “estrangeiros residentes no País”, que são aqueles que vivem legalmente em território brasileiro, considera-se que um turista ou qualquer estrangeiro que esteja apenas em trânsito pelo Brasil, também seja beneficiário dos direitos e garantias individuais do art. 5º. Afinal, a partir da interpretação sistemática da Constituição, entende-se que o uso da referida expressão pela norma constitucional pretende apenas delimitar sua área de incidência como sendo o território brasileiro, e não excluir do gozo dos direitos e garantias fundamentais os estrangeiros que aqui se encontrem (LOPES, 2009).

Portanto, a proteção constitucional abarca até mesmo os estrangeiros em situação de irregularidade, pois tendo em vista a prevalência da dignidade da pessoa humana e do princípio da igualdade independentemente de nacionalidade ou qualquer outra forma de discriminação, só se pode concluir que os direitos humanos assegurados pela CRFB/88 – dentre eles, o acesso ao trabalho e a proteção trabalhista – valem inclusive para estrangeiros indocumentados. Desse modo,

Só cabe a ressalva quanto ao motivo ensejador da situação concreta que afasta o residente irregular da regularidade administrativa. A admissibilidade da restrição a direitos decorre de que o exercício das liberdades não é independente de eventual atendimento a requisitos legais. Assim, por exemplo, o fato do imigrante estar trabalhando informalmente pode privá-lo do direito ao emprego específico caso não seja promovida a sua regularização, mas não pode privá-lo dos direitos decorrentes do trabalho que tenha sido exercido, inclusive de sua tutela jurisdicional, devidamente previstos dentre os direitos e garantias fundamentais no seio da Constituição Federal. Assim, devem ser definitivamente afastadas interpretações simplistas do *caput* do art. 5º, que neguem direitos a estrangeiros considerados “não residentes” pela situação de irregularidade migratória (LOPES, 2009, p. 470).

Destarte, “impõe concluir que é a regra da igualdade que deve nortear o tratamento a ser dispensado aos estrangeiros” (LOPES, 2009, p. 458). Essa regra deve admitir somente as exceções previstas no próprio texto constitucional, que dizem respeito às seguintes ressalvas de cunho político:

Não pode o estrangeiro se alistar como eleitor e votar (art. 14, §2º); há restrições de acesso a cargos públicos (art. 37, I) e vedação de acesso a determinados cargos, que,

por sua natureza decisiva nos destinos políticos do país, são reservados a brasileiros (art. 12, §3º). Certamente, dada a força do padrão principiológico geral, tais situações são absolutamente excepcionais e devem, portanto, ser encaradas de maneira restritiva (NICOLI, 2011, p. 90).

Conclui-se que, regra geral, a interpretação sistemática da norma constitucional determina que, diante da dignidade da pessoa humana e da não discriminação, brasileiros e estrangeiros residentes ou não residentes possuem igualdade de direitos e garantias fundamentais, à exceção dos casos taxativos expressamente previstos em seu texto. Por conseguinte, aos estrangeiros em território brasileiro a Constituição garante o Direito do Trabalho e, no caso da prestação de trabalho irregular, assegura a concessão dos direitos que desta decorrerem.

A despeito disso, a legislação brasileira infraconstitucional ainda vigente, concernente ao tratamento do estrangeiro e às questões trabalhistas que os envolvem, é anterior à atual Constituição e, assim, parece ignorar seus preceitos orientadores. Conforme afirma Nascimento (2001), não há no Brasil uma definição legal sobre migração trabalhista, de modo que a movimentação de pessoas para trabalhar no País é regulada por meio de normas aplicáveis ao estrangeiro em geral, cujas origens são antigas. Com isso, “pode-se apontar a existência de uma verdadeira incompatibilidade de valores” (NICOLI, 2011, p. 90). É o que será demonstrado a seguir.

#### **4.2 A CLT e a “Nacionalização do Trabalho”**

A Consolidação das Leis do Trabalho – CLT foi criada em 1943 (Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943), por meio da compilação das várias normas esparsas que regulamentavam o exercício das atividades trabalhistas até então. Assim, surge um diploma legal único e de caráter geral, aplicável a todos os empregados (FREITAS, 2006).

Conforme já relatado no item 2.3.2 deste estudo, à época em que foi elaborada a CLT, o governo tentava reprimir as manifestações dos trabalhadores operários que, inspirados pelos ideais anarquistas e socialistas trazidos pelos imigrantes europeus, pleiteavam melhores condições de trabalho.

Por conseguinte, houve o recrudescimento da política migratória no século XX, bem como do princípio da nacionalização do trabalho, que restou expressamente estabelecido no Capítulo 2, do Título III da CLT (“normas especiais de tutela do trabalho”).

Os artigos do referido título trazem regras para a proteção do trabalhador nacional perante a mão de obra estrangeira, as quais são baseadas em três principais aspectos: a fixação de uma proporcionalidade mínima de empregados brasileiros em cada estabelecimento comercial; a garantia de igualdade salarial; e a precedência de dispensa. Assim,

A proporcionalidade mínima é tratada nos artigos 352 a 357 da CLT, que instituem a seguinte regra: as empresas, individuais ou coletivas, que explorem serviços públicos dados em concessão, ou que exerçam atividades industriais ou comerciais, são obrigadas a manter, no quadro do seu pessoal, quando composto de três ou mais empregados, uma determinada proporção de brasileiros. A proporcionalidade será, em regra, de dois terços de empregados brasileiros. Somente em atenção às circunstâncias especiais de cada atividade (insuficiência do número de brasileiros na atividade específica) poderá ser fixada proporcionalidade inferior, mediante ato do Poder Executivo. A proporcionalidade é obrigatória não só em relação à totalidade do quadro de empregados como em relação à correspondente folha de salário, e também em relação a cada estabelecimento (LOPES, 2009, p. 591).

Importante salientar que a CLT é bastante expansiva quanto aos tipos de estabelecimentos submetidos a tal proporcionalidade, pois:

No art. 352, § 1º, indica uma lista que, apesar de taxativa, pode ser ainda aumentada mediante portarias de iniciativa exclusiva do Ministério do Trabalho. Tal lista é ampla, aparentando ter a intenção de fazer com que a proporcionalidade seja aplicável a quase toda sorte de estabelecimentos comerciais imagináveis. Exceção é expressamente feita no §2º, que determina não se sujeitar à proporcionalidade algumas indústrias rurais<sup>28</sup> (BOUCINHAS FILHO; BARBAS, 2013, p. 41).

A norma exclui da submissão à proporcionalidade mínima os seguintes casos:

a) estrangeiros que residam no país há mais de dez anos, desde que tenham cônjuge ou filho brasileiro (art. 353 da CLT); b) portugueses (art. 353 da CLT) e c) empregados que exerçam funções técnicas especializadas, desde que, a juízo do Ministério do Trabalho, haja falta de trabalhadores nacionais (art. 357 da CLT) (NICOLI, 2011, p. 101).

Quanto à igualdade salarial, veda o art. 358 da CLT, “exceto em situações bastante específicas, que qualquer empresa, sujeita ou não à proporcionalidade, pague a estrangeiro salário superior ao que paga a brasileiro que desempenhe função análoga ou idêntica” (BOUCINHAS FILHO; BARBAS, 2013, p. 42).

A preferência pela dispensa do estrangeiro, por seu turno, está prevista no parágrafo único do referido art. 358, que dispõe: “nos casos de falta ou cessação de serviço, a dispensa do empregado estrangeiro deve preceder à de brasileiro que exerça função análoga” (BRASIL, 1943).

---

<sup>28</sup> A respeito de tal exceção, aponta Lopes (2009) a sua incoerência, tendo em vista que nos dias atuais não se pode mais presumir pela carência de mão de obra nacional para o trabalho no extrativismo, beneficiamento ou transformação de produtos rurais.

Há, inclusive, sanção penal para quem descumprir, por meio de fraude ou violência, as obrigações referentes às normas de nacionalização do trabalho, conforme conduta tipificada no art. 204 do Código Penal<sup>29</sup>.

Embora anterior à atual Constituição Federal, a CLT ainda vige no ordenamento jurídico brasileiro, sendo a principal fonte infraconstitucional do Direito Trabalhista. No tocante à nacionalização do trabalho:

A disciplina, tal qual estipulada pela redação original da Consolidação, atravessou as décadas sem maiores questionamentos, vez que também se mantiveram consentâneas à política migratória adotada nos governos subsequentes, nomeadamente durante a ditadura militar (NICOLI, 2011, p. 102).

Contudo, diante da superveniência da primazia constitucional pela dignidade humana, pela igualdade entre todos na qual se inclui a isonomia salarial e não discriminação, “firmou-se a dúvida acerca da compatibilidade da disposição celetista que prevê medida expressa de proteção do trabalhador brasileiro, por meio de clara diferenciação do estrangeiro, com a normativa constitucional” (NICOLI, 2011, p. 102).

Assim, a doutrina ainda diverge acerca da constitucionalidade de tais preceitos da CLT. De um lado, Sérgio Pinto Martins (2003, p. 606), por exemplo, entende que os artigos 352 a 371 da Consolidação não foram recepcionados pela atual Constituição Federal, explanando que:

Na Constituição de 1967 (art. 150, § 1º) e na Emenda Constitucional n. 1, de 1969 (art. 153, § 1º), falava-se apenas que não haveria distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. O caput do artigo 5º da Constituição de 1988 não repete aquelas disposições, fazendo ressalva expressa de que todos são iguais perante a lei, ‘sem distinção de qualquer natureza’. O inciso XIII do art. 5º da Lei Maior de 1988 dispõe ainda que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Assim, não poderia haver distinção quanto aos estrangeiros, estando revogados por incompatibilidade com a Lei Fundamental os artigos 352 a 362 da CLT. A Constituição de 1946 determinava a necessidade de lei para a ‘fixação das percentagens de empregados brasileiros nos serviços públicos dados em concessão e nos estabelecimentos de determinados ramos do comércio e da indústria’ (art. 157, XI). O inciso XII do artigo 158 da Constituição de 1967 e o inciso XII do artigo 165 da Emenda Constitucional n.º 1/69 repetiram aproximadamente a mesma redação da Constituição de 1946. A Constituição de 1988 não repetiu aquelas disposições. Sendo assim, não foram recepcionados os artigos 352 a 371 da CLT, que estavam de acordo com a Emenda Constitucional n. 1, de 1969, mas não estão conformes à Constituição de 1988, que não fez aquela ressalva.

Outro argumento utilizado pelos defensores da incompatibilidade dos dispositivos de nacionalização do trabalho com o ordenamento jurídico do País, é a ratificação pelo Brasil da já abordada Convenção nº 97 da OIT, que prima pelo tratamento não menos favorável ao

---

<sup>29</sup> Prevê o art. 204 do Código Penal: “Frustrar, mediante fraude ou violência, obrigação legal relativa à nacionalização do trabalho: Pena – detenção, de um mês a um ano, e multa, além da pena correspondente à violência” (BRASIL, 1940).

estrangeiro, bem como da Convenção nº 111 da mesma Organização, que versa sobre a não discriminação em matéria de emprego e profissão, vedando, em seu art. 1º, a distinção por “ascendência nacional”.

Isso porque, “depois de ratificada, a norma internacional passa a surtir efeitos no ordenamento nacional com força de lei federal. E, sendo posterior à CLT, revoga seus termos naquilo que incompatíveis com a nova disciplina” (FREITAS, 2006, p. 43).

Utilizando-se do argumento de “trato não menos favorável” instituído no Brasil com a ratificação da Convenção nº 97, Cristiane Maria Sbalqueiro Lopes (2009) defende a derrogação do art. 358 da CLT, inclusive de seu parágrafo único, em função do art. 461 do mesmo conjunto normativo, que proíbe a diferenciação salarial com base em nacionalidade<sup>30</sup>.

No entanto, apesar de reconhecer que o trabalhador estrangeiro já inserido no mercado de trabalho nacional tem direito ao sistema de proteção legal trabalhista do País, Lopes (2009) integra a parte da doutrina que defende a constitucionalidade da regra de proporcionalidade mínima. Para a autora, a aludida regra constitui uma forma de proteção do mercado nacional ao controlar o primeiro acesso dos estrangeiros ao trabalho em território brasileiro e evitar que a precarização da mão de obra nacional por meio da sua substituição pela estrangeira, sobretudo pela atuação de grandes corporações internacionais instaladas no País.

Russomano (1997) também se posiciona pela compatibilidade das normas de nacionalização do trabalho com a atual Constituição, defendendo o estreitamento das fronteiras à vinda de trabalhadores de fora, tendo em vista a necessidade de se proteger o mercado de trabalho nacional e combater o desemprego de brasileiros.

Em meio a tais discussões doutrinárias, parece mais coerente até mesmo em função do contexto histórico em que foram estabelecidos que se preze pela interpretação dos artigos 352 e seguintes da CLT por meio dos preceitos constitucionais e das normas internacionais ratificadas de igualdade e não discriminação. Desse modo, entende-se pela incompatibilidade de tais dispositivos com o ordenamento jurídico brasileiro atual.

Assim, passa-se a apreciação dos aspectos que se relacionam ao trabalho imigrante contidos na mais importante norma referente ao tratamento dos estrangeiros no Brasil: o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815 de 1980).

---

<sup>30</sup> Dispõe o art. 461 da CLT: “Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, na mesma localidade, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, nacionalidade ou idade” (Redação dada pela Lei nº 1.723, de 8.11.1952) (BRASIL, 1952).

### 4.3 O Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815 de 1980) e Normas Correlatas

Como já referido no primeiro capítulo deste estudo, o Brasil foi, por muitos anos, um país de imigração subsidiada, porém os movimentos operários impulsionados pelos ideais dos imigrantes provocaram o surgimento de restrições à entrada de estrangeiros nas políticas migratórias nacionais. Com isso,

No final da década de 70 e início dos anos 80 o Brasil já não era mais o destino de grandes contingentes de migrantes europeus, como fora no início e meados do século XX. É dizer, não havia nenhum programa ostensivo de atração de migrantes para o país. Ao mesmo tempo a imigração clandestina começou a se revelar como um problema, por conta do contexto das instabilidades sul americanas [...] (NICOLI, 2011, p. 91).

Além disso, nos anos de 1970 iniciou-se nos países em desenvolvimento uma tendência de proteção e incentivo ao crescimento da indústria e dos meios de produção internos, a fim de reduzir a dependência com relação às tecnologias internacionais, que gerava uma grande evasão de divisas (BOUCINHAS FILHO; BARRAS, 2013). Assim, em meio a uma ditadura militar autoritária, nacionalista e desenvolvimentista,

O Estado brasileiro, nessa época, passa a exercer papel ativo como criador e condutor de políticas industriais visando garantir que os atos de transferência de tecnologia só poderão ocorrer quando propícios à proteção e ao desenvolvimento da indústria nacional. [...]. Por estar na linha dessas políticas governamentais de proteção da indústria nacional é que a imigração passa a ser pautada por objetivos de transferência e assimilação de tecnologia (BOUCINHAS FILHO; BARRAS, 2013, p. 33).

É neste contexto que se elaborou a Lei nº 6.815 de 1980 ou Estatuto do Estrangeiro, norma que transformou drasticamente a tutela jurídica dada pelo Estado brasileiro à questão da imigração:

De um país que permitia a entrada de qualquer imigrante, oferecendo até estímulos à vinda mediante programas de imigração dirigida, a sistemática da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, fechou, quase que por completo, as portas do mercado de trabalho do Brasil para os estrangeiros (BOUCINHAS FILHO; BARBAS, 2013, p. 34).

Nota-se, já em seus artigos iniciais, o caráter restritivo da lei, visto que a entrada e permanência no País (art. 1º), bem como a concessão, prorrogação ou transformação do visto (art. 3º) dependem dos interesses nacionais. Ainda, o art. 2º traz como prioridade na aplicação da lei a realização da segurança nacional, da organização institucional e de interesses políticos, socioeconômicos e culturais do Brasil, assim como da defesa do trabalhador nacional. Com isso, vê-se a noção do estrangeiro como ameaça à segurança, às instituições e aos interesses do país, como também um reforço às polêmicas disposições de nacionalização do trabalho da CLT.



O novo objetivo da imigração, agora não mais voltado ao povoamento do território ou ao branqueamento da população e, sim, à assimilação de novas tecnologias e de mão de obra qualificada, foi expresso no parágrafo único do artigo 16 da mesma lei, nos seguintes termos:

Parágrafo único. A imigração objetivará, primordialmente, propiciar mão de obra especializada aos vários setores da economia nacional, visando à Política Nacional de Desenvolvimento em todos os aspectos e, em especial, ao aumento da produtividade, à assimilação de tecnologia e à captação de recursos para setores específicos (Redação dada pela Lei nº 6.964, de 09/12/81) (BRASIL, 1981).

Com isso, a lei não demonstra qualquer preocupação com os direitos humanos dos imigrantes, tendo em vista apenas objetivos econômicos, de modo que:

[...] passa a só poder ingressar no Brasil, na condição de imigrante (entendido como aquele que deseja a entrada para que possa trabalhar no País), aquele que puder oferecer à economia nacional um serviço especializado, não desempenhável por qualquer trabalhador nacional, ou de oferta escassa no mercado interno. E o objetivo da entrada desse estrangeiro especializado é primordialmente a assimilação de tecnologia pela indústria nacional, caracterizada pela transmissão de conhecimento especializado, partida do estrangeiro, aos trabalhadores nacionais. Assim, só estrangeiros que sejam capazes de cumprir esses requisitos impostos pela lei poderão ingressar no território brasileiro e nele se fixar (BOUCINHAS FILHO; BARBAS, 2013, p. 35).

Tais requisitos de admissão são estipulados pelo Conselho Nacional de Imigração CNIg, órgão colegiado vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, instituído pela Lei nº 6.815/1980 com a finalidade de formular a política de imigração. Dentre suas atribuições está a criação de normas para a seleção de imigrantes, conforme dispõe o art. 17 do Estatuto. Logo,

O CNIg é o órgão deliberativo responsável pela definição dos critérios para expedição de vistos (e precipuamente vistos de trabalho, que são os que efetivamente interessam em matéria de proteção ao trabalhador nacional, ou atração de mão de obra qualificada), cumprindo nesse particular o mister de definir a política migratória brasileira (LOPES, 2009, p. 598).

O visto, por sua vez, consiste no “ato administrativo que franqueia ao estrangeiro a entrada em território nacional, o qual deve ser consignado em seu passaporte ou documento equivalente” (FREITAS, 2006, p. 3). Assim, a admissão em território brasileiro depende da concessão de um visto, cujo tipo varia conforme o propósito da vinda ao País. Os possíveis casos de admissão de estrangeiros com a finalidade laboral no Brasil são explanados a seguir.

#### 4.3.1 A Admissão de Trabalhadores Estrangeiros no Brasil: os Vistos e as Autorizações de Trabalho

O Estatuto do Estrangeiro prevê, em seu art. 4º, sete diferentes modalidades de visto: de trânsito, de turista, temporário, permanente, de cortesia, oficial e diplomático. Todavia, para os

casos de migração laboral, interessa detalhar somente os aspectos dos vistos de tipo temporário (art. 4º, III) e permanente (art. 4º, IV).

Antes, no entanto, faz-se necessário esclarecer brevemente a burocrática estrutura de funcionamento do processo de admissão de estrangeiros no País:

Atualmente, a gestão da entrada de estrangeiros no Brasil é de responsabilidade de três pastas governamentais: o **Ministério das Relações Exteriores** (MRE) responsável pela emissão dos diversos vistos, temporários ou permanentes, em caso de viagem, na condição de artista, desportista ou estudante, entre outros. Além disso, é o órgão responsável pela emissão de vistos, nas Unidades Consulares no exterior, para aqueles que pretendem se estabelecer no Brasil. O **Ministério da Justiça** (MJ), por sua vez, é responsável pelos procedimentos de documentação e regularização da situação migratória dos estrangeiros no Brasil (por exemplo: pedidos de refúgio, união estável, entre outros). E, ao **Ministério do Trabalho e Emprego** (MTE), cabe à emissão das autorizações de trabalho para estrangeiros, que desejam exercer alguma atividade laboral no Brasil (CAVALCANTI; TONHATI; OLIVEIRA, 2015, p. 4) [grifo dos autores].

Além disso, esse processo também envolve a participação da Polícia Federal, que recebe funções delegadas do Ministério da Justiça e realiza, por exemplo: o recebimento e encaminhamento de documentação; verificações das declarações dos imigrantes e relatórios sobre tais declarações; e, em alguns casos, recebe poderes para julgamento de pedidos (BARALDI et al, 2011).

A obtenção de vistos temporários e ou permanentes para fins específicos de labor no Brasil, portanto, depende das autorizações de trabalho do MTE, que consistem em:

Atos administrativos, de competência do Ministério do Trabalho e Emprego, exigidos pelas autoridades consulares brasileiras, para efeito de concessão de vistos permanentes e/ou temporário a estrangeiros que desejam permanecer no Brasil por motivos de trabalho (CAVALCANTI; TONHATI; OLIVEIRA, 2015, p. 5).

Tais autorizações são concedidas conforme o atendimento aos requisitos previstos nas resoluções normativas do CNIg, dentre as quais se destacam a Resolução nº 104, de 16 de maio de 2013, e a de nº 99, de 12 de dezembro de 2012. Ambas tratam da vinda de trabalhadores que já possuam prévia contratação no Brasil, de maneira que, regra geral, inexistente a possibilidade de entrada de um estrangeiro para aqui procurar trabalho. Ainda, as exigências trazidas pelas referidas resoluções são bastante elevadas, de modo que para o estrangeiro que aqui venha por conta própria não exista oportunidade de entrada regular, e somente trabalhadores altamente qualificados consigam obter as autorizações de trabalho e, por conseguinte, os vistos necessários.

Para fins de ilustração tem-se os requisitos do art. 2º da Resolução Normativa nº 99. Primeiramente, esclarece-se que tal resolução versa sobre a hipótese do inciso V do art. 13 do Estatuto, isto é, a concessão de visto temporário para estrangeiro “na condição de cientista, professor, técnico ou profissional de outra categoria, sob regime de contrato ou a serviço do

Governo brasileiro” (BRASIL, 1980). Este é comumente denominado como “visto temporário de trabalho”, pois é a modalidade pela qual o trabalho, de forma genérica, constitui a finalidade da vinda do estrangeiro ao Brasil (NICOLI, 2011).

Assim, o art. 2º da Resolução nº 99 determina ser necessária a compatibilidade entre a qualificação e a experiência profissional do estrangeiro e a atividade que virá exercer no País. E, em seu parágrafo único, o mesmo artigo traz elevados requisitos para a comprovação de tal compatibilidade, que cumulam nível de escolaridade com experiência profissional:

Parágrafo único. A comprovação da qualificação e experiência profissional deverá ser feita pela entidade requerente por meio de diplomas, certificados ou declarações das entidades nas quais o estrangeiro tenha desempenhado atividades, demonstrando o atendimento de um dos seguintes requisitos:

- I escolaridade mínima de nove anos e experiência de dois anos em ocupação que não exija nível superior; ou
- II experiência de um ano no exercício de profissão de nível superior, contando esse prazo da conclusão do curso de graduação que o habilitou a esse exercício; ou
- III conclusão de curso de pós graduação, com no mínimo 360 horas, ou de mestrado ou grau superior compatível com a atividade que irá desempenhar; ou
- IV experiência de três anos no exercício de profissão, cuja atividade artística ou cultural independa de formação escolar (BRASIL, Conselho Nacional de Imigração, 2012).

Há a relativização de tais requisitos apenas no caso de pedido realizado por nacional de país sul-americano “ou ainda, excepcionalmente, quando a compatibilidade do perfil profissional do estrangeiro com a função a ser desempenhada no Brasil possa ser demonstrada por outros meios”, conforme estabelece o art. 3º da mesma resolução (BRASIL, Conselho Nacional de Imigração, 2012).

A exceção aos sul-americanos representa um avanço, pois parece demonstrar uma preocupação em adequar a política migratória nacional às tentativas de integração no âmbito do MERCOSUL, como os ajustes bilaterais e o já referido Acordo de Residência.

Com relação à obtenção de visto permanente, definido pelo art. 16 da Lei 6.815/1980 como aquele necessário ao estrangeiro que pretenda se fixar definitivamente no Brasil, os critérios são ainda mais específicos. Conforme dispõe o art. 17, devem ser observadas as “exigências de caráter especial previstas nas normas de seleção de imigrantes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Imigração” (BRASIL, 1980).

Assim, diversas são as resoluções do CNIg que regulam a concessão do visto permanente, as quais variam de acordo com a função a ser exercida pelo estrangeiro no Brasil, por exemplo: executivos (Resoluções 62/2004 e 104/2013); investidores (Resoluções 18/1998, 62/2004 e 84/2009); e professores ou pesquisadores de alto nível (Resolução 01/1997).

Constata-se que as hipóteses de concessão de visto permanente atualmente previstas estão mais relacionadas com a vinda de profissionais como investidores e altos executivos do que com a imigração estritamente laboral (LOPES, 2009). Verifica-se, portanto, que:

Os anseios da Lei são completamente distintos dos anseios dos trabalhadores que buscam nossas fronteiras, geralmente com pouca qualificação. Se não possuem qualquer qualificação profissional e contrato de trabalho previamente celebrado, não terão a menor chance de obter uma aprovação do Ministério do Trabalho para uma qualificação não encontrada no mercado nacional (LIMA, 2011, p. 295).

Dados do relatório do MTE sobre autorizações concedidas a estrangeiros comprovam tais afirmações. As autorizações permanentes com base na Resolução 62/2004 foram as mais frequentes no período de 2011 a 2014, perfazendo neste último um total de 1.728. Em segundo lugar estão as autorizações permanentes para o investidor pessoa física (Resolução 84/2009), com um total de 1.016 concessões no mesmo ano. Já as autorizações de permanência por outros motivos não especificados, somaram apenas 95 casos em 2014 (CAVALCANTI; TONHATI; OLIVEIRA, 2015).

O relatório informa, ainda, que:

A Itália lidera o número de autorizações de trabalho permanente (444, em 2013 e 456, em 2014) seguida por Portugal (458, em 2013 e 319, em 2014) e Japão (372, em 2013 e 404, em 2014). [...] A Itália destaca-se na RN 84 estrangeiro investidor pessoa física em atividade produtiva no Brasil, enquanto o Japão na RN 62 executivos integrantes de direção de empresas no Brasil, exceto concomitâncias. São Paulo é o principal destino dessas autorizações 2014 (CAVALCANTI; TONHATI; OLIVEIRA, 2015, p. 12).

O número de autorizações de trabalho por nível de escolaridade também é apresentado no relatório. Em primeiro lugar estão os profissionais com nível superior completo ou habilitação legal equivalente (26.071 em 2014). Em seguida, o pessoal com ensino médio completo ou técnico profissional (18.066 em 2014), seguidos por mestrado (1.589 em 2014). Em contrapartida, o número de autorizações para pessoas com ensino médio incompleto foi de apenas 94 no ano em questão e ainda menor para ensino fundamental incompleto, somente 24 autorizações (CAVALCANTI; TONHATI; OLIVEIRA, 2015).

Todos esses dados demonstram que a concessão da autorização de trabalho no país predomina radicalmente para trabalhadores de perfil investidor ou executivo com alta qualificação e, na sua maioria, provenientes de países desenvolvidos como Itália, Portugal e Japão. Entretanto, “não obstante o objetivo de entrada de trabalhadores qualificados esteja sendo atingido, não há nada que demonstre de forma efetiva que venha sendo cumprida a ideia do legislador de transferência de tecnologia” (SALADINI, 2012, p. 202).

Por outro lado, não se pode negar que há duas situações que se diferenciam: as autorizações para concessão de visto ou residência permanente de caráter humanitário, e as

autorizações para os nacionais do MERCOSUL, conforme os dados do CNIg apresentados no relatório.

No primeiro caso, destaca-se a população haitiana que em 2012 chegou a receber 4.682 autorizações e mantém um alto número em 2014, com 1.891 pedidos concedidos. Em seguida estão os bengalis, que tiveram um crescimento exponencial, passando de 35 pedidos em 2013 para 1.195 em 2014. Também se destacam os ganeses, que de somente 6 autorizações de permanência em 2013, foram para 320 em 2014 (CAVALCANTI; TONHATI; OLIVEIRA, 2015).

Quanto aos nacionais do MERCOSUL, chama atenção a redução do número de pedidos, fato que, segundo o relatório, ocorre em função do Acordo de Residência celebrado pelos membros do bloco. Assim,

Na região sul americana, a Venezuela foi o país que mais solicitou autorizações na série histórica de 2011 a 2014, sendo 624 em 2013 e 449 em 2014. Seguindo pela Argentina que teve 468 solicitações em 2013 e 316 em 2014. Já entre os países associados do MERCOSUL o Peru (433 solicitações) aparece como o primeiro na solicitação de autorizações de trabalho seguido pela Colômbia (359 em 2014) (CAVALCANTI; TONHATI; OLIVEIRA, 2015, p. 14).

Isso pode indicar um início de mudança no quadro das concessões de autorizações de trabalho, que passam a admitir outros perfis de trabalhadores além dos grandes executivos de alta qualificação. No entanto, conforme já relatado no primeiro capítulo deste trabalho, esses novos perfis ainda sofrem muitas dificuldades de inserção no mercado de trabalho, como a desvalorização de sua mão de obra e casos de disparidade entre formação, atuação profissional e renda. Ao mesmo tempo, frisa-se que o Brasil ainda está longe de eliminar a imigração irregular e o trabalho informal.

Outro tipo de visto que tangencia a questão da imigração por trabalho é o temporário ou permanente a título de reunião familiar. O Estatuto do Estrangeiro é omissivo quanto a isso, havendo apenas uma Resolução Normativa do CNIg a tratar da questão: a Resolução nº 108/2014, que revogou a de nº 36/1999. O critério da dependência econômica, no entanto, foi mantido pela resolução atual. Assim, só parentes que comprovadamente dependam do sustento provido pelo “chamante” poderão se reunir a ele.

Por outro lado, a nova resolução trouxe alguns avanços, que consistem numa maior abrangência nos possíveis dependentes (art. 2º) e na eliminação da vedação do exercício de qualquer atividade remunerada pelo dependente, prevista anteriormente no art. 3º da Resolução 36/1999. Mesmo assim,

A conformação jurídica do direito da reunião familiar brasileiro deve ser modificada, porque não é compatível com o atual estágio de desenvolvimento dos direitos

humanos, principalmente no que diz com o direito humano ao trabalho (para começar, abandonando o termo reunião em favor de reunificação<sup>31</sup>) (LOPES, 2009, p. 613).

Ainda sobre a admissão de estrangeiros no Brasil, é importante ressaltar que “a concessão do visto não é ato vinculado, ou seja, não basta que o pedido perfaça os requisitos legalmente previstos para que a permissão de trabalho seja obtida” (BOUCINHAS FILHO; BARBAS, 2013, p. 38). Isso porque estabelece o *caput* do art. 26 do Estatuto do Estrangeiro que:

Art. 26. O visto concedido pela autoridade consular configura **mera expectativa de direito**, podendo a entrada, a estada ou o registro do estrangeiro ser obstado ocorrendo qualquer dos casos do artigo 7º, ou a inconveniência de sua presença no território nacional, a critério do Ministério da Justiça (BRASIL, 1980) [grifei].

Dentre as hipóteses de não concessão do visto previstas no art. 7º, chama a atenção a do inciso II, que, ao tratar do indivíduo considerado nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais, exalta, mais uma vez, a preocupação com a segurança nacional. O enquadramento do estrangeiro que aqui pretende adentrar ao caso do referido inciso envolve uma avaliação de extrema subjetividade por parte das autoridades de imigração. Assim,

Na medida em que a obtenção do visto se apresenta como mera expectativa de direito, o estrangeiro interessado em sua concessão pode ver seu pedido ser indeferido, ainda que compareça ao consulado munido de todos os documentos exigidos (FREITAS, 2006, p. 9).

Além disso, outra dificuldade é a ausência de previsão de concessão de visto para um período destinado à busca de outro emprego. Com isso, tendo em conta que nos casos de vistos temporários de trabalho, estes são concedidos para um emprego específico e por prazo determinado, “caso perca o seu emprego, o trabalhador deve deixar o país, ou requerer nova autorização de trabalho para novo emprego. Durante o tempo em que estiver desempregado, estará em situação irregular” (BARALDI et al, 2011, p. 40).

As formas de se encontrar em situação de irregularidade (no sentido amplo do termo) estão dispostas no art. 125 do Estatuto. São elas:

Quanto à entrada, estará em condição de irregularidade migratória aquele estrangeiro que não portar o visto adequado ao adentrar o território nacional. A este primeiro grupo o Estatuto do Estrangeiro denomina imigrante “clandestino”<sup>32</sup> (cf. art. 125, I, do Estatuto). Em relação à permanência, a irregularidade se verificará quando o imigrante não portar visto algum ou, uma vez vencido o prazo de seu visto, permanecer no país. A estes a Lei denomina “irregulares” (art. 125, XII). Por fim, também se considera irregular aquele que exerce atividade incompatível com o tipo de autorização que lhe garante seu visto, como, por exemplo, o portador de visto de

<sup>31</sup> Há diferenciação entre os termos “reunião” e “reunificação” familiar: aquele possui um caráter mais precário, de extensão mais limitada, indicando meramente uma “visita prolongada” e, portanto, não ensejando os atributos inerentes à residência no país, sobretudo o direito ao trabalho e à integração social. Estes estão vinculados à definição de “reunificação” (LOPES, 2009).

<sup>32</sup> Já se falou da inadequação de tal expressão no item 2.2.1 do primeiro capítulo do presente trabalho.

turista que executa atividade remunerada. São os chamados “impedidos”, conforme texto da Lei nº 6.815/1980 (*vide*, por exemplo, art. 125, VII) (NICOLI, 2011, p. 122).

Logo, infelizmente, ao estrangeiro que já possui dificuldades para a obtenção de autorizações e vistos de trabalho, é comum adentrar na situação de irregularidade, seja pela entrada, permanência ou exercício de atividade incompatível. E, na maior parte dos casos, não há possibilidade de regularização posterior à entrada no Brasil, em razão do art. 38 do Estatuto, que dispõe: “Art. 38. É vedada a legalização da estada de clandestino e de irregular, e a transformação em permanente, dos vistos de trânsito, de turista, temporário (artigo 13, itens I a IV e VI) e de cortesia” (BRASIL, 1980). Isso significa que:

O imigrante deve estar em posse do visto temporário ou permanente **antes** de ingressar no território brasileiro. Somente para os nacionais do MERCOSUL e associados existe a possibilidade de regularização e obtenção de residência temporária de 2 anos a qualquer momento e independente da condição em que entrou no país. Além destes, os que possuem filhos ou cônjuge brasileiro podem fazer pedido de reunião familiar e obter residência permanente. Para os que não se enquadram em nenhum destes casos, a única possibilidade de regularização são as anistias ou a saída do país e obtenção de um visto após o cumprimento de todos os requisitos necessários (BARALDI et al, 2011, p. 43) [grifei].

Imperioso discorrer brevemente sobre as referidas anistias. Estas consistem em tentativas do governo brasileiro para amenizar o grave quadro de irregularidade de imigrantes no país, tendo em conta que o trabalho irregular e, conseqüentemente, informal, representa inconveniência econômica e injustiça social (LOPES, 2009). Desse modo,

Desde o início da década de 1980 foram quatro os programas de anistia, o último de 2009 (Lei nº 11.961/2009), que beneficiou mais de 40 mil estrangeiros em condição de irregularidade. O último programa de anistia previu cento e oitenta dias para o requerimento de residência provisória, pelo que suas disposições não admitem mais novas regularizações e, portanto, não são uma alternativa permanente ao art. 38 do Estatuto do Estrangeiro (NICOLI, 2011, p. 123).

Há, no entanto, uma nova proposta de anistia (Projeto de Lei 6300/2013), conduzida pelo deputado Junji Abe (PSD-SP), em análise na Câmara dos Deputados. O projeto autoriza o requerimento de registro provisório a estrangeiros em situação irregular que tenham entrado no País até o dia 30 de junho de 2013 (BRASIL, 2014).

Nada obstante os benefícios trazidos pelas anistias realizadas até então, como o combate ao tráfico de pessoas e a abusos contra a mão de obra imigrante, estas foram também bastante criticadas pelas dificuldades encontradas no processo de regularização, a exemplo da falta de estrutura e despreparo no atendimento da Polícia Federal, da morosidade no processamento dos pedidos e da demasiada burocracia (BARALDI et al, 2011).

A respeito da última anistia, realizada em 2009, critica Saladini (2012, p. 203):

[...] a própria lei de anistia coloca óbices de ordem econômica, impossibilitando que os mais necessitados consigam obter a permanência legal. Para autorização de residência permanente, é necessária a comprovação do exercício de profissão ou emprego lícito ou a propriedade de bens suficientes à manutenção própria e da família

(art. 7º, I). Existe aqui um paradoxo para o imigrante que não tem bens: se não tem permanência legal, não consegue exercer sua profissão ou conseguir emprego lícito (se lícito for considerado no âmbito de regular, porque sequer conseguirá obter CTPS, salvo se residente em zona de fronteira); se não exerce profissão e nem tem emprego regular, não consegue a anistia legal. A anistia, pois, é medida meramente paliativa e que não consegue atingir todos os imigrantes necessitados.

Sendo assim, infere-se que a admissão regular de estrangeiros no País é bastante complicada, tanto pela sistemática da organização das instituições responsáveis pelo trâmite dos processos de admissão, como pela legislação restritiva do Estatuto e esparsa das resoluções do CNIg. Com isso, fomenta-se a situação de irregularidade do trabalhador imigrante, que, por tal motivo, fica, ainda, sujeito à deportação, uma das sanções previstas na Lei 6.815/1980.

#### 4.3.2 Sanções Previstas no Estatuto do Estrangeiro

O Estatuto prevê quatro espécies de sanções: multas (art. 125); extradição (art. 76 e seguintes); expulsão (art. 65); e deportação (vários artigos).

Dentre tais, interessa de maneira especial ao objeto do presente estudo a deportação, haja vista que “tanto a extradição como a expulsão pressupõem a prática de delito criminal. Para que se verifique a primeira, o delito deve ocorrer em território estrangeiro e, para a segunda, a prática do crime tem de ter ocorrido em solo nacional” (FREITAS, 2006, p. 140).

Conceitua o art. 58 do Estatuto que “a deportação consistirá na saída compulsória do estrangeiro” (BRASIL, 1980). Tal sanção será aplicada:

[...] nos casos de entrada ou de estada irregular, sem retirada voluntária (art. 57). Deporta-se, também, o trabalhador fronteiriço que passe a residir irregularmente no país (art. 21, § 2º), o estrangeiro que tente burlar a inspeção de entrada (art. 24) ou que desempenhe atividade vedada para o tipo de visto que porta (art. 98 e seguintes) (NICOLI, 2011, p. 123).

Além disso, há a possibilidade de prisão por 60 dias do estrangeiro enquanto não se efetivar a deportação, de acordo com o art. 61 da mesma lei.

Conforme já dito, é cediço que o trabalho irregular está intimamente relacionado com abusos de toda sorte, a exemplo da baixíssima remuneração, da falta de condições básicas de higiene e segurança, das jornadas extenuantes, bem como do trabalho análogo ao escravo. Diante dessa realidade, a previsão da pena de deportação em função do *status* de irregularidade torna-se mais severa do que parece, pois:

O imigrante ilegal encontra-se entre dois problemas igualmente graves: caso denuncie as condições de trabalho irregulares, sofre o risco, quase certo, de deportação ou outra forma de expulsão; se não faz a denúncia, continua a trabalhar em condições



degradantes. Ainda que se lhe reconheça o direito a propor ação trabalhista, no Brasil, para buscar receber os valores que lhe foram sonegados, teria que comparecer pessoalmente às audiências agendadas, e sua carência econômica, somada à distância, acabam por impedir o acesso à justiça (SALADINI, 2011, p. 16).

O empregador dessa mão de obra irregular, além de já se beneficiar do temor do trabalhador explorado em sofrer deportação ao tentar denunciá-lo, também é favorecido pela branda sanção que o Estatuto prevê:

Ao empregador que admitir trabalho em condição irregular somente é aplicável uma multa de 30 vezes o maior valor de referência por trabalhador (art. 125, IV), ou seja, uma penalidade completamente desproporcional em função da gravidade da pena de deportação aplicada ao estrangeiro, praticamente sem qualquer efeito repressor diante do baixo valor da multa. O trabalho prestado sem registro em carteira profissional importa em penalidade criminal prevista no art. 337 A do Código Penal, no entanto, como é de amplo conhecimento, são muito raras tais punições (LIMA, 2011, p. 295-296).

Importante esclarecer que se reconhece a necessidade do controle migratório e das penalidades referentes ao descumprimento das exigências de tal controle, de modo que:

Não se pretende, por óbvio, que não existam sanções migratórias. A crítica que se faz, todavia, é ao tratamento exclusivamente repressor, aliado aos já analisados requisitos para a obtenção de vistos. Não há dúvida que o ato de desobedecer a ordem jurídica e adentrar um país sem a devida autorização é grave. É violada a soberania nacional, em conduta atentatória à própria autonomia do Estado em estabelecer normas de controle migratório. A sanção, desta maneira, existe como resposta à violação e em favor da tentativa de recomposição da ordem estabelecida (NICOLI, 2011, p. 124).

No que tange às sanções concernentes aos direitos trabalhistas em razão da irregularidade o Estatuto do Estrangeiro é omissivo. Por esse motivo, assevera Nicoli (2011, p. 125) que “as sanções que a legislação migratória prevê são adstritas à questão da condição da própria imigração, não se impondo a privação de direitos trabalhistas como forma de punição à irregularidade migratória, ou mesmo política de inibição”.

Todavia, tal entendimento não é unânime. Há muita discussão doutrinária e jurisprudencial acerca da validade dos contratos de emprego celebrados por imigrantes indocumentados, justamente em função da ausência de normatização desse aspecto pelo Estatuto e, também, em razão da primazia do princípio da igualdade e salvaguarda dos direitos trabalhistas pela atual Constituição Federal.

Assim, alguns defendem que tais contratos possuem de vício de validade, sendo, portanto, absolutamente nulos. Decisões de tribunais do trabalho nesse sentido não reconhecem o direito ao recebimento de nenhuma verba pelo labor no período. Em outros casos, há o reconhecimento restrito às verbas, porém com exclusão de direitos como o seguro desemprego por se tratar de estrangeiro. Ainda, há aqueles que advogam o pagamento de todos os direitos referentes a todo o período trabalhado, permitindo, inclusive, a continuidade do vínculo, com

reconhecimento de relação empregatícia e todas as verbas decorrentes (SALIBA; RIBEIRO, 2012).

Em meio a tais controvérsias permanece prejudicada a proteção trabalhista dos imigrantes em situação de irregularidade e resta demonstrado o descompasso da legislação brasileira atual com relação às tendências protetivas da normatização internacional, bem como sua insuficiência para efetivar o Direito do Trabalho e, por conseguinte, promover a dignidade humana de todo e qualquer indivíduo, independente de nacionalidade e da situação jurídica na qual se encontre.

#### 4.3.3 Os Trabalhadores Fronteiriços

Os trabalhador fronteiriço “é aquele natural de país limítrofe, que tem domicílio no estrangeiro onde, pela condição geográfica da região, apenas um limite político distingue um país do outro” (MORENO; AFONSO, 2007, p. 59). Estes caracterizam situação particular disposta na Lei 6.815 de 1980. Explica Lopes (2009, p. 350) que “aos fronteiriços é atribuído um regime especial porque vivem em uma região de jurisdições divididas ou sobrepostas: uma zona de transição entre duas realidades nacionais”.

Tal regime está expresso no art. 21 do Estatuto:

Art. 21. Ao natural de país limítrofe, domiciliado em cidade contígua ao território nacional, respeitados os interesses da segurança nacional, poder se á permitir a entrada nos municípios fronteiriços a seu respectivo país, desde que apresente prova de identidade.

§ 1º Ao estrangeiro, referido neste artigo, que pretenda exercer atividade remunerada ou frequentar estabelecimento de ensino naqueles municípios, será fornecido documento especial que o identifique e caracterize a sua condição, e, ainda, Carteira de Trabalho e Previdência Social, quando for o caso.

§ 2º Os documentos referidos no parágrafo anterior não conferem o direito de residência no Brasil, nem autorizam o afastamento dos limites territoriais daqueles municípios (BRASIL, 1980).

Com isso, apesar de se ressaltar a segurança nacional ao invés da integração das fronteiras, para os fronteiriços o procedimento de entrada é facilitado, bastando a apresentação do documento de identidade para adentrar no Brasil. Há, inclusive, a possibilidade de expedição de Carteira de Trabalho. Assim sendo,

Neste aspecto a legislação brasileira caminha pareada com a normativa internacional, vez que estabelece procedimento simplificado e ampla garantia de direitos. A Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, da ONU (1990) define trabalhador fronteiriço como aquele “migrante que conserva a sua residência habitual num Estado

vizinho a que regressa, em princípio, todos os dias ou, pelo menos, uma vez por semana” (art. 2º, 2, *a*), estendendo a eles proteção jurídica plena. O mesmo consta da Declaração Sociolaboral do MERCOSUL, de 1998, que reafirma o compromisso de garantir aos migrantes fronteiriços ampla salvaguarda de direitos (NICOLI, 2011, p. 97).

Destarte, a regulação interna quanto ao trabalhador fronteiriço constitui exceção ao restante, visto que não o condiciona à irregularidade migratória e lhe assegura os direitos trabalhistas, inclusive de acordo com as disposições internacionais e regionais acerca do tema.

Entretanto, é possível concluir que, em geral, a legislação brasileira infraconstitucional, no que diz respeito aos direitos do imigrante e sua tutela trabalhista é, ainda, muito restritiva, em função de conceitos defasados como a segurança nacional e a defesa do trabalhador nacional. Assim, ocorre a priorização de questões econômicas em detrimento dos direitos do trabalhador. Por conseguinte,

Não se verifica na atual legislação qualquer intenção mais destacada de proteção da pessoa humana do estrangeiro no nosso país, muito menos do trabalhador irregular. Ao contrário, a intenção da norma é priorizar o trabalho do nacional sobre o trabalho estrangeiro, encaminhando o para uma situação de exclusão social, principalmente o irregular, gerando um cenário ideal para violação de direitos humanos de forma sistemática e impune (LIMA, 2011, p. 296).

Logo, “esse aparato legal-burocrático, sem razão alguma de persistir nos dias atuais, somente encaminha o trabalhador migrante para uma situação: o ingresso no país para trabalho em situação irregular” (LIMA, 2011, p. 295). Isto é, as normas de admissão e as elevadas exigências para a concessão de um visto temporário ou permanente para fins de trabalho praticamente condenam o imigrante à condição de irregularidade, pois este se vê obrigado a burlar as fronteiras políticas do País como única maneira de consolidar sua busca por melhores condições de trabalho e sobrevivência.

Paradoxalmente, a inserção do imigrante no mercado informal submete-o a condições laborais degradantes, de modo que mesmo que não haja, no Estatuto, sanções específicas de privação aos direitos trabalhistas, o receio da deportação somado à sua carência econômica impedem-no de gozar dos mesmos.

Assim, sintetiza Lima (2011, p. 296):

O sistema legal vigente de admissão do trabalho estrangeiro no Brasil não atende às necessidades de uma política mais humana de tratamento ao trabalhador migrante, com mais permissibilidade e com penalidades maiores e mais efetivas para a exploração do trabalho irregular. Nosso sistema de admissão de trabalho estrangeiro não está adequado a uma política internacional de proteção da pessoa humana do trabalhador migrante. O reiterado reconhecimento dos direitos dos trabalhadores migrantes em diversos documentos internacionais, de cunho geral ou específico, vem inserir a proteção humana do migrante no rol de direitos humanos que integram uma *consciência jurídica universal*. (LIMA, 2011, p. 296) [grifo do autor].

Logo, a legislação brasileira precisa ser adequada a fim de favorecer a imigração legal, pois esta é a melhor forma de assegurar os direitos humanos e trabalhistas dos imigrantes, bem

como sua integração social, contribuindo para aumentar o caráter globalmente positivo da migração. Afinal, a situação migratória irregular e a existência de mercados de trabalho informais apenas geram condições de tráfico e exploração dos imigrantes (LOPES, 2009).

Ademais, vale dizer que, conforme demonstram as experiências de outros países receptores de imigrantes, como Estados Unidos e nações europeias, a imposição de elevados requisitos de admissão não evita ou impede a vinda de novos imigrantes, apenas contribui para o agravamento do quadro das imigrações irregulares.

Por todas essas razões, movimentos em prol dos direitos humanos dos migrantes têm exigido das autoridades a elaboração de uma nova lei de migrações no Brasil. Assim, surgiram algumas propostas como o Projeto de Lei nº 5.655 de 2009, o Projeto de Lei do Senado nº 288/2013 e o Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil, de 2014.

#### **4.4 As Atuais Propostas de Legislação Migratória no Brasil**

Analisa-se aqui, de forma breve, as principais alterações sugeridas pelas atuais propostas de substituição do Estatuto do Estrangeiro no que diz com os aspectos do trabalho do imigrante, visto que “diante da evidente *centralidade do trabalho* em qualquer iniciativa de imigração, qualquer política migratória que não dê importância capital às questões laborais será vazia e ilegítima por erro (insanável) de concepção” (LOPES, 2009, p. 653) [grifo da autora].

##### **4.4.1 O Projeto de Lei nº 5.655 de 2009**

Em 2009, após consulta pública virtual realizada pelo Ministério da Justiça, foi encaminhado ao Congresso Nacional o Projeto de Lei (PL) 5.655/2009, que propõe um novo Estatuto do Estrangeiro.

Já em seu art. 2º o Projeto traz, ao positivar a preocupação com a garantia dos direitos humanos dos migrantes, um grande avanço quando comparado ao atual Estatuto. Contudo, ao mesmo tempo, permanece a prevalência dos interesses nacionais.

No art. 3º o projeto retoma a questão dos direitos humanos e, abarca, inclusive a necessidade de proteger contra práticas abusivas o estrangeiro em situação migratória irregular.

Contudo, no artigo seguinte, o PL estabelece como objetivo da política imigratória nacional:

A admissão de mão de obra especializada adequada aos vários setores da economia nacional, ao desenvolvimento econômico, social, cultural, científico e tecnológico do Brasil, à captação de recursos e geração de emprego e renda, observada a proteção ao trabalhador nacional (BRASIL, 2009).

Diante do objetivo de admissão de mão de obra especializada, torna-se válido o alerta de Lopes (2009, p. 652): “o perigo é que o projeto apenas inclua a expressão ‘direitos humanos’, e, em sua aplicação, mantenha o espírito da lei antiga”. Isso porque é provável que, sendo tal a finalidade da imigração, os rígidos critérios de seleção sejam mantidos e, conseqüentemente, a o migrante de baixa qualificação permaneça excluído e fadado à condição de irregularidade.

O art. 5º do PL, por sua vez, intenta adequar a lei migratória aos direitos e garantias concedidos pela atual Constituição Federal. Para isso, cria uma subdivisão da locução constitucional “estrangeiro residente”, de modo que:

O residente nos termos do Projeto está dividido em duas categorias: o temporário e o permanente, sendo que ambos possuem os direitos e garantias fundamentais. Assim, mesmo o turista seria considerado um estrangeiro residente, porém residente de forma temporária (AVELINE, 2012, p. 15).

Com isso, finda-se a discussão acerca da igualdade constitucional entre brasileiros e estrangeiros. Outro importantíssimo progresso do art. 5º do Projeto é a expressa inclusão, no rol previsto, dos “direitos trabalhistas e de sindicalização” (inciso VIII). Logo, a restrição às atividades sindicais por estrangeiros restaria formalmente eliminada do ordenamento jurídico.

Além disso, o parágrafo único do mesmo artigo traz garantias também ao imigrante irregular ao dispor que:

Parágrafo único. São estendidos aos estrangeiros, independentemente de sua situação migratória, observado o disposto no art. 5º, *caput*, da Constituição:

- I o acesso à educação e à saúde;
- II os benefícios decorrentes do cumprimento das obrigações legais e contratuais concernentes à relação de trabalho, a cargo do empregador; e
- III as medidas de proteção às vítimas e às testemunhas do tráfico de pessoas e do tráfico de migrantes (BRASIL, 2009).

Assim sendo, conforme dispõe o inciso II, assegura-se em lei a tutela do trabalho prestado pelo imigrante indocumentado. E, ainda, no inciso III, busca-se a implementação de medidas de proteção ao tráfico de migrantes, complementadas posteriormente no art. 42 do Projeto.

Outro ponto positivo do Projeto de Lei é a previsão de reunião familiar em seu art. 52, assunto sobre o qual o atual Estatuto, conforme já mencionado, é omissivo.

Quanto ao visto temporário, importante notar que o art. 21 do PL, em seu inciso III, traz “uma grande categoria, intitulada de ‘trabalho’, com ou sem vínculo empregatício. O § 1º do artigo desdobra-se em sete incisos, que preveem circunstâncias específicas de vistos para trabalho de imigrantes no País” (BOUCINHAS FILHO; BARBAS, 2013, p. 46). Com isso, abre-se a possibilidade de imigração laboral temporária sem prévia contratação.

No entanto, a concessão do visto e autorização de residência permanecem configurando mera expectativa de direito, de acordo com previsão expressa no art. 67 do PL. Também persistem os mecanismos de retirada compulsória, dentre eles a deportação (art. 103 e seguintes). Além disso, acrescenta-se a figura da repatriação, que, nos termos do art. 102 “consiste no impedimento da entrada do estrangeiro sem autorização para ingressar no território nacional que ainda esteja em área de aeroporto, porto ou fronteira” (BRASIL, 2009).

Ainda, ao conservar a possibilidade de prisão enquanto não se efetivar a deportação, “o artigo 107 criminaliza o imigrante irregular, contraria os princípios jurídicos de presunção de inocência e de devido processo legal, além de ser incompatível com a Constituição Federal de 1988 que não prevê prisões administrativas” (ILLES; SOUSA, 2012, p. 3).

Outra relevante alteração do PL 5.655/2009 seria:

[...] a transformação do Conselho Nacional de Imigração em Conselho Nacional de Migração, mantido nos quadros estruturais do Ministério do Trabalho e Emprego, agora com foco mais ampliado, passando a tratar também dos brasileiros no exterior, em um papel mais ativo na formulação e implementação de uma política migratória nacional (NICOLI, 2011, p. 100).

A despeito dos benefícios de tal transformação, critica-se que o PL não eliminou o tratamento policial atualmente dado aos estrangeiros que ingressam no País, bem como não atendeu às reivindicações de criação de um órgão civil responsável pelos trâmites migratórios, que hoje são dispersos em três diferentes ministérios (BARALDI et al, 2011).

Por todo o exposto, percebe-se que o Projeto de Lei em questão, ao mesmo tempo em que parece progredir no sentido da proteção dos direitos humanos do imigrante, com intuito de alinhar a legislação migratória brasileira à atual CRFB/88 e às principais normas internacionais e regionais de proteção ao trabalhador migrante, também mantém em seu texto diversos aspectos retrógrados da Lei 6.815 de 1980. É por esse motivo que alguns autores entendem que “este projeto apenas *atualiza* o antigo Estatuto. Apesar de afirmar o respeito aos direitos humanos, o que predomina em suas disposições específicas é a complexidade dos procedimentos administrativos e o primado do interesse nacional” (BARALDI et al, 2011, p. 26) [grifo dos autores].

Assim, outra proposta de uma nova lei de migrações foi apresentada em 2013: o Projeto de Lei do Senado nº 288 de 2013.

#### 4.4.2 O Projeto de Lei do Senado nº 288 de 2013

Os membros do Senado brasileiro também apresentaram, em 2013, um Projeto de Lei substitutivo ao Estatuto do Estrangeiro atual: o PLS 288/2013.

O projeto propõe o uso do termo “imigrante” em lugar de “estrangeiro”, como se pode ver já em seu Título I, denominado “Dos Princípios e dos Direitos dos Imigrantes”. Além disso, no PLS o conceito de imigrante, conforme esclarece a justificação do projeto, deve ser entendido da seguinte maneira:

A presente proposição considera “imigrante” quem se estabeleça definitiva, temporária ou transitoriamente no País. Esse conceito perpassa quem está com família brasileira, trabalho fixo, trabalho fronteiriço, ou status equivalente. Não seria imigrante quem não tenha a pretensão de se estabelecer no País, como o turista ou alguém que veio aqui para participar de um seminário ou dar um espetáculo. Igualmente não será imigrante quem possui status regulado por tratado específico, como é o caso dos refugiados, asilados, apátridas, agentes e pessoal diplomático ou consular, funcionários de organização internacional, e seus familiares (BRASIL, 2013).

Em seu art. 2º, o PLS traz os princípios que norteariam a política migratória brasileira, enfatizando a importância dos direitos humanos dos imigrantes, conforme os tratados internacionais (inciso I), bem como: o repúdio à xenofobia, racismo e quaisquer formas de discriminação (inciso II); a não criminalização da imigração (inciso III); a promoção de entrada regular e de regularização migratória (inciso V); a acolhida humanitária (inciso VI); a garantia do direito a reunião familiar dos imigrantes (inciso IX); a integração dos imigrantes documentados ou regulares no trabalho e na sociedade brasileira mediante política pública específica (inciso XI); o fortalecimento da integração dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e livre circulação de pessoas (inciso XV); dentre outros princípios.

Nota-se, portanto, o fim da priorização da segurança e dos interesses nacionais, assim como da defesa do trabalhador pátrio. Destaca-se a tentativa de se fixar o princípio da não discriminação, conforme já preceituam as normas internacionais, como também o incentivo à regularização migratória, tendo em vista que “o País deve promover claramente e de modo simplificado os modos de se entrar regularmente e aqui permanecer. Além disso, deve prever

política permanente de regularização de quem já está no Brasil” (BRASIL, 2013). Ainda, “nesse contexto, do princípio de promoção de entrada regular, está a previsão da acolhida humanitária, que diz respeito à possibilidade de o País aceitar pessoas que venham de situação de calamidade ou vítimas de tráfico de pessoas, como é o caso recente dos haitianos” (BRASIL, 2013).

No art. 3º, o projeto reconhece uma série de direitos e garantias constitucionais aos imigrantes, mencionando expressamente a garantia dos direitos sociais (inciso I) e do cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador (inciso XI). Importante a previsão do parágrafo único do mesmo artigo, que frisa o exercício de tais direitos e garantias “independentemente da situação migratória” (BRASIL, 2013).

O PLS também propõe uma nova regulamentação para os tipos de visto a serem concedidos, de acordo com seu art. 4º e seguintes. Destaca-se a previsão de visto temporário para fins de trabalho, de forma mais genérica e clara do que a atual, no art. 10, inciso II: “ao trabalhador, em atividades a serem exercidas em caráter temporário em território nacional” (BRASIL, 2013). Em complemento, dispõe o § 3º do referido artigo que o visto temporário de trabalho poderá ser concedido havendo ou não vínculo empregatício no Brasil de modo a possibilitar a entrada regular de quem vem em busca de emprego, pelo prazo máximo de um ano, prorrogável pelo tempo de duração de seu contrato de trabalho ou da prestação de seus serviços. Entretanto, não há menção do direito de residência.

No art. 27 e seguintes, o Projeto de Lei do Senado mantém a sanção de deportação em função da irregularidade migratória. Todavia, não há mais a possibilidade de prisão cautelar. Além disso, no art. 28 são assegurados os direitos trabalhistas do imigrante decorrentes de relações de trabalho no Brasil.

O Projeto inova ao dispor sobre o tratamento ao emigrante brasileiro em seu Título V, o qual preza pela dignidade do trabalhador brasileiro no exterior e concede benefícios fiscais e de sepultamento. Há, ainda, aos emigrantes brasileiros, a possibilidade de contribuição retroativa à Previdência Social do Brasil, na condição de segurado facultativo. De acordo com a Justificação do PLS:

O trabalhador brasileiro no exterior contribui com a remessa de bilhões de dólares por ano, sem ser resguardado com nenhuma política nacional. O presente projeto pretende garantir ao emigrante a opção de contribuição retroativa referente ao período trabalhado no exterior. Paralelamente, incentiva-se a celebração de acordos bilaterais para validação, perante a Previdência brasileira, do tempo de trabalho formal no exterior, aproveitando, com isso, as contribuições recolhidas em favor do sistema previdenciário estrangeiro (BRASIL, 2013).



No título subsequente, trata-se do crime de tráfico internacional de pessoas para fins de migração, a fim de combater a ação dos coiotes. É estipulada pena de reclusão, de dois a seis anos, e multa, que pode ser aumentada conforme as hipóteses previstas.

Por fim, necessário comentar que, segundo explicita a justificação ao final do texto do projeto, este “zela por não afetar as faculdades do Executivo e seu poder de iniciativa legislativa, já que não atribui funções, nem cria órgãos para a administração pública” (BRASIL, 2013). Assim sendo, o PLS 288/2013 não prevê novo órgão estatal para administração das questões migratórias, porém sugere a justificação que:

[...] importaria repensar os papéis do Ministério da Justiça, da polícia federal, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Trabalho e do Conselho Nacional de Imigração (CNIg). Diante o grande aumento do fluxo migratório ao Brasil, está no momento de pensarmos na oportunidade de criar uma Agência Nacional de Migração, fundada em lei federal de migração inspirada pelos direitos humanos, como se pretende com esse projeto, e não em decisões administrativas casuísticas, e com pessoal preparado para exercer essa função, sem utilizar a polícia federal para o que ela não é vocacionada (BRASIL, 2013).

O texto do Projeto em questão ainda deve passar pela Câmara de Deputados. Algumas emendas ao PLS 288/2013 foram sugeridas com base no Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil, outra proposta de nova legislação migratória brasileira.

#### 4.4.3 O Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil

Com o intuito de propor uma nova alternativa de legislação migratória para o Brasil, o Ministério da Justiça instituiu, por meio da Portaria nº 2.162/2013, uma comissão de especialistas no assunto. “A iniciativa é fruto do acúmulo das propostas em discussão no Brasil, inspirada também no Projeto de Lei do Senado 288/2013” (ALMEIDA, 2014, p. 37).

Dessarte,

Entre 25 de julho de 2013 e 30 de maio de 2014, a Comissão realizou sete reuniões presenciais das quais participaram, além de seus membros, representantes de órgãos do governo e de instituições internacionais, parlamentares, especialistas e acadêmicos convidados (BRASIL, 2014).

Após mais alguns debates e ajustes, criou-se o Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil, datado de 31 de julho de 2014. Assim,

A proposta foi enviada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDHPR) e aos ministérios do Trabalho e Emprego e das Relações Exteriores. O documento deverá ser analisado por um grupo de trabalho interministerial coordenado

pela Secretaria Nacional de Justiça (SNJ/MJ) para a construção de um projeto definitivo do governo federal (ALMEIDA, 2014, p. 38).

Com a intenção de promover a transformação do atual paradigma da legislação migratória brasileira e priorizar a perspectiva dos direitos humanos, o Anteprojeto, assim como o PLS 288/2013, também propõe uma mudança terminológica, porém adotando o vocábulo “migrante”. Explica a apresentação da proposta que:

Ao estabelecer uma tipologia jurídica do “migrante”, o Anteprojeto abandona o conceito de “estrangeiro”, não apenas de conotação pejorativa em nossa cultura, mas também juridicamente consagrada na lei vigente como um sujeito de segunda classe, vulnerável à discricionariedade, senão à arbitrariedade do Estado, e privado, sem justificação plausível num regime democrático, de parcela significativa dos direitos atribuídos aos nacionais (BRASIL, 2014).

Ademais, a expressão “migrante” abrange não só aquele que aqui busca se estabelecer permanentemente, como também as situações transitórias e, ainda, o brasileiro que se destina ao exterior (*vide* art. 1º, I do Anteprojeto).

Em seu art. 3º, a proposta estabelece os princípios orientadores da política nacional de imigração, num rol praticamente idêntico ao do PLS 288/2013, que abarca o repúdio à xenofobia e o estímulo à regularização migratória.

Do mesmo modo, o art. 4º prevê direitos e garantias constitucionais ao imigrante, também de maneira bastante semelhante à do PLS, mas com algumas adaptações, a exemplo da inclusão expressa da possibilidade de associação sindical no inciso VII do referido artigo. Importante destacar o inciso XI, que garante o cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e a aplicação das normas de proteção ao trabalhador. Ainda, no artigo subsequente, o Anteprojeto permite o acesso de imigrantes a cargos, empregos e funções públicas.

Do art. 6º ao 8º a proposta trata dos trabalhadores fronteiriços. Segundo a apresentação do Anteprojeto, “a referência ao ‘trabalhador fronteiriço’ foi buscada na Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, elaborada no âmbito das Nações Unidas” e também em acordos bilaterais já firmados pelo Brasil (BRASIL, 2014).

Os tipos de vistos estão estipulados no art. 9º do Anteprojeto. São eles: de trânsito; de visita; temporário; diplomático; oficial; e de cortesia. O art. 15, inciso II dispõe sobre o visto temporário para trabalhador. De acordo com o § 3º do mesmo artigo, tal visto poderá ser concedido pelo prazo de até dois anos, inclusive na ausência de prévio vínculo empregatício no Brasil, de modo a permitir a busca por trabalho em território brasileiro em situação de regularidade.

Diferentemente do PLS 288/2013, trata o Anteprojeto do direito de residência nos artigos 23 e seguintes. Há também a previsão de residência para fins de reunião familiar no art.

26, com rol bastante abrangente e, ainda, possibilidade de extensão de tais hipóteses de concessão (art. 26, § 3º).

Em seu art. 27, a proposta dispõe sobre um novo mecanismo de acolhimento, por meio do visto para fins humanitários.

A figura da repatriação também consta do Anteprojeto em seu art. 33, cujo § 1º, como forma de garantia, determina a imediata comunicação da decisão pela repatriação à Defensoria Pública da União e à autoridade consular representativa da nacionalidade do imigrante. No artigo subsequente tem-se a deportação, porém é dada ao imigrante indocumentado a oportunidade de regularizar sua situação durante um prazo determinado (art. 34, § 1º). Ademais, não há a previsão de prisão cautelar do imigrante irregular.

Por fim, importante ressaltar a criação, nos artigos 72 e seguintes, de um novo órgão estatal para tratamento da questão migratória: a Autoridade Nacional Migratória (ANM). Com isso, o atual sistema de controle de imigrantes dividido entre Ministério do Trabalho, Ministério de Relações Exteriores e Ministério da Justiça, que repassa a tarefa de atendimento aos estrangeiros à Polícia Federal, seria alterado. A criação desse serviço é justificada na apresentação do Anteprojeto da seguinte forma:

No cenário mundial, o Brasil desponta como um dos poucos países desprovidos de um serviço de migrações, cabendo à Polícia Federal grande parte do processamento dos pedidos de residência e de refúgio, de caráter eminentemente administrativo. É justamente por ter em altíssima conta o trabalho da Polícia Federal, e pela profunda convicção quanto ao caráter essencial de sua missão, que o desvio de função hoje em curso necessita imediata correção. Cumpre ressaltar que o presente Anteprojeto em nada dificulta ou obstaculiza a investigação e a persecução penal de migrantes, sujeitos plenamente ao direito penal brasileiro, assim como aos tratados internacionais relativos à matéria vigentes no Brasil (BRASIL, 2014).

Por todo o exposto e, tendo em vista que a formulação do Anteprojeto foi amplamente debatida, tendo recebido contribuições de diversas entidades públicas e sociais parece ser esta a proposta que apresenta a solução mais completa no que diz respeito à desburocratização institucional, à redução da discriminação e à promoção da regularização migratória, a fim de consolidar a edição de uma lei de migrações que priorize os direitos humanos e, por conseguinte, o trabalho do imigrante em condições de dignidade. Afinal,

Burocratizar e restringir a regularização migratória não evita o deslocamento, mas degrada as condições de vida do migrante, que passa, com razão, a temer as autoridades. A precariedade decorrente da ausência de autorização para trabalho e permanência no país é um evidente fator de agravamento do déficit de efetividade dos direitos, não apenas dos migrantes, mas também da população brasileira que com eles convive (BRASIL, 2014).

No entanto, as discussões acerca das propostas de uma nova lei de migrações no País ainda têm um longo caminho a percorrer. Tanto o PL 5.655/2009 quanto o PLS 288/2013 vêm tramitando lentamente nas respectivas casas do Congresso Nacional. Ao menos o Anteprojeto

serviu de base para a formulação de emendas ao PLS. Assim, a sociedade brasileira segue na espera por uma legislação mais alinhada à Constituição Federal, às tendências globais de proteção ao trabalhador migrante e ao contexto migratório atual.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre a dignidade da pessoa humana e o Direito do Trabalho é evidente em seus dois aspectos. Primeiramente, o direito individual ao trabalho viabiliza o acesso aos demais direitos essenciais como educação, saúde, lazer, moradia, entre outros através da remuneração justa e da prestação laboral em condições decentes. Ao mesmo tempo, para que isso ocorra, é necessária a tutela do trabalho pelo Direito, isto é, a efetivação do Direito do Trabalho propriamente dito, que envolve seu aspecto social e coletivo. Assim, evita-se a exploração da mão de obra, e então, o trabalho proporciona viver em condições dignas.

No entanto, em regiões com menor índice de desenvolvimento, o acesso ao trabalho e, por conseguinte, a dignidade humana ficam comprometidos. Com isso, nacionais de países menos favorecidos encontram na migração a única esperança de uma vida melhor.

Entretanto, a proteção do trabalho do migrante depende da situação em que ocorreu o seu processo de migração. Afinal, o direito universal de locomoção pode ser limitado em razão da soberania estatal e, assim, surgem dois possíveis *status* migratórios: a regularidade e a irregularidade. Aquele é alcançado quando o migrante consegue preencher os requisitos legais de admissão do país ao qual se destina, enquanto este ocorre nos casos em que a regulação migratória da nação receptora é desrespeitada.

O que ocorre, em geral, é que as exigências legais de tal regulação são muito elevadas, privilegiando trabalhadores qualificados. Com isso, indivíduos com menor nível de instrução restam excluídos e são impelidos a adentrar na irregularidade migratória, sendo frequentemente iludidos pelo aliciamento de coiotes que atuam na rede internacional de tráfico de pessoas. Por tais razões, defende-se a equacionamento do exercício da soberania estatal quando da delimitação dos requisitos de admissão de estrangeiros, com base na garantia de direitos mínimos.

No Brasil, a migração internacional é fenômeno de extrema relevância histórica, visto que o país foi originado e habitado por povos das mais diversas origens. Os primeiros estrangeiros que aqui chegaram com a finalidade específica de trabalhar foram os africanos escravizados, os quais eram considerados como mercadorias, não possuindo, portanto, direito algum, muito menos trabalhistas.

A necessidade de povoamento do território brasileiro, como também o fortalecimento da produção cafeeira e, posteriormente, o fim da escravidão, levaram o País à prática de políticas de imigração subsidiada, que resultaram na vinda de milhares de trabalhadores

estrangeiros ao Brasil. Os contratos de prestação de serviços que aqui foram sendo estabelecidos por esses imigrantes provocaram a criação das primeiras leis trabalhistas do Brasil, motivadas justamente pelo receio e desconfiança envolvidos na realização de acordos com estrangeiros. Nas fazendas de café, os mesmos eram submetidos a sistemas de trabalho desonestos, que promoviam a exploração de sua mão de obra como se escravo fosse.

Com o início da industrialização do País, mais imigrantes vieram em busca dos postos de trabalho gerados. Entretanto, fortaleceu-se o incentivo à imigração com base em critérios de seleção subjetivos e eugênicos, com o intuito de promover o “branqueamento da população”.

No século XX, os operários imigrantes iniciaram movimentos de luta por melhores condições de trabalho, que resultaram no efetivo início do Direito do Trabalho no País. Todavia, também ocasionaram uma inversão nas políticas de estímulo à imigração, que passaram a restringir a admissão de estrangeiros no Brasil.

A partir de todos esses fatores é que a imagem do trabalhador imigrante no Brasil foi sendo construída, sobretudo sua associação com o trabalho escravo e de menor qualidade. Apesar de os próprios brasileiros figurarem como trabalhadores imigrantes em outros países durante uma fase de emigração intensa, iniciada na década de 1980 e mitigada a partir da crise mundial de 2008, tal imagem ainda prejudica os estrangeiros que hoje vêm ao Brasil, em um novo e crescente fluxo de imigração ao País.

Os principais imigrantes que se destinam ao território brasileiro atualmente são sul-americanos, haitianos e africanos. Em sua maioria, possuem baixo nível de qualificação profissional e sofrem discriminação, de modo que acabam adentrando na irregularidade migratória. Por conseguinte, inserem-se no mercado informal, no qual ficam vulneráveis a toda sorte de exploração, inclusive trabalho análogo ao escravo.

Aos poucos que conseguem ser regularmente admitidos, muitas vezes ainda permanece a desvalorização de sua mão de obra, a exemplo dos casos de disparidade entre formação, atuação profissional e renda auferida.

Da análise das convenções internacionais no âmbito da OIT e da ONU, depreende-se que há uma tendência global de regularização do trabalho do imigrante pelo viés dos direitos humanos – sobretudo da não discriminação e da igualdade de oportunidades e de tratamento em relação ao obreiro nacional – em detrimento da primazia da soberania. Assim, as convenções nº 143 da OIT e a Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias da ONU abarcam, inclusive, a proteção trabalhista ao imigrante indocumentado. No entanto, ambas possuem baixo índice de adesão perante a ordem internacional e ainda não foram ratificadas pelo Brasil.

No âmbito do MERCOSUL, também se verifica dificuldades na normatização das repercussões da instituição do bloco no campo do direito do trabalho. A celebração do Acordo Sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile, em 2002, representa enorme avanço para a questão migratória entre cidadãos do bloco, em função da facilitação da possibilidade de residência legal e da instituição de um regime de igualdade jurídica. No entanto, as disparidades existentes entre os mercados de trabalho dos Estados Partes ainda promovem legislações internas restritivas à abertura das fronteiras.

No tocante à legislação interna, percebe-se que a atual Constituição Federal brasileira preza pela dignidade humana e pela valorização do trabalho e seu caráter social, estabelecendo a igualdade de tratamento ao estrangeiro, mesmo que não residente, em função do princípio da não discriminação, numa interpretação conjunta de seus artigos 5º e 3º, inciso IV. Com isso, até mesmo o imigrante irregular está tutelado pela norma constitucional.

Logo, as disposições constitucionais quanto à proteção do trabalhador imigrante seguem a linha das normas supranacionais, no sentido da supremacia da dignidade, da não discriminação e dos direitos humanos.

Contudo, não se pode dizer o mesmo quanto às leis infraconstitucionais pertinentes ao tema. O princípio da “nacionalização do trabalho” contido na Consolidação das Leis Trabalhistas determina a diferenciação do estrangeiro, com o intuito de privilegiar o trabalhador nacional, gerando ainda muitas discussões doutrinárias acerca da constitucionalidade de tais disposições celetistas.

No mesmo sentido é a Lei 6.815/1980 ou Estatuto do Estrangeiro, que, elaborado no período da Ditadura Militar no Brasil, também traz como prioridade a defesa do trabalhador nacional e, além disso, condiciona a admissão e a permanência no País à segurança e aos interesses nacionais. O objetivo de imigração traçado por tal lei – referente à atração de mão de obra especializada e ao desenvolvimento da economia nacional – promove o fechamento das fronteiras aos trabalhadores estrangeiros de menor qualificação, através do estabelecimento de elevados requisitos de admissão pelas resoluções do CNIg, que complementam o Estatuto.

As difíceis exigências de entrada trazidas pelas referidas resoluções, aliadas à inexistência da possibilidade de admissão regular sem contratação prévia, isto é, para a busca de emprego por conta própria no Brasil, bem como à ausência de regularização posterior ao ingresso no País e à estrutura organizacional burocrática e complexa dos órgãos responsáveis pela imigração, criam um cenário em que o trabalhador migrante de baixa qualificação encontra-se fadado à situação de irregularidade.

Assim, a concessão de autorizações de trabalho no País predomina radicalmente para estrangeiros de perfil investidor ou executivo com alta qualificação e, na sua maioria, provenientes de países desenvolvidos, conforme comprovam os dados do MTE.

Nota-se, contudo, um possível início de mudança no quadro das concessões de autorizações de trabalho, que passam a admitir outros perfis de trabalhadores além dos grandes executivos de alta qualificação. São eles os estrangeiros admitidos com vistos e residências permanentes de caráter humanitário e os sul-americanos, cuja redução dos pedidos demonstra uma maior efetividade do Acordo de Residência do MERCOSUL nos últimos anos. No entanto, esses novos perfis ainda se encontram em situação desigual quando de sua colocação no mercado formal de trabalho.

Também se percebe algum progresso na questão da reunião familiar, a exemplo da nova resolução do CNIg sobre o assunto, que parece tentar acompanhar as tendências internacionais. Outrossim, a regularização interna quanto ao trabalhador fronteiriço equipara-se à normativa internacional, consistindo em exceção à regra.

Ainda, tem-se como avanços a criação de leis de anistia, que promoveram a regularização de milhares de imigrantes em território brasileiro. Por outro lado, estas são ainda insuficientes e evidenciam o caráter restritivo do Estatuto do Estrangeiro, visto que consistem numa forma de remediar o quadro de exclusão social gerado por suas disposições proibitivas.

Além dos exigentes requisitos de admissão regular, que fomentam a irregularidade migratória e a sujeição a condições laborais degradantes, a Lei 6.815/1980 ainda prevê a deportação como sanção aos indocumentados. Por conseguinte, o imigrante irregular explorado no mercado informal de trabalho se vê privado do exercício de seus direitos, pois corre o risco de ser deportado caso denuncie as condições degradantes de trabalho às quais é submetido.

Assim sendo, mesmo que no Estatuto não haja sanções específicas de privação aos direitos trabalhistas em função da irregularidade migratória, o receio da deportação impede o imigrante de exigir e, conseqüentemente, beneficia o empregador irregular, que, “isento” do pagamento dos encargos trabalhistas, vê no tráfico de pessoas o melhor custo-benefício para seus negócios.

Logo, mesmo que alguns doutrinadores e tribunais defendam a validade dos contratos de trabalho celebrados por imigrantes indocumentados, entende-se que permanece prejudicada a proteção trabalhista dos imigrantes em situação de irregularidade em virtude da ausência de garantias legais expressas nesse sentido, bem como do receio da deportação.

Assim, confirma-se a hipótese de insuficiência e inadequação da regulação interna atual para efetivar os direitos do trabalhador migrante, sobretudo o Direito do Trabalho e, por



consequente, promover a dignidade humana de todo e qualquer indivíduo, independente de nacionalidade e situação jurídica. Somente aos estrangeiros que conseguem adentrar regularmente no País é que se assegura o tratamento igualitário em relação aos nacionais, conforme preza a política internacional de proteção da pessoa humana do trabalhador migrante.

Por fim, conclui-se que a legislação brasileira infraconstitucional precisa ser adequada a fim de favorecer a imigração regular e, por conseguinte, assegurar os direitos humanos do trabalhador migrante e membros de suas famílias.

Dentre as propostas de substituição da lei migratória atual, a que mais parece se coadunar com isso é o Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil, visto que o PL 5.655/2009 é criticado por apenas atualizar o atual Estatuto e que o PLS 288/2013, em que pese seus consideráveis avanços, não dispõe acerca da criação de um órgão para administração das questões migratórias, de modo que permaneceria, a princípio, a burocratização institucional.

No entanto, ainda há muito a ser discutido no que diz com as propostas de uma nova lei de migrações no País. Desse modo, a sociedade brasileira segue na espera por uma maior coerência sistêmica em matéria de regularização migratória no ordenamento jurídico pátrio, tanto em relação à Constituição Federal, como quanto às tendências globais de proteção ao trabalhador migrante.

Sabe-se que lidar com as migrações é tarefa delicada, pois envolve a distribuição de recursos escassos, bem como a administração de preconceitos e diferenças culturais. O Brasil, apesar de caracterizado historicamente pelos mais diversos fluxos migratórios, ainda sustenta uma cultura de preconceito e uma dívida histórica para com os imigrantes, que contribuíram, de modo decisivo, com desenvolvimento do País. Contudo, discriminar o estrangeiro hodierno é desluzir nossos ascendentes imigrantes, haja vista que tanto estes como aqueles compartilham da esperança de melhores condições de vida através do labor.

Do mesmo modo, tal discriminação importa negligência para com a luta dos brasileiros que ainda se encontram no exterior por tratamento igualitário e prevalência de seus direitos.

Ademais, a qualidade de vida do povo brasileiro também guarda conexão com o respeito à alteridade e, consequentemente, aos direitos humanos dos trabalhadores imigrantes, de modo que se deve visar a redução da miserabilidade e da violência por meio da inclusão social. Assim, deve a nova Lei de Migrações brasileira prezar pela regularização, a fim de compreender a migração não como um problema, mas como um fenômeno natural da humanidade, pelo qual as pessoas buscam trabalhar para viver com mais dignidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. Brasil Precisa Reformar Estatuto do Estrangeiro. **Labor: Revista do Ministério Público do Trabalho**, Brasília, v. 5, p. 37-39, set./dez. 2014. Disponível em: <[http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal\\_mpt/a9d2c6c4-425e-4beb-a631-4826b7334573/Labor\\_n5.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT\\_TO=url&CACHEID=a9d2c6c4-425e-4beb-a631-4826b7334573](http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/a9d2c6c4-425e-4beb-a631-4826b7334573/Labor_n5.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=a9d2c6c4-425e-4beb-a631-4826b7334573)>. Acesso em: 12 jun. 2015.

ANDENA, Emerson Alves. **Transformações da legislação imigratória brasileira: os (des)caminhos rumo aos direitos humanos**. 2013.154 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2140/tde-16122013-164856/>>. Acesso em: 03 abr. 2015.

AVELINE, Ricardo Strauch. O novo Estatuto do Estrangeiro (Projeto de Lei 5.655/2009) em abordagem comparativa e sociológica. **Atitude: Construindo Oportunidades**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p.9-18, jan. 2012. Disponível em: <<http://www.faculdade.dombosco.net/faculdade.php?id=18>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

BALDIN, Nelma. **Tão fortes quanto a vontade: História da imigração italiana no Brasil: Os vênets em Santa Catarina**. Florianópolis: Insular, Editora da UFSC, 1999.

BARALDI, Camila et al. **Brasil: Informe Sobre a Legislação Migratória e a Realidade dos Imigrantes**. São Paulo: Cdhic, 2011. Disponível em: <<http://www.cdihic.org.br/wp-content/uploads/2012/11/BRASIL-INFORME-SOBRE-A-LEGISLAÇÃO-MIGRATÓRIA-E-A-REALIDADE-DOS-IMIGRANTES.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2015.

BOUCAULT, Carlos Eduardo de Abreu; ARAUJO, Nadia de (Org.). **Os Direitos Humanos e o Direito Internacional**. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

BOUCINHAS FILHO, Jorge Cavalcanti; BARBAS, Leandro Moreira Valente. **Migração de Trabalhadores para o Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. Os dilemas da livre circulação de trabalhadores no MERCOSUL. **Revista Latino-americana de História**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p.576-591, mar. 2012. Disponível em: <<http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/article/viewFile/105/83>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

BOTEGA, Tuíla; CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antônio Tadeu (Orgs.). **Migrações Internacionais de Retorno no Brasil**. Brasília: Relatório, 2015.

BRASIL. **Anteprojeto de Lei de Migrações e Promoção dos Direitos dos Migrantes no Brasil**. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/10947.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 5.655/2009**. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=674695&filefile=PL+5655/2009](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=674695&filefile=PL+5655/2009)>. Acesso em: 06 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº 36, de 28 de setembro de 1999**. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/trab\\_estrang/resolucao-normativa-n-36-de-28-09-1999.htm](http://portal.mte.gov.br/trab_estrang/resolucao-normativa-n-36-de-28-09-1999.htm)>. Acesso em: 11 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC8820135687F345B412D/RESOLU%C3%87%C3%83O%20NORMATIVA%20N%C2%BA%2097.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº 99, de 12 de dezembro de 2012**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A47594D0401488457B0D258FC/RN%2099.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº 104, de 16 de maio de 2013**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A3E7A205F013EC8C3D7BF7534/RN%20104%2016-05-2013.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Imigração. **Resolução Normativa nº 108, de 12 de fevereiro de 2014**. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A43DF98FC014445CEE6085CD6/RESOLU%C3%87%C3%83O%20108%20-%20REUNI%C3%83O%20FAMILIAR.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Código Penal**: Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848.htm)>. Acesso em: 16 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 28 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 678, de 6 de novembro de 1992**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1992/decreto-678-6-novembro-1992-449028-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm)>. Acesso em: 28 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 19.482 de 12 de dezembro de 1930.** Disponível em:  
<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=37693>> Acesso em 30 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei 7.967 de 18 de setembro de 1945.** Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/Del7967.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del7967.htm)> Acesso em 30 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.016, de 12 de março de 2004.** Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5016.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5016.htm)> . Acesso em 03 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 6.736, de 12 de Janeiro de 2009.** Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6736.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6736.htm)> Acesso em 13 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Estatuto do Estrangeiro:** Lei nº 6.815/1980. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm)>. Acesso em: 16 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei de 13 de Setembro de 1830.** Disponível em: <  
[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei\\_sn/1824-1899/lei-37984-13-setembro-1830-565648-publicacaooriginal-89398-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37984-13-setembro-1830-565648-publicacaooriginal-89398-pl.html)>. Acesso em 05 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 1.723, de 8 de novembro de 1952.** Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L1723.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L1723.htm)>. Acesso em 12 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.964, de 9 de dezembro de 1981.** Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6964.htm#art1art16p](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6964.htm#art1art16p)>. Acesso em 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. MERCOSUL. **Saiba mais sobre o MERCOSUL.** 2015. Disponível em:  
<<http://www.MERCOSUL.gov.br/index.php/saiba-mais-sobre-o-MERCOSUL>>. Acesso em: 14 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. **Portal do Retorno.** Disponível em:  
<<http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/Retorno/ptbr/file/Portal%20do%20Retorno%20Release.pdf>>. Acesso em: 10 março 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Nossa política de imigração pode ser exemplo, diz ministro:** Dias apresentou dados do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), que demonstram crescimento no número de trabalhadores imigrantes. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/imprensa/politica-e-imigracao-do-brasil-pode-ser-exemplo-para-o-mundo-diz-ministro-do-trabalho.htm>>. Acesso em: 15 março 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Cartilha: Brasileiras e Brasileiros no Exterior - Informações Úteis.** Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/cartilha\\_exterior/sumario.htm](http://portal.mte.gov.br/cartilha_exterior/sumario.htm)>. Acesso em: 16 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Trabalho e Emprego. **Trabalho Escravo no Brasil em Retrospectiva:** Referências para estudos e pesquisas. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC882013543FDF74540AB/retrospec\\_tra\\_b\\_escravo.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A350AC882013543FDF74540AB/retrospec_tra_b_escravo.pdf)>. Acesso em: 13 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Projeto anistia imigrantes ilegais que entraram no País até junho de 2013.** 2014. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/RELACOES-EXTERIORES/458454-PROJETO-ANISTIA-IMIGRANTES-ILEGAIS-QUE-ENTRARAM-NO-PAIS-ATE-JUNHO-DE-2013.html>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Senado. **Projeto de Lei do Senado nº 288, de 2013.** Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=132518&tp=1>>. Acesso em: 28 abr. 2015.

CARNEIRO, Cynthia Soares. **O Direito da Integração Regional.** Belo Horizonte: del Rey, 2007. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=zSkqMQ8vxisC&printsec=frontcover#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.) **A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro.** Brasília: Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, 2014.

CAVALCANTI, Leonardo; TONHATI, Tânia; OLIVEIRA, Antônio Tadeu (Orgs.) **Autorizações concedidas a estrangeiros.** Brasília: Relatório, 2015.

CONSELHO de imigração prorroga prazo de concessão de visto a haitianos. **EBC**, Brasília, 12 dez. 2014. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/es/node/940550>>. Acesso em: 25 maio 2015.

COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral.** São Paulo: Saraiva, 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do Estado**. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

DELGADO, Gabriela Neves. O Trabalho Enquanto Suporte de Valor. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, Belo Horizonte, nº 49, p. 63-80, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/7/6>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

DELGADO, Gabriela Neves; NUNES, Raquel Portugal. Subterrâneos da imigração. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, Caderno Opinião, 2008.

DELGADO, Gabriela Neves; RIBEIRO, Ana Carolina Paranhos de Campos. Os Direitos Sociotrabalhistas como Dimensão dos Direitos Humanos. **Revista do Tst**, Brasília, v. 79, nº 2, p.199-219, abr./junº 2013. Disponível em: <<http://aplicacao.tst.jus.br/dspace/handle/1939/39825>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Direito Coletivo do Trabalho**. São Paulo: Ltr, 2001.

FAGUNDEZ, Ingrid; GAVRAS, Douglas. Haitianos já são imigrantes mais contratados no Brasil. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 12 out. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/10/1531134-haitianos-ja-sao-imigrantes-mais-contratados-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

FREITAS, Vladimir Passos de (Coord). **Comentários ao estatuto do estrangeiro e opção de nacionalidade**. Campinas: Millennium, 2006.

ILLES, Paulo; SOUSA, Rebeca. **Todos Somos Migrantes: Análise Crítica da Atual Política Migratória Brasileira**. 2012. Disponível em: <<http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=71822>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

IOTTI, Luiza Hornº **A Política Imigratória Brasileira e Sua Legislação – 1822 – 1914**. 2010. Anpuhrs - X Encontro Estadual de História. Disponível em: <[http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1273883716\\_ARQUIVO\\_OBRASILEAIMIGRACAO.pdf](http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1273883716_ARQUIVO_OBRASILEAIMIGRACAO.pdf)>. Acesso em: 29 abr. 2015.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis; FREITAS, Maria Ester de; FILARDI, Fernando. **Diáspora Brasileira e os Trabalhadores Retornados do Exterior: Quando a Fantasia Encontra a Realidade**. 2013. XXXVII Encontro da Anpad. Disponível em: <[http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013\\_EnANPAD\\_GPR1657.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_GPR1657.pdf)>. Acesso em: 30 abr. 2015.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da Metafísica dos Costumes**. Lisboa: Edições 70, 2007. Tradução de: Paulo Quintela. Disponível em: <<http://charlezine.com.br/wp->

content/uploads/Fundamentação-da-Metafísica-dos-Costumes-Kant1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2015.

KIRDEIKAS, João Carlos Vieira. **A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil: uma Análise da Legislação Sobre Locação de Serviços no Século XIX.**

In <http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A23.pdf> acesso em 02 maio 2015.

LEÃO, Valdemar Carneiro. **A Crise da Imigração Japonesa no Brasil (1930 - 1934): Contornos Diplomáticos.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989.

LIMA, Firmino Alves. **Teoria da Discriminação nas Relações de Trabalho.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

LOGUERCIO, Jose Eymard. **A Livre Circulação de Trabalhadores no Mercosul e o Impacto Jurídico nas Relações de Trabalho.** 2003. Disponível em:

<[http://white.lim.ilo.org/spanish/260ameri/oitreg/activid/proyectos/actrav/proyectos/pdf/ccscs\\_fes.pdf](http://white.lim.ilo.org/spanish/260ameri/oitreg/activid/proyectos/actrav/proyectos/pdf/ccscs_fes.pdf)>. Acesso em: 09 jun. 2015.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. **Direito de Imigração: O Estatuto do Estrangeiro em uma perspectiva de direitos humanos.** São Paulo: Núria Fabris, 2009.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. **O Fenômeno Migratório no Brasil.** 2002.

Disponível em: <<http://www.migrante.org.br/ofenomenomigratorioparaobrasil.doc>>. Acesso em: 06 abr. 2015.

MARINUCCI, Roberto; MILESI, Rosita. **Migrações Internacionais Contemporâneas.** 2005. Disponível em:

<[http://www.migrante.org.br/as\\_migracoes\\_internacionais\\_contemporaneas\\_160505.doc](http://www.migrante.org.br/as_migracoes_internacionais_contemporaneas_160505.doc)>. Acesso em: 05 abr. 2015.

MARTINE, George. **A Globalização Inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21.** Disponível em: < <http://www.cosmopolis.iri.usp.br/sites/default/files/trabalhos-academicos-pdfs/v19n3a01.pdf>>. Acesso em: 15 março 2015.

MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho.** São Paulo: Atlas, 2003.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Leis Para "Os Que Se Irão Buscar": Imigrantes e Relações de Trabalho no Século XIX Brasileiro. **História: Questões e Debates**, Curitiba, v. 56, n. 0, p.63-85, jan. /jun. 2012. Disponível em:

<<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/historia/article/viewFile/28640/18826>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

MERCOSUL. **Tratado de Assunção.** 1991. Disponível em:

<[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1270491919.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1270491919.pdf)>. Acesso em: 19 abr.

2015.

MERCOSUL. **Declaração Sociolaboral do MERCOSUL**. 1998. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a\\_pdf/dec\\_sociolaboral\\_mercosul.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_sociolaboral_mercosul.pdf)>. Acesso em: 19 abr. 2015.

MERCOSUL. **Acordo Sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile**. 2002. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/innovaportal/file/5838/1/56-acuerdoresidenciainsur-boliviaychile.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

MIRAGLIA, Livia Mendes Moreira. O Direito do Trabalho como Instrumento de Efetivação da Dignidade Social da Pessoa Humana no Capitalismo. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**, Belo Horizonte, v. 49, nº 79, p. 149-162, janº/junº 2009. Disponível em: <[http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev\\_79/livia\\_mendes\\_moreira\\_miraglia.pdf](http://www.trt3.jus.br/escola/download/revista/rev_79/livia_mendes_moreira_miraglia.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

MORENO, Jonas Ratier; AFONSO, Yedda Beatriz Gomes de A. Dysman C. S. Singer. O Direito Internacional do Trabalho e o Trabalho Transfronteiriço: Diagnóstico e Perspectivas. **Revista do Ministério Público do Trabalho do Mato Grosso do Sul**, Campo Grande, v. 1, p.57-74, 2007. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/33348-42663-1-PB.pdf#page=57>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho: História e Teoria Geral do Direito do Trabalho, Relações Individuais e Coletivas do Trabalho**. São Paulo: Saraiva, 2001.

NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. **A Condição Jurídica do Trabalhador Imigrante no Direito Brasileiro**. São Paulo: Ltr, 2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 04 maio 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias**. 1990. Disponível em: <<http://www.oas.org/dil/port/1990%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20Internacional%20sobre%20a%20Protec%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Direitos%20de%20Todos%20os%20Trabalhadores%20Migrantes%20e%20suas%20Fam%C3%ADlias,%20a%20resolu%C3%A7%C3%A3o%2045-158%20de%2018%20de%20dezembro%20de%201990.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Status of Treaties: International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of their**



Families. 2015. Disponível em:  
<[https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg\\_no=IV-13&chapter=4&lang=en](https://treaties.un.org/pages/ViewDetails.aspx?src=TREATY&mtdsg_no=IV-13&chapter=4&lang=en)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Migração de trabalhadores.** 2015. Disponível em: <<http://www.itcilo.org/pt/the-centre/areas-de-especializacao/protecao-social/migracao-de-trabalhadores>>. Acesso em: 07 abr. 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Constituição da Organização Internacional Do Trabalho (OIT) e seu Anexo (Declaração da Filadélfia).** 1944. Disponível em:  
<[http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent\\_work/doc/constituicao\\_oit\\_538.pdf](http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/decent_work/doc/constituicao_oit_538.pdf)>. Acesso em: 08 maio 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Convenção nº 97.** 1949. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/node/523>>. Acesso em: 09 maio 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Ratificações da Convenção nº 97.** 2015. Disponível em:  
<[http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:11300:0::NO::P11300\\_INSTRUMENT\\_ID:312242](http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:11300:0::NO::P11300_INSTRUMENT_ID:312242)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Recomendação nº 86.** 1949. Disponível em:  
<[http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100\\_INSTRUMENT\\_ID:312424](http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:12100:0::NO::P12100_INSTRUMENT_ID:312424)>. Acesso em: 09 maio 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Recomendação nº 151.** 1975. Disponível em:  
<[http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:12100:0::NO::P12100\\_INSTRUMENT\\_ID,P12100\\_LANG\\_CODE:312489,en:NO](http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=1000:12100:0::NO::P12100_INSTRUMENT_ID,P12100_LANG_CODE:312489,en:NO)>. Acesso em: 10 maio 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Convenção nº 143.** 1975. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br/content/conven%C3%A7%C3%A3o-sobre-imigra%C3%A7%C3%B5es-efectuadas-em-condi%C3%A7%C3%B5es-abusivas-e-sobre-promo%C3%A7%C3%A3o-da-igualdade-de>>. Acesso em: 09 maio 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO - OIT. **Ratificações da Convenção nº 143.** 2015. Disponível em:  
<[http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:11300:0::NO:11300:P11300\\_INSTRUMENT\\_ID:312288:NO](http://www.ilo.org/dyn/normlex/es/f?p=NORMLEXPUB:11300:0::NO:11300:P11300_INSTRUMENT_ID:312288:NO)>. Acesso em: 11 jun. 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES - OIM. **Glossário para as Migrações**. 2009. Disponível em: <[http://www.acidi.gov.pt/\\_cf/102363](http://www.acidi.gov.pt/_cf/102363)>. Acesso em: 02 abr. 2015.

PÁDUA, Luciano. A nova rota dos brasileiros no exterior. **Veja**, São Paulo, 07 abr. 2015. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/a-nova-rota-dos-brasileiros-no-exterior/>>. Acesso em: 08 abr. 2015.

PEDUZZI, Maria Cristina Irigoyen. **Aplicabilidade da Declaração Sócio-Laboral do Mercosul nos Estados-Partes**. 2002. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/imprensa/pdf/peduzzi.pdf>>. Acesso em: 07 jun. 2015.

PEIXOTO, João. **As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-sociológicas**. SOCIUS Working Papers nº 11/2004. Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações. Universidade Técnica de Lisboa. Disponível em <<https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2037/1/wp200411.pdf>> Acesso em: 25 abr. 2015.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. São Paulo: Saraiva, 2011.

REIS, Rossana. **A política do Brasil para as migrações internacionais**. Contexto internacional. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292011000100003&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-85292011000100003&script=sci_arttext). Acesso em 04 abr. 2015.

ROSA, Gabriel. Em mãos solidárias. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 26 mai. 2015. Notícias, p. 9.

RUSSOMANO, Mozart Victor. **Curso de Direito do Trabalho**. Curitiba: Juruá, 1997.

SALADINI, Ana Paula Sefrin. **Trabalho e Imigração**. São Paulo: Ltr, 2012.

. Direitos Humanos, Cidadania e o Trabalhador Imigrante Ilegal no Brasil. **Revista Direito Unifacs**, Salvador, v. 128, p.1-22, 2011. Disponível em: <<http://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/1440>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

SALIBA, Graciane Rafisa; RIBEIRO, Márcia Regina Lobato Farneze. **Reconhecimento dos Direitos Trabalhistas dos Imigrantes na Condição de Ilegais: Instrumento de Humanização do Direito e Horizontalização da Justiça**. 2012. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=27ab2e099af3df31>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. Porto Alegre: Revista do Advogado, 2009.

SEYFERTH, Giralda. **Imigração e Cultura no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1990.

. Colonização, Imigração e a Questão Racial no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, v. 53, p.117-149, mar. /maio 2002. Disponível em: <<http://www.usp.br/revistausp/53/12-giralda.pdf>>. Acesso em: 08 maio 2015.

SCOFIELD JUNIOR, Gilberto; RIBEIRO, Marcelle. Crise global e crescimento do Brasil fazem número de imigrantes crescer 52% no ano, superando 2 milhões. **O Globo**. São Paulo, 29 out. 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/crise-global-crescimento-do-brasil-fazem-numero-de-imigrantes-crescer-52-no-ano-superando-2-milhoes-3079211#ixzz3U0T6lRIX>>. Acesso em: 09 abr. 2015.

SPINELLI, Ana Carolina; XIMENES, Dimas; ALMEIDA, Guilherme. Brasil, Terra Estrangeira. **Labor: Revista do Ministério Público do Trabalho**, Brasília, v. 5, p. 37-39, set./dez. 2014. Disponível em: <[http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal\\_mpt/a9d2c6c4-425e-4beb-a6314826b7334573/Labor\\_n5.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT\\_TO=url&CACHEID=a9d2c6c4-425e-4beb-a631-4826b7334573](http://portal.mpt.mp.br/wps/wcm/connect/portal_mpt/a9d2c6c4-425e-4beb-a6314826b7334573/Labor_n5.pdf?MOD=AJPERES&CONVERT_TO=url&CACHEID=a9d2c6c4-425e-4beb-a631-4826b7334573)>. Acesso em: 12 jun. 2015.

STUENKEL, Oliver. **Como a imigração mudará o Brasil**. Disponível em: <<http://www.postwesternworld.com/2012/05/09/como-a-imigracao-mudara-o-brasil/>>. Acesso em: 10 Mar. 2015.

VAINER, Carlos B. **As Novas Categorias de uma Sociologia dos Deslocamentos Compulsórios e das Restrições Migratórias**. In Migrações Internacionais Contribuições para Políticas. CNPD. Brasília: 2001.

VENTURA, Deisy; REIS, Rossana. Criação de lei de migrações é dívida histórica do Brasil. **Carta Capital**, São Paulo, 21 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/divida-historica-uma-lei-de-migracoes-para-o-brasil-9419.html>>. Acesso em: 10 abr. 2015.

WEBER, Thadeu. Autonomia e Dignidade da Pessoa Humana em Kant. **Revista Brasileira de Direitos Fundamentais e Justiça**, Porto Alegre, v. 9, n. 0, p.232-259, out. 2009. Disponível em: <[http://www.dfj.inf.br/Arquivos/PDF\\_Livre/09\\_artigo\\_10.pdf](http://www.dfj.inf.br/Arquivos/PDF_Livre/09_artigo_10.pdf)>. Acesso em: 04 maio 2015.

ZAMBERLAM, Jurandir et al. **Desafios das Migrações: Buscando Caminhos**. Porto Alegre: Solidus, 2009.

ZYLBERKAN, Mariana. Emissão de vistos humanitários explode no Brasil. Mas o país não está pronto para receber imigrantes. **Veja**, São Paulo, 09 maio 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/sem-estrutura-migratoria-brasil-quadruplica-emissao-de-vistos-humanitarios/>>. Acesso em: 04 abr. 2015.